

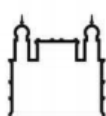
Fundação Oswaldo Cruz
Centro de Relações Internacionais em Saúde (CRIS)

CADERNOS CRIS 11-21

Informe quinzenal sobre
Saúde Global e Diplomacia da Saúde
16 a 30 de junho de 2021



Produção coletiva dos trabalhadores do CRIS-FIOCRUZ
Rio de Janeiro, 30 de junho de 2021



Ministério da Saúde

FIOCRUZ
Fundação Oswaldo Cruz

Presidência
Centro de Relações Internacionais em Saúde - CRIS



SUMÁRIO

PG.	Tema	Autores
03	Apresentação - <i>Paulo M. Buss e Pedro Burger</i>	
08	Nações Unidas, Saúde Global e Diplomacia da Saúde - <i>Santiago Alcázar</i>	
14	Resposta da OMS e OPS à Saúde Global e Diplomacia da Saúde - <i>Luiz Augusto Galvão</i>	
18	Informe sobre as atividades do Conselho de Direitos Humanos da ONU e dos Movimentos Sociais que atuam no âmbito da Saúde Global e Diplomacia da Saúde - <i>Armando De Negri Filho</i>	
25	G77, MNA e cooperação sul-sul na Saúde Global e Diplomacia da Saúde - <i>Regina Ungerer</i>	
33	Resposta da OEA à Pandemia de COVID-19 - <i>Luana Bermudez</i>	
36	Saúde, Mudança Climática e Economia: G20 na Saúde Global e Diplomacia da Saúde - <i>Paulo Esteves, Pedro Burger e Thaiany Medeiros Cury</i>	
40	Avanço das tecnologias e informatização: OCDE na Saúde Global e Diplomacia da Saúde - <i>Pedro Burger e Júlia Abbud</i>	
42	Instituições Financeiras Multilaterais na Saúde Global e Diplomacia da Saúde - <i>Isis Pillar Cazumbá</i>	
46	GT BRICS sobre Biotecnologia e Biomedicina, a Declaração dos MRE dos BRICS e a Cúpula para o Internacionalismo das Vacinas- <i>Claudia Hoirisch</i>	
49	América Latina e Caribe na Saúde Global e Diplomacia da Saúde - <i>Sebastián Tobar, Miryam Minayo e Carlos Linger</i>	
61	Região africana na Saúde Global e Diplomacia da Saúde - <i>Augusto Paulo Silva e Felix Rosenberg</i>	
67	Duplo Padrão: a reposta da Europa à Covid-19 - <i>Ana Helena Gigliotti de Luna Freire</i>	
72	Ásia Sudeste, Pacífico Ocidental e Oriente Médio na Saúde Global e Diplomacia da Saúde - <i>Lúcia Marques</i>	
78	EUA na Saúde Global e Diplomacia da Saúde - <i>Luiz Augusto Galvão</i>	
83	China na Saúde Global e Diplomacia da Saúde - <i>André Lobato</i>	
86	O Bem-Estar Humano está Relacionado à Proteção da Biodiversidade e ao Clima – <i>Danielly de Paiva Magalhães e Paulo M. Buss</i>	
89	*Eventos do CRIS e acessos a materiais do CRIS	
90	**Para citações, ver 'Ficha catalográfica'	

RESPOSTA DA SAÚDE GLOBAL E DA DIPLOMACIA DA SAÚDE À COVID-19

Uma visão do ponto de vista socioeconômico, diplomático e sanitário

Sumário do CRIS-Fiocruz sobre diplomacia da saúde

16 a 30 de junho de 2021

Apresentação

Na quinzena em que o Brasil ultrapassou as 500 mil mortes por Covid-19, abrimos esta apresentação lamentando a enorme tragédia que se abateu sobre nosso país e expressando nossa solidariedade a familiares e amigos das vítimas. A CPI avança nos seus trabalhos de clarificação das responsabilidades por tudo isso. Estudo realizado na Universidade de Harvard pela brasileira Márcia Castro estima que houve uma queda de 1,8 anos na expectativa de vida dos brasileiros em decorrência da Covid-19, com maior impacto nos estados do Amazonas e Rondônia.

As intensas duas quinzenas de 15 de maio a 15 de junho – quando se realizaram, recordamos, a 74ª. Assembleia Mundial da Saúde, o Global Health Summit do G20, a reunião do G7, a reunião das Nações Unidas sobre a cooperação Sul-Sul, entre outros eventos em espaços políticos de proa da cena global – continuam a repercutir na arena internacional.

Nesta quinzena, a Assembleia Geral das Nações Unidas reconduziu o atual Secretário Geral António Guterres para um novo mandato de cinco anos, entre janeiro de 2022 e dezembro de 2026. O Brasil volta a ocupar assento não-permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas para o biênio 2022-2023, a 11ª vez que o país integrará o órgão; a última vez foi no biênio 2010-2011.

No âmbito da **OMS** realizou-se de 21 a 25 de junho o importante *World Local Production Forum*, com ampla participação de governos, organismos internacionais e produtores de todo o mundo, que será debatido no seminário avançado do Cris do dia 7 de julho, com a presença da subdiretora da OMS, a brasileira Mariângela Simão. Durante o evento, os diretores da OMS, da Organização Mundial do Comércio e da Organização Mundial da Propriedade Intelectual lançaram um *statement* e propostas de ações conjuntas¹. Na sequência, em 30 de junho, realizou-se a primeira reunião da *Task Force on COVID-19 Vaccines, Therapeutics and Diagnostics for Developing Countries*, que reúne a OMS, o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional e a Organização Mundial do Comércio, que emitiram um *Joint Statement*². Ademais, em iniciativa conjunta com África do Sul, lançou a plataforma hub de transferência de tecnologia de vacinas de mRNA³. **Guto Galvão** apresenta ampla discussão sobre estes temas no seu artigo neste volume.

A propósito, deve-se destacar que depois de ver ignorada sua proposta ao G7 da disponibilização de US\$ 50 bilhões para acabar com a pandemia, o FMI, o Banco Mundial, a OMC e a OMS não recuaram e têm mantido o alerta conjunto. Há algo a ser esclarecido aí – e estaremos acompanhando o processo – quando sabemos que o diretor do Banco Mundial é uma

¹ Ver: <https://www.who.int/news/item/24-06-2021-directors-general-of-who-wipo-and-the-wto-agree-on-intensified-cooperation-in-support-of-access-to-medical-technologies-worldwide-to-tackle-the-covid-19-pandemic>

² Ver: <https://www.who.int/news/item/30-06-2021-first-meeting-of-the-task-force-on-covid-19-vaccines-therapeutics-and-diagnostics-for-developing-countries>

³ Ver: <https://www.who.int/news/item/21-06-2021-who-supporting-south-african-consortium-to-establish-first-covid-mrna-vaccine-technology-transfer-hub>

indicação dos Estados Unidos da América e o gestor do FMI, indicação da Europa. São as criaturas voltando-se contra os criadores? Ou há mais no ar do que doses de vacinas não aplicadas?

A **Organização Pan-americana da Saúde**, reporta **Guto Galvão**, realizou a 168ª sessão do seu Comitê Executivo, no qual se informou que a Região das Américas apresenta 39% de todos os casos e 47% das mortes por Covid-19 no mundo e que é cada vez mais real a possibilidade de que parte dos países das Américas continuem a enfrentar surtos localizados da enfermidade em 2022.

Seguem os trabalhos da **47ª Sessão do Conselho de Direitos humanos da ONU**, onde se manifesta, segundo o informe de **Armando de Negri**, o conflito entre a visão de direitos humanos liberal e ocidental hegemônica e a reivindicação de países do Sul Global e Rússia e China sobre a imposição de sanções e limitações que afetam o acesso dos países aos meios necessários para enfrentar a pandemia e impulsionar o desenvolvimento. Importante opção surgiu no evento da *Internacional Progressista* que promove uma maior independência e solidariedade de conhecimento, tecnologia e de solidariedade materializada no acesso às vacinas cubanas, fora dos circuitos de mercado e da propriedade intelectual.

Embora não acompanhem sistematicamente, não há como deixar de mencionar o alerta feito pelo *Alto Comissariado da ONU para Refugiados (ACNUR)*, que lançou informe no dia 18 de junho apontando que, impulsionado pela pandemia e a pobreza extrema, o número de deslocados e refugiados no mundo em 2020 chegou a 82,4 milhões, o maior já registrado pela organização. Apesar do fechamento intermitente de fronteiras feito por nada menos do que 170 países ao longo de 2020, o que produziu também grandes deslocamentos internos de população.

Isis Cazumbá sinaliza em seu informe que, com uma terceira onda da Covid-19 a caminho, as **instituições financeiras multilaterais** seguem no propósito de trabalhar com países e parceiros para acelerar a vacinação nos países em vias de desenvolvimento.

Segundo reportam **Paulo Esteves, Pedro Burger e Thaiany Cury**, dois temas tiveram maior destaque no **G-20** no período: 1) a discussão sobre os riscos econômicos das mudanças climáticas no âmbito do *Grupo de Trabalho de Estrutura*, abordando os custos econômicos da mudança climática, o progresso feito até agora para lidar com eles e a importância de mitigar os riscos climáticos ao desenvolver políticas futuras; e 2) no *Grupo de Trabalho de Saúde*, a reunião preparatória para o futuro encontro de ministros da saúde do G20, em setembro, destacando a importância de um sistema funcional de financiamento da prevenção, preparação e resposta a pandemias, que deve, acima de tudo, ser reconhecida pela comunidade internacional como um bem público global, junto com o compromisso de “não deixar ninguém para trás”.

A **OCDE**, nessa quinzena, trouxe a importância da tecnologia para a recuperação econômica dos países pós COVID-19, assim como a tecnologia trouxe resiliência para negócios e os transformou. Como informam **Pedro Burger, Júlia Abbud e Lucca Rizzo**, foi ressaltada a aquisição de novas habilidades que vão além das básicas requeridas para empregos, trazendo então, uma perspectiva interseccional para os futuros profissionais, principalmente no que tange conhecimentos de tecnologia.

Segundo **Regina Ungerer, o G-77 e a China**, na sua principal manifestação, expressaram sua preocupação com a desertificação, degradação do solo e seca, que têm sido considerados pela comunidade internacional como problemas regionais ou mesmo locais. Deploraram

veementemente o embargo econômico, comercial e financeiro imposto pelos Estados Unidos a Cuba há mais de seis décadas. Finalmente, destacaram que o ECOSOC-HAS (Segmento de Assuntos Humanitários) é um fórum essencial dentro do sistema da ONU para refletir sobre os desafios humanitários atuais e futuros.

Os **BRICS** sugeriram *colaboração em pesquisa* em resistência antimicrobiana, doenças não-transmissíveis (Índia), doenças neurológicas (tecnologia assistida por realidade virtual avançada para neuro-reabilitação), câncer (China), desafios e complicações pós-Covid, incluindo patogênese molecular do vírus Covid-19 (Índia). Participaram UFRJ e MS pelo Brasil. A próxima convocação será anunciada no 2º semestre e incluirá as recomendações do GT, informa **Claudia Hoirsch**. Em seguida, na reunião de 1º de junho, os chanceleres do BRICS apoiaram a realização de um Simpósio do BRICS sobre Cooperação em Vacinas, com a participação de biofarmacêuticas. Aguarda-se os próximos passos concretos no interior do grupo para o estabelecimento e operacionalização do Centro de Pesquisa e Desenvolvimento de Vacinas do BRICS e do Sistema Integrado de Alerta Precoce do BRICS para Prevenir Riscos de Doenças Infecciosas em Massa, em consonância com o Regulamento Sanitário Internacional, mencionados na reunião de chanceleres de 1º. de junho.

A **Organização dos Estados Americanos (OEA)**, por meio da *Secretaria de Cúpulas das Américas*, vem fazendo um trabalho intenso para a identificação de temas prioritários para a Nona Cúpula das Américas, como o fortalecimento dos sistemas de saúde, a reativação econômica inclusiva e sustentável, o reforço das instituições democráticas e o avanço da agenda anticorrupção, é o que reporta **Luana Bermudez** no seu informe. Além disso, a *Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH)* segue ativa por meio de sua Sala de Coordenação e Resposta Oportuna e Integrada (SACROI) à Pandemia, com a publicação de notas e documentos que abordam questões de direitos humanos no contexto da Covid-19.

Na região das **Américas** observa-se avanço com relação à imunização, ainda que de forma muito desigual. A destacar, a *XLVIII Reunião Ordinária de Ministros da Saúde do MERCOSUL*, na qual foram aprovados quatro Acordos e uma Declaração; a *LIV Reunião Ordinária do Conselho de Ministros da Saúde da América Central (COMISCA)*, que aprovou o Roteiro para a Implementação da Estratégia e Plano de Ação para a Promoção da Saúde no Contexto dos ODS 2019-2030 na Região do SICA; a busca pela liderança na Corporação Andina de Fomento-CAF pelo presidente argentino; o relatório conjunto CEPAL-OIT sobre a situação trabalhista na ALC e, por fim, as reuniões virtuais do Subgrupo de Resiliência e Redução de Risco Transfronteiriço e do Subgrupo de P + D + I + E (Pesquisa, Desenvolvimento, Inovação e Empreendedorismo) do Grupo de Gestão de Risco de Desastres (GRD) do PROSUL, relatado no artigo de **Sebastián Tobar, Miryam Minayo e Carlos Linger**, neste Informe.

Augusto Paulo e Felix Rosenberg, informam no seu relato sobre **África**, que a União Africana e o Banco Mundial acordaram cooperar para aquisição de mais vacinas, em complemento às vacinas oferecidas através da COVAX. A OMS AFRO continua sensibilizando os Estados-Membros sobre o crescimento e aceleração da terceira onda da epidemia no continente, apelando a um aumento da oferta de vacinas. Angola propõe que o Fórum Macau preste maior atenção à saúde pública. Os blocos regionais, CEDEAO e SADC, realizaram as Cúpulas de Chefes de Estado e de Governo, dominando na agenda a situação de pandemia de Covid-19 e de segurança nos seus respectivos espaços.

A **União Europeia** busca se aproximar dos vizinhos africanos, apoiando o primeiro centro de transferência de tecnologia para vacinas de mRNA no continente (África do Sul), ao mesmo

tempo em que lança certificado de vacinação que não cobre as vacinas lá administradas. O primeiro movimento demonstra o aumento dos esforços para incremento das produções locais de vacinas, para reduzir a dependência externa. O segundo, penaliza duplamente os habitantes de países pobres, em especial africanos: quando têm vacinas, elas não são garantia de viagem, é o que conclui **Ana Helena Freire** em seu informe neste volume.

Na **Ásia Sudeste e Pacífico**, países voltam a impor restrições, diante da ameaça da cepa Delta e sua variante nepalesa, Delta Plus, e a retomada da economia fica um pouco mais longe. Segundo **Lúcia Marques**, cresce a competição geopolítica no Indo-Pacífico e, por hora, as nações sul-asiáticas ainda conseguem se aproveitar da tensão cada vez mais acirrada entre China e Estados Unidos. Já as sanções e acusações de violações de direitos humanos dos Estados Unidos contra China e Rússia, aproximam os dois gigantes.

No **Oriente Médio**, **Marques** reporta que as eleições presidenciais na Síria e no Irã não trouxeram surpresas. Israel consegue tirar do poder o corrupto Benjamin Netanyahu, cujo temperamento explosivo desestabilizava as relações na região, mas elege um nacionalista conservador de direita, defensor da anexação da Cisjordânia, dificultando negociações. Em Jerusalém, uma sequência de fracassos do presidente palestino, há 15 anos no poder, cujo ápice foi o recente conflito entre Israel X palestinos X Hamas, leva a população às ruas da Palestina. Arábia Saudita não consegue solução para o fim da guerra no Iêmen, que já se estende por seis anos. No Afeganistão, cresce a violência de um talibã (do Paquistão, descrito como talibã ruim – em oposição ao Talibã afegão, descrito como bom), após início da retirada dos soldados americanos, no país há 20 anos. E tudo segue como dantes, no quartel de Abrantes.

Mencionando a marca de um bilhão de vacinados e o centenário da fundação do Partido Comunista, **André Lobato**, no seu informe sobre **China**, discute o sistema financeiro internacional a partir de uma fala do presidente do Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura, perguntando: quais as reais capacidades chinesas e dos países em desenvolvimento de reorganizar uma ordem que não foi fundada por eles e talvez não represente seus interesses?

Danniely Magalhães e Paulo Buss trazem ao leitor comentários sobre recém-lançado relatório conjunto da Plataforma Intergovernamental de Política Científica em Serviços Ecosistêmicos (IPBES) e do Painel Intergovernamental sobre Mudança Climática (IPCC), intitulado “*IPBES-IPCC co-sponsored workshop report on biodiversity and climate change*”, produzido pelos 50 maiores especialistas mundiais em biodiversidade e mudanças climáticas. E sinalizam, a tempo, a necessidade de ampla mobilização da sociedade para uma presença expressiva na COP 15 da Biodiversidade (Kunming, China, 11-24 de outubro de 2021) e na COP 26 sobre Mudança Climática (Glasgow, Escócia, 1-12 de novembro de 2021).

Para a próxima quinzena mais movimentos na arena internacional da saúde: 1) a definição da direção e membros do *Grupo de Trabalho Aberto na OMS* visando o acompanhamento da evolução da pandemia e o preparo de um possível tratado internacional sobre pandemias (ou não seria melhor de ‘saúde global’?) a ser discutido na sessão especial da Assembleia Mundial de Saúde no final de novembro de 2021 (ver artigo de **Guto Galvão** neste volume); 2) a reunião do *High-Level Political Forum*, no âmbito da sessão do ECOSOC (Conselho Econômico e Social das Nações Unidas), que conduz a implementação da Agenda 2030 e seus ODS, que tem o ODS Saúde entre seus focos nesta reunião (ver artigo de **Santiago Alcazar**); e 3) a conclusão da sessão do *Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas*, neste momento ainda em pleno desenvolvimento, incluindo o informe da *Special Rapporteur* sobre o direito à

saúde, Tlaleng Mofokeng (ver <https://undocs.org/es/A/HRC/47/28> e o informe de **Armando de Negri** neste volume).

Continuamos com nossos seminários avançados, para os quais convidamos a todos: dia *7 de julho*, sobre o atualíssimo tema da *produção local*; e dia *21 de julho*, sobre o *tratado internacional sobre pandemias*.

Esperamos seus comentários e sugestões, visando o aperfeiçoamento destes informes quinzenais do CRIS. Boa leitura!

Rio de Janeiro, Manguinhos, 30 de junho de 2021.

Paulo M. Buss e Pedro Burger – Coordenação do CRIS/Fiocruz

Nações Unidas, Saúde Global e Diplomacia da Saúde

Santiago Alcázar

O Conselho Econômico e Social (ECOSOC) das Nações Unidas está em sua 75ª sessão ordinária, desde setembro de 2020. O evento mais importante no âmbito do ECOSOC é a reunião do Foro Político de Alto Nível (HLPF, nas siglas em inglês), que este ano deverá realizar-se da terça-feira, 6 à quinta-feira 15 de julho. O tema escolhido para esta sessão, como adiantado no informe do CRIS 9 é *“Recuperação sustentável e resiliente da pandemia da Covid-19, que promova as dimensões econômica, social e ambiental para o desenvolvimento sustentável: construindo um caminho inclusivo e efetivo para alcançar a Agenda 2030 no contexto de ação e entrega para o desenvolvimento sustentável”*.

O HLPF foi criado em 2012 por mandato da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20) e realizou a sua primeira reunião, de apenas um dia, em 24 de setembro de 2013.

A origem da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável remonta à Cúpula da Terra, a Rio-92, que reuniu 178 Chefes de Estado ou de Governo e Altos Representantes, no que talvez tenha sido a maior conferência multilateral fora da sede das Nações Unidas, em Nova York. A Cúpula da Terra acordou um amplo plano para criar parceria globais para o desenvolvimento sustentável, bem como para melhorar a vida humana e proteger o meio ambiente. O plano acordado é conhecido como Agenda 21, assim chamada porque deveria inaugurar uma nova era com a chegada do Século XXI. A instância encarregada de monitorar o cumprimento dos compromissos acordados na Agenda 21 e a quantificar os avanços era a Comissão de Desenvolvimento Sustentável, que funcionou até 2012.

Havia otimismo naquele início dos anos noventa. O Muro de Berlim havia caído em novembro de 1991, a Guerra Fria havia terminado e começara um ciclo de conferências das Nações Unidas sobre temas sociais que parecia irrefreável. Com efeito, ademais da Rio-92 acima, realizaram-se as seguintes conferências: i) II Conferência Mundial sobre Direitos Humanos, em 1993, em Viena⁴; ii) Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento, em 1994, no Cairo; iii) Cúpula Mundial para o Desenvolvimento Social, em 1995, em Copenhague; iv) IV Conferência Mundial sobre a Mulher, em 1995, em Beijing; v) II Conferência Mundial sobre Assentamentos Humanos, em 1996, em Istambul. É de se notar a Conferência sobre a Mulher, realizada na China, o único Estado membro do Conselho de Segurança das Nações Unidas a acolher uma conferência sobre tema social, e ainda por cima de enorme sensibilidade.

Aquele ciclo de conferências seria coroado com a realização da Cúpula do Milênio, realizada em setembro de 2000, em Nova York, que adotaria os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODMs) com o objetivo primordial de reduzir a pobreza extrema até 2015. A Rio+20, em 2012, e um sentimento de preocupação generalizada com o escopo dos ODSs conduziram à necessidade de mudanças mais profundas. Nesse contexto, não se há de esquecer que os efeitos deletérios do chamado Consenso de Washington, vinha minando, naquela mesma

⁴ É interessante observar, pela similitude com a atual conjuntura sobre meio ambiente no Brasil, que a Delegação Permanente do Brasil em Genebra, nos trabalhos preparativos para aquela Conferência, chamava atenção para a inadequação, nos anos '90, do argumento segundo o qual *a observância dos direitos humanos era assunto de exclusiva competência doméstica de cada Estado*. O abuso dos direitos humanos então, como agora o descaso com o meio ambiente, tornaram-se inaceitáveis e sujeitos à pena de crescente isolamento internacional. Ver Rubarth, Ernesto Otto em *A Diplomacia brasileira e os temas sociais: o caso da saúde*, in *Coleção de Altos Estudos do Instituto Rio Branco*, 1999.

década progressista, o avanço das agendas sociais proclamadas no ciclo de conferências da ONU.

Como se recordará, o Consenso de Washington, que muitos tomaram como bússola de suas políticas, defendia rígida disciplina fiscal, reforma tributária com vistas a desobstruir a atividade empresarial, privatizações, abertura comercial e desregulamentação das atividades econômicas e das leis trabalhistas. Para os que seguissem o receituário proposto prometia-se êxito e felicidade, dois substantivos que, como se sabe, expressam visão paradisíaca sobre a terra, que alguns confundem com a possibilidade de passar temporadas mais ou menos longas em Miami.

O centro de gravidade do Consenso de Washington repousa sobre a desregulamentação. Com efeito, se esta é levada a efeito de maneira radical, reduz-se consideravelmente a responsabilidade do Estado, que passa a promover a terceirização, ou a precarização das conquistas laborais, inscritas na Organização Internacional do Trabalho. A redução da responsabilidade traz, por sua vez, a redução do Estado, acoplada às privatizações. Redução do Estado, pela via da diminuição de responsabilidade, bem como pela via das privatizações, permite a desobstrução da atividade empresarial e, como água baixando pelo efeito da gravidade, estrita disciplina fiscal. Simples assim, ainda que complicado pelo *drive* da globalização que exponenciou os efeitos deletérios do Consenso de Washington por meio das políticas comerciais englobadas na Organização Mundial de Comércio.

O conjunto de forças promovidas pelo ciclo de conferências sobre temas sociais e a Cúpula do Milênio com os ODMs, por um lado, e, por outro, as forças neoliberais em favor da desregulamentação e tudo o que está arrasta consigo resultaram em um cabo-de-guerra. A batalha de Seattle, em 1999, que efetivamente interrompeu reunião da OMC que deveria lançar nova rodada de negociações comerciais para o novo milênio foi uma instância daquela tensão. Outra, um pouco mais tarde, foi a adoção, após negociações exaustivas, da Declaração de Doha sobre Propriedade Intelectual e Saúde Pública que, de maneira resumida, afirma que nada no Acordo TRIPS pode impedir um Estado de tomar medidas para proteger a saúde pública.

O HIV/AIDS soou o sinal de alerta de que o conceito de segurança deveria ser revisto à luz da possibilidade da ocorrência de uma pandemia. Não havia registro, até a Covid-19, do que significa realmente uma pandemia em seu sentido etimológico de *pan* (todos) + *demos* (povo). *Todos* expressa totalidade. Ninguém fica de fora. Por isso o mantra *ninguém está a salvo se todos não estiverem a salvo* repetido à exaustão pelo DG da OMS, pelo SG das Nações Unidas, bem como por epidemiologistas e infectologistas do mundo inteiro. Uma doença pandêmica, que atinge a todos, atinge a todos de maneira distinta: biologicamente, economicamente, socialmente, culturalmente, *inequitativamente*, em suma, na infinitude de possibilidades da condição humana. Nesse contexto, a ocorrência de uma doença pandêmica, assim como a deterioração do meio ambiente, o aquecimento global e a extinção das espécies, entre outros, deveria motivar uma revisão do conceito de segurança, até aqui limitado a conflitos armados, mais ou menos bem localizados geograficamente. O Conselho de Segurança das Nações Unidas, que é o órgão responsável pelos assuntos de paz e segurança mundiais, é verdade, dedicou uma sessão especial, em junho de 2000, a um tema de saúde. Mas o fez limitado ao impacto sobre a paz e a segurança na África. Para o SC, o HIV/AIDS, não era uma *pandemia*, mas um estorvo para os delicados arranjos para redução da violência em um lugar específico.

SARS, MERS, Ebola são nomes que, para muitos, nada significam porque não viveram aquelas experiências. O mesmo não se pode dizer da Covid-19, que pôs o mundo de cabeça para

baixo, literalmente. Ninguém mais sabe onde está o normal, a flecha pela qual tudo e todos se orientam.

Em 2012, quando foi criado o HLPF na Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20), os Estados membros, conscientes de que o novo milênio trazia em sua bagagem ameaças graves à humanidade adotaram o documento final sob o título *O futuro que queremos*, livre daquelas ameaças que se originam em sua maior parte na pobreza e nas inequidades econômicas e sociais. O propósito daquele documento final era o de avançar na linha de objetivos de desenvolvimento sustentáveis, apoiados nos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODMs), que seriam extintos em 2015. O resultado desse exercício foi a conclusão dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), que deveriam ser alcançados até 2030. Essa era a agenda a ser perseguida e finalmente adotada em 2015 pela AGNU como Agenda-2030 e os seus 17 ODS. O HLPF, que já havia substituído a Comissão de Desenvolvimento em 2012, seria o seu instrumento de monitoramento.

Como se disse no primeiro parágrafo acima, o HLPF adota, desde 2014, um tema, que reflete a principal dimensão do desenvolvimento sustentável que se quer sublinhar. É ilustrativo passar em revista os títulos adotados pelo HLPF. *“Alcançando os ODMs e marcando o caminho para uma agenda de desenvolvimento pós-2015, incluindo objetivos de desenvolvimento sustentável”*, em 2014; *“Fortalecendo a integração, implementação e revisão – o HLPF depois de 2015”*, em 2015. Em 2016, realizou-se a primeira reunião do HLPF depois da adoção da Agenda 2030 e não houve um tema específico daquela agenda. Em 2017, o tema do HLPF foi *“Erradicando a pobreza e promovendo a prosperidade em um mundo em mudança”*; em 2018, foi a vez de *“Transformando para sociedades sustentáveis e resilientes”*; *“Empoderamento para assegurar inclusão e igualdade”*, em 2019 e em 2020 *“Ação acelerada e caminhos transformadores: implementando a década de ação e de entrega para o desenvolvimento sustentável”*.

Cada um dos temas escolhidos pelo HLPF conta um pouco a história do momento, mas é somente em 2020 que parece haver uma nítida preocupação com a paralização e, em alguns casos, retrocesso dos ODS. Por isso a necessidade enfatizada no tema de uma ação acelerada por caminhos transformadores. Não há que esquecer que a Agenda 2030 e os ODS gozam de alto grau de consenso em todos os quadrantes presentes no mundo das Nações Unidas e dos principais foros políticos. O grande entrave para a realização dos ODS não é tanto a falta de declarações de apoio, mas a falta de compromissos políticos e financeiros concretos, tanto nos planos nacionais, quanto no plano internacional. A Covid-19 trouxe à tona não somente os atrasos e a falta de empenho na consecução dos ODS, mas descarrilamentos graves que ameaçam o compromisso com a ideia manifestada em *O futuro que queremos*, de 2012.

Em 2020, o HLPF reuniu-se em julho sob os auspícios do ECOSOC. A pandemia já fizera muitos estragos, mas parecia não haver consensos fortes sobre a necessidade de fortalecer a solidariedade, a única fórmula válida de saída da crise, pois ademais do mantra ninguém está a salvo se todos não estiverem a salvo, há a bandeira de que ninguém será deixado para trás. Normalmente, cabe ao Presidente do ECOSOC publicar um sumário das principais mensagens levantadas ao longo do HLPF, como também facilitar a conclusão de uma declaração ministerial, que expressa o consenso da visão e das recomendações a serem feitas. Como se recordará, o sumário do Presidente não foi disponibilizado, sugerindo dificuldades que talvez não puderam ser aplainadas e o projeto de declaração ministerial, submetido ao plenário dos ministros, não foi aprovado, confirmando um outro cabo-de-guerra, que talvez seja o mesmo.

O HLPF deste ano, sob os auspícios da 75ª sessão do ECOSOC, deverá concentrar-se nos ODS 1 (eliminação da pobreza), 2 (fome zero), 3 (saúde e bem-estar), 8 (trabalho decente e crescimento econômico), 10 (redução das desigualdades), 12 (produção e consumo responsáveis), 13 (ação climática), 16 (paz, justiça e fortalecimento institucional) e 17 (parcerias). Como se pode observar, a agenda é rica e complexa e terá como pano de fundo a pandemia da Covid-19. Evidentemente, há que se levar em conta que os ODS são interligados e não podem ser considerados de maneira isolada. Cada um tem reflexos em todos os outros e, assim, devem ser considerados em conjunto.

O pano de fundo da pandemia da Covid engloba os resultados da Cúpula do G-20 sobre Saúde Global, em 21 de maio, em Roma, da 74ª sessão da Assembleia Mundial da Saúde, de 23 de maio a 1º de junho, em Genebra, da 47ª Cúpula do G-7, de 11 a 13 de junho, em Carbis Bay, Cornuália, bem como os debates em andamento desde meados de maio no âmbito da OMC sobre suspensão de patentes. O leitor recordará os informes do CRIS sobre estas altas reuniões. Para os que não leram, ou não recordam, segue uma brevíssima recapitulação.

A Cúpula do G-20 sobre Saúde Global foi a primeira a dedicar atenção exclusiva ao impacto da Covid-19 e à reconstrução futura. O impacto, como se sabe, atingiu todas as dimensões da vida, desde a biológica à econômica e social, para limitar-nos a estas mais visíveis. Há consenso generalizado de que a pandemia não terminará até que todos tenham sido imunizados por meio das vacinas. Todas as demais atividades, econômicas, comerciais, entre outras, somente poderão alcançar níveis mais altos à medida em que segmento importante da população mundial tenha sido vacinada. A questão primordial, então, é garantir acesso universal a vacinas, bem como a produtos de e para a saúde necessários para a recuperação de pacientes. Em última instância, trata-se de desobstruir os canais de acesso a esses produtos, regulamentados por regras e normas estabelecidas pelo Acordo de TRIPS, acordado quando não se tinha ideia do que era uma pandemia. Grupo de países em desenvolvimento, liderados pela África do Sul e Índia vinham propondo, desde final de 2020, suspensão de patentes de produtos de e para a saúde, inclusive vacinas. Ao grupo de países viria juntar-se a voz de ex-líderes mundiais e de Prêmios Nobel, senadores e deputados norte-americanos, criando assim um movimento progressista ao que teve de ceder o Presidente Joe Biden, que anunciou que o seu Governo apoiava o *waiver* temporário de patentes de vacinas. A UE, sede de importante complexo de farmacêuticas, foi pega de surpresa e aceitou discutir a matéria, no âmbito da OMC. Esperava-se que a Cúpula do G-20 avançasse sobre o tema, não obstante as eventuais dificuldades do assunto. Não foi assim, e o que fizeram os líderes foi acordar que as regras de comércio – leia-se TRIPS – deveriam ser observadas. O jogo, em resumo, deveria realizar dentro dos marcos definidos por aquele Acordo, como já se disse não previra uma realidade pandêmica. O resultado, como se entenderá foi decepcionante.

O mesmo ocorreu com a 74ª Assembleia Mundial da Saúde, cuja resolução adotada mais importante foi um texto de leitura difícil, que cria um Grupo de Trabalho que deverá produzir relatório para consideração da próxima Assembleia, sobre lições apreendidas e recomendações futuras, inclusive a adoção de eventual acordo internacional sobre pandemias, fortalecimento do mecanismo de alerta inscrito do Regulamento Sanitário Internacional e assim por diante. Parece incrível, que no meio da primeira pandemia dos tempos modernos, a resposta da OMS seja a criação de um GT, por mais importantes e relevantes que possam ser as suas atribuições. De novo, a sensação foi de profunda decepção.

A Cúpula do G-7 prometia ser diferente, pois uma semana, a Diretora Executiva do FMI, o Presidente do Banco Mundial e os DGs da OMC e da OMS, que tomariam assento naquela

reunião de Cúpula, anunciaram nos principais jornais do mundo que a saída para a crise passava pela imunização extensiva da população mundial. Para isso propunham financiar a OMS, a iniciativa ACT-T (*Access to Covid-19 Tools Accelerator*) e a COVAC Facility (*Covid-19 Vaccines Access*) com o montante de US\$ 50 bilhões. A OMS havia previsto que seriam necessárias 11 bilhões de doses de vacinas. Ao contrário do que se possam pensar, o raio pode cair no mesmo lugar não apenas duas, mas três vezes. Como os da Cúpula do G-20 sobre Saúde Global e os da 74ª sessão da Assembleia Mundial da Saúde, os da Cúpula de Carbis Bay foram triplamente decepcionantes. Não apenas não foram mencionados os anúncios dos líderes daquelas quatro grandes instituições mundiais, como as soluções propostas para o aumento da produção e acesso de produtos de e para a saúde ficaram dentro dos limites impostos por TRIPS. Para piorar o quadro, as 11 bilhões de doses imaginadas foram reduzidas à migalha de 870 milhões de doses, xepa das campanhas de vacinação dos países, que haviam acaparado, como verdadeiros glutões, vacinas muitas vezes em excesso as suas respectivas populações. A oferta, deverá ser entregue uma parte em 2021 e outra, em 2022. A essa altura, ninguém mais estará decepcionado, pois até então, senão antes, todos terão sido vacinados contra esse estado de espírito.

Esse é o verdadeiro pano de fundo do HLPF. Como antes, aqui também há um cabo-de-guerra. Em 16 de abril, em reunião ministerial do ECOSOC sobre o tema de vacinas para todos, a DG da OMC descreveu as forças de ambos os lados, os países em desenvolvimento e as farmacêuticas. O cabo-de-guerra somente será resolvido por meio de uma cessão de interesses e um abraço incondicional de solidariedade. “Precisamos”, disse ela, “de solidariedade global e de vontade política para enfrentar estes problemas e salvar vidas”. Muito justo, mas isso foi antes da realização dos três eventos acima. A definição do cabo-de-guerra já parece ter sido resolvida.

Para auxiliar nos debates do HLPF foram produzidos o relatório do Secretário-Geral das Nações Unidas intitulado “Progresso em direção aos ODS”⁵, uma nota *Concept Note*⁶, que estabelece referências e parâmetros para a discussão e um projeto de declaração ministerial⁷, que já está em sua terceira versão. O leitor interessado poderá orientar-se na densa floresta do HLPF por meio do Programa anotado de reuniões⁸, centrando a sua atenção ao que mais lhe interesse. No dia 6 de julho, por exemplo, poderá acompanhar a abertura do HLPF, no dia 12, as Revisões Voluntárias Nacionais dos países que decidiram submeter os relatórios das respectivas comissões nacionais e no dia 13 o início da reunião ministerial. As reuniões são longas e complexas e é melhor preparar de antemão o que se pretende seguir. Os documentos acima são valiosos para orientar o leitor curioso.

O projeto de declaração ministerial, ainda que provisório, oferece pista para uma avaliação antecipada do que será o HLPF. O documento contém uma introdução, em que se reitera o compromisso com a implementação da Agenda 2030 e os ODS; reafirma-se que a erradicação da pobreza é o maior desafio, notando de passagem que pela primeira vez em décadas observa-se um aumento generalizado da pobreza; reconhece-se que a Covid-19 deixou

⁵ O relatório pode ser acessado em:

https://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/27610SG_SDG_Progress_report_2021.pdf

⁶ Disponível em:

https://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/27806Concept_note_for_the_HLPF_on_Sustainable_Development_2021.pdf

⁷ https://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/279822021_MD_revision_15_June.pdf

⁸

https://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/278702021_HLPF_and_HLS_Annotated_Programme.pdf

à vista as vulnerabilidades e inequidades nos e entre os países, acentuando fragilidades sistêmicas; reafirma o princípio de não deixar ninguém para trás, bem como a sinergia entre a Agenda 2030 e o Acordo de Paris sobre mudança climática; enfatiza que a recuperação global depende do amplo acesso a todos os produtos para diagnóstico, medicamento e vacinas e que a imunização extensiva é um bem público global, enfatizando a necessidade de apoiar o financiamento dos mecanismos ad hoc, de que são exemplo o ACT-A e o COVAX.

A essa introdução segue uma revisão dos ODS escolhidos para exame do HLPF este ano que são, como se disse acima, a erradicação da pobreza, a diminuição da fome, o melhoramento da saúde e do bem-estar, o trabalho decente e o crescimento econômico, a redução das desigualdades, a produção e o consumo responsáveis e compatíveis com os compromissos assumidos na área de meio ambiente, o cuidado com o meio ambiente, a promoção da paz, a busca pela justiça e fortalecimento institucional e o estímulo para a criação de parcerias para levar adiante a Agenda 2030.

A pandemia da Covid-19 impactou severamente sobre cada um dos ODS, especialmente sobre acima mencionados. Os efeitos devastadores estão bem documentados e não é necessário aqui passá-los novamente em revista. Por essa razão é mais proveitoso seguir adiante e examinar a parte que se refere a outras questões prioritárias. Entre estas figuram as populações em situação de vulnerabilidade, a equidade em gênero, países em situação especial (ilhas, secas, desastre naturais, conflitos etc.), países de renda média, a paz e a segurança, a questão dos refugiados e os direitos humanos, juventude, biodiversidade e comércio. Sobre este ponto o projeto de declaração na atual versão é econômico e convoluto. Com efeito, a redação *assegurar que medidas de emergência para enfrentar a Covid-19 não sejam permanentes ou criem barreiras desnecessárias ao comércio e sejam compatíveis com as regras da OMC* parece ter sido inspirada pela angústia advocatícia de representantes da poderosa indústria farmacêutica. Alguém ainda tem dúvida quem ganhará o cabo-de-guerra?

O documento finaliza com uma sessão dedicada a ações que devem ser aceleradas. Entre estas está a própria implementação da Agenda 2030 e dos ODS, a necessidade de apoiar as políticas sobre evidências, seguir a busca por soluções multilaterais orientadas por necessária solidariedade global, a questão do alívio da dívida de países em desenvolvimento, a oportunidade de reconstruir melhor por meio de investimentos em infraestrutura e encômios à contribuição da cooperação sul-sul.

Tanto o destaque para outras prioridades, quanto a necessidade de ação nas áreas apontadas no projeto de declaração são importantes e estão a merecer encômios. A questão principal, no entanto, é que para levar adiante essa Agenda 2030 reforçada é preciso abandonar os dogmas do receituário econômico, responsável em última instância pelos abusos contra o meio ambiente, que possivelmente foram causa da Covid-19; e o desinvestimento nos sistemas nacionais de saúde e nas políticas de proteção social, que desnudaram as profundas inequidades sociais. Tudo isso é suficientemente conhecido. Resta saber por que o HLPF não sugere uma mudança de paradigma, uma nova maneira de pensar a economia e o comércio em vista de um desenvolvimento sustentável de verdade.

O resultado da guerra-de-cabo entre o egoísmo sem fim e a solidariedade global será o teste definitivo do êxito do HLPF. Mais importante, será o teste da eficácia das políticas que garantam o Futuro que queremos, de 2012 e ainda não realizado.

Resposta da OMS e OPS à Saúde Global e a Diplomacia da Saúde

Luiz Augusto Galvão

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS)

Foi realizado o **Fórum Local de Produção da OMS** centrando as discussões na promoção da qualidade e da produção local sustentável para melhorar o acesso a medicamentos e outras tecnologias em saúde.

Além da Fiocruz, participaram representantes de mais de cem países, incluindo grupos da sociedade civil, associações industriais, investidores, OMC, UNIDO, UNICEF e UNCTAD. As principais conclusões do fórum, recomendações e próximos passos ficaram gravadas no documento divulgado pela OMS e se refere a:

- Aumento da capacidade de fabricação para a segurança global, tema que ficou em evidência durante a pandemia da COVID-19 que colocou em evidência a importância da fabricação local como um componente-chave da resposta e da redução da dependência dos mercados globais e de produtos importados.
- Produção de vacinas, incluindo o papel das novas tecnologias e a geração de estratégias de fabricação flexíveis para desenvolver capacidade de produção sustentada em países de baixa e média renda.
- Transferência e licenciamento tecnológico como elementos fundamentais para aumentar a produção, incluindo o compartilhamento de propriedade intelectual e know-how feito em um ambiente favorável para esse fim que conte com uma boa governança, mão-de-obra qualificada, acesso às informações do mercado e capacidade local de receber e absorver tecnologias,
- A criação pelos governos de um ambiente político propício e um ecossistema de negócios de apoio em níveis nacionais, regionais e globais.
- O papel das Agências Reguladoras nacionais e dos fabricantes para dar agilidade à produção local compatível de qualidade e ao acesso rápido às tecnologias de saúde durante as pandemias.
- Aumento do interesse dos principais bancos de desenvolvimento e outras instituições financeiras em promover investir no setor.
- Mecanismo para estimular o engajamento da indústria nesse esforço de produção local, incluindo o fortalecimento da colaboração para transferência tecnológica a países de baixa e média renda.
- Criação de um grupo consultivo estratégico pela OMS para enfrentar os desafios e tendências globais atuais e futuras na produção local e na transferência de tecnologia.

O Fórum Local de Produção passa a ser um mecanismo de longo prazo para promover o diálogo e a tomada de decisões para fortalecer a capacidade de fabricação local. O próximo será realizado na Holanda.

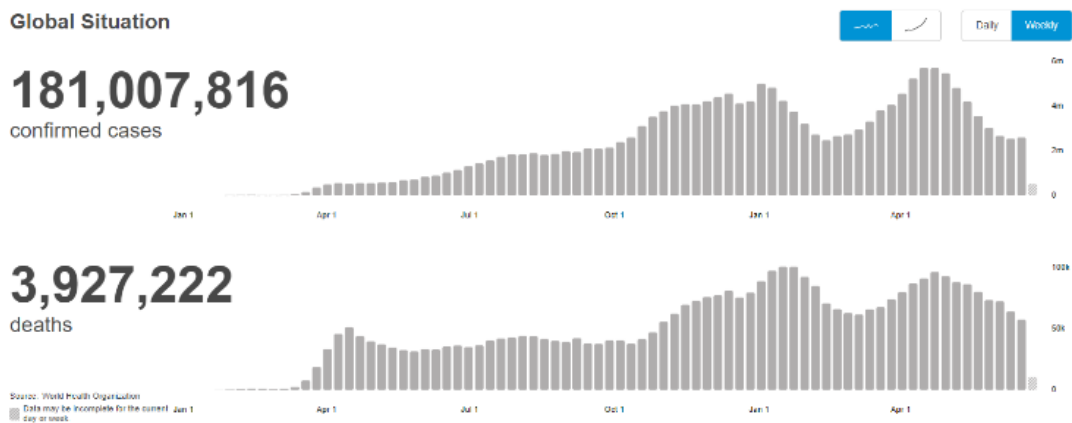
Foi lançado o primeiro relatório global sobre **Inteligência Artificial (IA)** em saúde que inclui seis princípios orientadores dessa área:

1. Proteção da autonomia humana: Os seres humanos devem permanecer no controle dos sistemas de saúde e das decisões médicas com privacidade e confidencialidade garantidas por consentimento baseado nos marcos legais de proteção de dados.
2. A AI deve promover o bem-estar humano, a segurança e o interesse público.

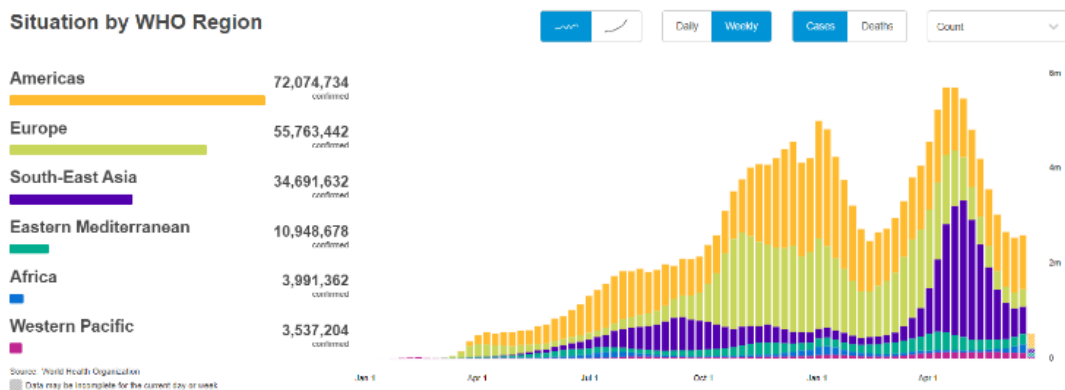
3. Deve ser garantida a transparência e a inteligibilidade através do fornecimento de informação facilmente acessível e documentada antes do projeto ou da implantação de uma tecnologia de IA.
4. Deve ser fomentada a responsabilidade das partes interessadas em garantir que a IA seja utilizada em condições adequadas e por pessoas devidamente treinadas.
5. Garantir a inclusão e a equidade no uso da IA para a saúde, incentivando o uso e o acesso equitativo mais amplo possível, independentemente da idade, sexo, renda, raça, etnia, orientação sexual, capacidade ou outras características protegidas pelos códigos de direitos humanos.
6. Promover que a IA forneça uma resposta adequada e sustentável, incluindo treinamento para trabalhadores de saúde se adaptarem ao uso de sistemas de IA e potenciais perdas de empregos devido ao uso de sistemas automatizados.

Situação epidemiológica geral

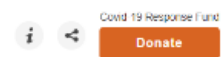
Globalmente, em 29 de junho de 2021, foram notificados à OMS 181.007.816 de casos confirmados de COVID-19, incluindo 3.927.222 mortes e até 28 de junho de 2021 foram aplicadas 2.660.756.547 doses de vacina.



Casos COVID-19 e mortes notificados semanalmente segundo Região da OMS 29/6/21



Casos e óbitos novos e acumulados de covid-19 por Região da OMS a partir de 6/6/21



IHO Coronavirus (COVID-19) Dashboard

Overview [Data Table](#) Explore

Situation by Region, Country, Territory & Area

Name	Cases - cumulative total	Cases - newly reported in last 24 hours	Deaths - cumulative total	Deaths - newly reported in last 24 hours	Transmission Classification
Global	181,007,816	313,975	3,927,222	6,021	
Americas	72,074,734	106,666	1,894,050	2,585	
Europe	55,763,442	50,553	1,181,959	824	
South-East Asia	34,691,632	85,421	486,020	1,623	
Eastern Mediterranean	10,948,678	32,325	216,276	477	
Africa	3,991,352	22,941	84,517	294	
Western Pacific	3,537,204	15,969	54,267	218	
United States of...	33,299,351	5,558	588,787	109	Community transmission
India	30,279,331	46,148	396,730	979	Clusters of cases
Brazil	18,420,596	33,704	513,474	739	Community transmission
France	5,660,647	1,545	110,062	45	Community transmission

ORGANIZAÇÃO PANAMERICANA DA SAÚDE (OPS)



TÓPICOS PAÍSES RECURSOS NOTÍCIAS SOBRE A

Início / Órgãos Diretores / O Comitê Executivo / 168a Sessão do Comitê Executivo

168a Sessão do Comitê Executivo

Sessão virtual, 21 a 25 de junho de 2021



O Comitê Executivo é integrado por nove Estados membros da Organização, eleitos pela Conferência ou pelo Conselho por períodos superpostos de três anos. O Comitê, que se reúne duas vezes por ano, atua como grupo de trabalho da Conferência ou do Conselho. Reuniões especiais são convocadas pelo Diretor da Repartição por sua própria iniciativa ou a pedido de pelo menos três Governos Membros. O Comitê tem um subcomitê permanente, o Subcomitê de Programa, Orçamento e Administração.

Foi realizada a sessão do comitê executivo de forma virtual, onde foram analisados os documentos apresentados no relatório anterior. AS resoluções em português ainda não estão disponíveis. Um documento importante foi sobre a Pandemia da Covid-19 na Região das Américas até o dia 23 de maio de 2021. O documento informa que a Região das Américas contém 39% de todos os casos e 47% das mortes por COVID-19 no mundo e que o Brasil e os Estados Unidos estão entre os 10 países com o maior número de casos acumulados e que Brasil, Colômbia, México e Estados Unidos estão entre os 10 países com o maior número de mortes acumuladas no mundo.

O documento também diz que o curso da pandemia de COVID-19 nas Américas continua altamente incerto e que

A escalada no número de casos em toda América do Sul e Central nos quatro primeiros meses de 2021 e a escassez de vacinas contra a COVID-19 torna cada vez mais realista um cenário em que boa parte dos países das Américas continuem a enfrentar surtos localizados de COVID-19 em 2022.

Também foi reforçada a mensagem que para a supressão da pandemia de COVID-19 na Região é necessário manter uma resposta abrangente, com sustentação das capacidades da rede de serviços de saúde e a adoção de medidas de saúde pública e sociais para controle dos surtos, como a detecção precoce, a investigação de casos, o isolamento de casos e rastreamento e quarentena de contatos. O documento está disponível no site: <https://www.paho.org/pt/documentos/ce168inf1-Atualizacao-sobre-pandemia-covid-19-na-regiao-das-americas>

Essa semana a OPS participou ativamente da Cúpula de Saúde dos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (SIDS) que reuniu chefes de Estado e de Governo, ministros da saúde dos Estados-Membros da OMS, bem como representantes de órgãos regionais e sub-regionais, agências parceiras da OMS, sociedade civil, parcerias público-privadas e academia. Os líderes discutiram as grandes ameaças e necessidades de saúde que enfrentam e que necessita de colaboração e financiamentos.

Foram discutidos temas comuns aos SIDS relacionados a Mudanças Climáticas e Saúde; Nutrição, Sistemas Alimentares e Biodiversidade; DCNT e Condições de Saúde Mental; UHC e APS; resposta e recuperação do COVID-19; Sistemas de Saúde, força de trabalho em saúde e medicamentos.

O principal resultado da Cúpula é uma declaração conjunta de ações prioritárias de curto prazo que deve incluir medidas para avançar as iniciativas de saúde em andamento e para ajudar a impulsionar os resultados das Cúpulas de Sistemas Alimentares da ONU em setembro de 2021, e da 26ª Conferência sobre Mudanças Climáticas em novembro de 2021.

As ações estratégicas de priorização da saúde no SIDS serão um programa regular prioritário da OMS e serão implementadas com base em 4 princípios fundamentais:

1. Dar alta visibilidade política aos desafios de saúde no SIDS;
2. Responder a demandas já definidas de SIDS com reforço das abordagens de baixo para cima;
3. Ampliar o trabalho sobre SIDS em toda a OMS;
4. Acompanhar o progresso, inclusive por meio de indicadores alinhados ao 13º Programa Global de Trabalho.

Informe sobre as atividades do Conselho de Direitos Humanos da ONU e dos Movimentos Sociais que atuam no âmbito da Saúde Global e Diplomacia da Saúde.

Armando De Negri Filho

Segue sendo destaque no período a realização, de 21 de junho a 09 de julho de 2021, da 47ª Sessão do Conselho de Direitos Humanos da ONU e em particular as repercussões do informe da Alta Comissária Dra. Bachelet sobre “O Papel Central do Estado na resposta às pandemias e outras emergências em saúde, e às suas consequências socioeconômicas, no avanço do desenvolvimento sustentável e na realização de todos os Direitos Humanos” [A/HRC/47/23 - S - A/HRC/47/23 -Desktop \(undocs.org\)](#) (já resumido no meu informe de 16.06.21). As repercussões observadas estabelecem uma reiterada divisão entre as posições dos países do Norte e do Sul Global, com constantes demandas daqueles do Sul de respeitar a soberania dos países com a não intromissão nos assuntos internos e reclamando a intervenção mediante sanções unilaterais que impactam a capacidade dos países em responder à Pandemia.

A crítica direta do Chanceler Russo Lavrov ao comportamento do G7 e às sanções coercitivas por fora do Sistema das Nações Unidas, além da recente Reunião de Alto Nível entre os Presidentes Putin e Xin Jiping, renovando por mais cinco anos o Tratado de Boa Vizinhança e Cooperação Amistosa, vigente há 20 anos, refletem a reivindicação de autonomia da diplomacia geral e da saúde frente à Pandemia por parte desses dois países.

<https://actualidad.rt.com/actualidad/396300-lavrov-occidente-impone-totalitarismo-mundo>

Ainda como parte dos temas de interesse ocorridos até o presente na 47ª Sessão do CDH, destacamos o informe da Relatora Especial para o Direito à Saúde – Dra. Mofokeng [A/HRC/47/28 - E - A/HRC/47/28 -Desktop \(undocs.org\)](#) e do Expert Independente para os Direitos Humanos e a Solidariedade Internacional Dr. Obiora Chinedu Okafor, [A/HRC/47/31 - E - A/HRC/47/31 -Desktop \(undocs.org\)](#), os quais destacaram respectivamente a necessidade de localizar politicamente a luta pela saúde no embate contra a colonialidade e o racismo como fatores estruturantes para a reprodução das iniquidades presentes e a necessidade de obrigações, na forma de uma cooperação internacional que adote uma racionalidade baseada em princípios morais e éticos em favor de todas as populações afetadas pela Pandemia.

No espírito desses aportes dos relatores independentes e observando a tensão emergente entre os países líderes mundiais, torna-se importante destacar a construção de uma via alternativa na configuração da Diplomacia Mundial da Saúde, que ainda que reconhecendo aportes de Rússia e China, buscam seu próprio caminho.

Refiro especialmente ao esforço da Internacional Progressista, <https://progressive.international/about/es>, a qual reúne partidos políticos, movimentos e governos nacionais que reivindicam uma solução baseada no bem comum para a provisão de vacinas e outros insumos necessários para enfrentar a Pandemia e outras ameaças futuras. O evento realizado de 18 a 21 de junho de 2021 tratou de congregar Governos comprometidos com esta tese – Cuba, Venezuela, México e Bolívia, além de dirigentes políticos e de movimentos sociais de países como a Índia, China, Equador, Brasil, África do Sul...

O avanço rápido da vacinação em Cuba utilizando vacinas nacionais e sua exportação para a Venezuela, onde iniciarão de imediato a vacinação em massa, materializa os primeiros passos do compromisso de prover a vacinação como bem público acessível aos países mais pobres do Planeta e que hoje estão escassamente assistidos pela Vacinação.

Neste momento, em que cerca de 43 milhões de doses de vacinas são aplicadas diariamente no Mundo, das quais 22 milhões são aplicadas na China, conforme se pode observar no Vacinômetro Mundial <https://ourworldindata.org/grapher/daily-covid-19-vaccination-doses>. Acelerar a vacinação no restante do Mundo e agilizar a transferência de tecnologia para maior soberania na produção e distribuição passa a ser uma contribuição essencial do evento da Internacional Progressista para uma nova ordem mundial.

Vale a pena neste contexto recuperar o debate proposto por Chantal Mouffe (<https://youtu.be/8loUPhLZBpl>, <https://youtu.be/x275fNfYlzY>), sobre a retomada do Político no Mundo (Sobre o Político, Martins Fontes Editora, 2015), instaurando uma Política de Agonistas onde seja possível identificar os adversários, não inimigos, e propor um debate em torno aos argumentos que dividem o mundo como conceito e ação para então avançar em negociações e soluções que não ignorem as contradições essenciais do Político. Neste âmbito se inserem as diferentes concepções sobre soberania, ordem econômica e política, uni ou multilateralismo, o dever de cooperar e o sentido último dos direitos humanos entendidos em cada sociedade e cultura e encontrando diferentes materialidades no desenvolvimento das nações e nas suas relações.

Combater as crescentes e já históricas desigualdades entre países e povos do Mundo certamente é um tema controverso e que tem que ser abordado de uma forma a não escamotear os conflitos e contradições entre a atual ordem hegemônica e as hegemônias alternativas. Para tanto temos que romper a hegemonia liberal na Diplomacia em Saúde e abrir uma escuta dos poderes que podem compor uma ordem multipolar entendendo o debate desde o lugar que ocupam e justificam os países que não compõem o grupo condutor da hegemonia liberal. (Um bom exemplo é a entrevista de Breno Altman com o Porta Voz da Embaixada Chinesa no Brasil – Qu Yuhui, no dia 20.06.21 <https://youtu.be/bGcCV7dg2ko>).

Documentos de destaque

1. Conselho de Direitos Humanos. 47ª sessão 21 de junho a 9 de julho de 2021. Agenda item 3. Promoção e proteção de todos os direitos humanos, civis, políticos, econômicos, sociais e culturais, incluindo o direito ao desenvolvimento. Prioridades estratégicas do trabalho: Extratos do Relatório da Relatora Especial sobre o direito de todos ao gozo do mais alto padrão de saúde física e mental, Dra. Tlaleng Mofokeng, e resumo dos seus debates.

[A/HRC/47/28 - E - A/HRC/47/28 -Desktop \(undocs.org\)](https://undocs.org/A/HRC/47/28-E-A/HRC/47/28-Desktop)

Resumo. O presente relatório contém um breve relato das atividades empreendidas pela Relatora Especial sobre o direito de todos ao gozo do mais alto padrão de saúde física e mental, Tlaleng Mofokeng, uma vez que assumiu as funções do cargo em 1º de agosto de 2020, e identifica os temas prioritários para seu trabalho nos próximos anos. A abordagem principal do Relator Especial será examinar o entendimento da colonialidade e do racismo, seu impacto sobre o direito à saúde e como avançar para a igualdade substantiva. No relatório, ela argumenta que a igualdade substantiva como objetivo permite o enfrentamento da discriminação estrutural e indireta e para a identificação e eliminação da dinâmica de poder que perpetuaram os sistemas e padrões de privilégio e desvantagem que sobreviveram ao colonialismo formal. Alcançar a igualdade substantiva na realização do direito à saúde, leis e políticas deve abordar a natureza interseccional da discriminação, ou seja, as experiências vividas daqueles que sofrem discriminação por múltiplas razões. Em particular, a Relatora Especial planeja analisar os obstáculos interrelacionados e entrincheirados que operam em diferentes níveis que se posicionam entre os indivíduos e seu gozo dos direitos de saúde sexual

e reprodutiva. O presente relatório inclui sete temas prioritários que serão elaborados ao longo da posse do mandato e também contém duas questões adicionais que serão analisadas posteriormente.

Conteúdos do Informe : Atividades durante o período; O caminho a seguir: contexto, desafios e oportunidades; Abordagem política para o direito à saúde: foco na não discriminação nos direitos de saúde sexual e reprodutiva; Abordagem substantiva da igualdade ao direito à saúde ; Direito à saúde e responsabilização; Temas prioritários; Saúde global na era da pandemia COVID-19; Sexualidade, violência de gênero e feminicídio; Direitos de saúde sexual e reprodutiva; Inovação e tecnologia digital: direitos de saúde sexual e reprodutiva, intervenções digitais e tele saúde; Racismo e direito à saúde; Equidade em saúde; Doenças não transmissíveis: cânceres reprodutivos; Conclusões.

7/28 4 9. A Relatora Especial abordará as questões mais importantes relacionadas à quitação de seu mandato com isso em mente. Aprimorar esse ponto de vista é uma compreensão da colonialidade e do racismo e seu impacto no direito à saúde. Colonialidade, conceito cunhado por Walter Dignolo por volta de 1995, refere-se aos legados vivos do colonialismo europeu em ordens sociais e sistemas de conhecimento, que criaram hierarquias raciais que permitem a discriminação social que sobreviveu ao colonialismo formal. É com isso em mente que a defesa da institucionalização intencional do antirracismo na arquitetura dos sistemas de saúde – e, portanto, a realização do direito à saúde para todos – deve ser um foco primordial não só no trabalho do Relator Especial, mas de todos os proponentes do direito à saúde. 10. Eliminar a discriminação na prática requer prestar atenção suficiente a grupos de indivíduos que sofrem preconceito histórico ou persistente que afetam desproporcionalmente os negros, comunidades indígenas e outros grupos que são discriminados racialmente no Sul Global...12. Ela também refletirá mais sobre o que o Relator Especial sobre as formas contemporâneas de racismo, discriminação racial, xenofobia e intolerância relacionadas discutiu em um relatório de 2018. Nesse relatório, o Relator Especial discutiu a importância de uma abordagem interseccional à discriminação racial no contexto das leis de cidadania, nacionalidade e imigração que contabilizaram os efeitos compostos e diferenciais do sexo e do gênero, entre outros fatores, e observou que os Estados continuaram a aplicar leis patriarcais que utilizavam a discriminação de gênero para alcançar a discriminação racial, exclusão étnica e religiosa. A Relatora Especial sobre o direito à saúde concorda que os Estados devem cumprir as normas internacionais de direitos humanos ao implementar leis e políticas relativas à cidadania, nacionalidade e imigração, e que devem cumprir suas obrigações de alcançar a igualdade racial substantiva... 13. O Relator Especial enfatizará a necessidade de colocar a igualdade substantiva no centro da operacionalização do direito à saúde. Isso requer um compromisso inequívoco com a realização de princípios universais de direitos humanos consagrados na Declaração Universal dos Direitos Humanos e outros instrumentos internacionais de direitos humanos, incluindo o Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos, o Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, a Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial e a Declaração e Programa de Ação Durban. A Declaração e o Programa de Ação de Durban é um documento abrangente e orientado para a ação que propõe medidas concretas para combater o racismo, a discriminação racial, a xenofobia e a intolerância relacionada.

Conclusões. Embora os avanços nas tecnologias de saúde tenham contribuído para melhores resultados em saúde nas últimas décadas, as iniquidades incorporadas nos sistemas públicos de saúde criaram acesso incompleto e inadequado aos benefícios desses avanços.

Muitas pessoas foram e continuam a ser deixadas para trás, devido à relutância das sociedades em identificar e nomear sistemas opressivos de organização social. 111. Com base nas contribuições inovadoras do titular do mandato anterior – que ampliou a compreensão da autonomia e dos direitos humanos no contexto dos adolescentes, entre outros – pode-se dizer que a influência do mandato na política centrada nos direitos humanos está bem estabelecida. O Relator Especial espera continuar ampliando essa influência na concretização do direito à saúde, fornecendo insights sobre como continuar contribuindo para a plena realização do direito à saúde utilizando oportunidades disponíveis para enfrentar os desafios atualmente enfrentados. 112. Ao se esforçar para concretizar o direito à saúde para todos, as abordagens que levam em conta a pluralidade das experiências humanas devem permanecer uma prioridade dos Estados em seus esforços para respeitar, cumprir e proteger o direito à saúde de todos. 113. A igualdade deve ser compreendida no contexto das injustiças históricas que as necessitam. Soluções destinadas a alcançar a igualdade, portanto, não podem ser ignorantes à posição dentro da matriz de poder social das pessoas que desejam servir.

Debate com a Relatora Especial de Saúde Física e Mental sobre suas Prioridades Estratégicas Na discussão com a Relatora Especial sobre saúde física e mental, os palestrantes disseram que o COVID-19 expôs as falhas existentes e as fragilidades estruturais na infraestrutura mundial de saúde. A falta de preparo e as deficiências de infraestrutura tornaram os países incapazes de responder. Ao elogiar que oito vacinas foram desenvolvidas e aprovadas pela Organização Mundial da Saúde, o nacionalismo vacinal foi condenado, pois as vacinas eram um bem público e deveriam estar disponíveis para todos. Algumas delegações alertaram que as medidas coercitivas unilaterais também tiveram um impacto desproporcional na saúde, incluindo o acesso às vacinas.

Tlaleng Mofokeng, Relatora Especial sobre o direito à saúde, em suas observações provisórias, disse que estava abordando violações ao direito à saúde em relação à crise do COVID-19 e que havia se envolvido com outras partes do sistema das Nações Unidas. O direito à saúde contém liberdades e direitos aos sistemas de proteção à saúde. Os desfechos adversos à saúde não são apenas consequências da genética, mas também o resultado dos sistemas opressivos que haviam criado a discriminação racial e é muito importante que os marcos legais interseccionais sejam criados. Transparência e uso de marcos legais interseccionais são meios para alcançar a igualdade e não deixar ninguém para trás. O acesso à medicina está inerentemente ligado ao direito à igualdade e os direitos humanos eram uma base para garantir a saúde universal. O mundo precisa de uma administração adequada para garantir que ninguém seja deixado para trás, pois os países em desenvolvimento precisam de apoio para aumentar seus sistemas.

O webcast dos encontros do CDH pode ser encontrado aqui [here](#). Os sumários aqui [here](#). Documentos e informes da 47ª Sessão podem ser encontrados aqui [here](#).

Os participantes da discussão saudaram amplamente a maioria das recomendações fornecidas pelo relatório, concordando que as experiências humanas contextualizadas devem informar os esforços dos governos para concretizar o direito à saúde. Foi bem-vindo o tratamento da Relatora Especial à saúde sexual e reprodutiva, inclusive no que diz respeito às relações entre pessoas do mesmo sexo, com palestrantes perguntando-lhe sobre as formas de garantir a participação de pessoas que sofrem discriminação por múltiplos motivos ao longo de seu trabalho. Outros palestrantes observaram que o Relator Especial estava correto ao falar sobre o direito à saúde reprodutiva, mas não sobre os direitos sexuais, que não foram reconhecidos pelo direito internacional. Não foi correto delinear uma categoria específica

protegida de minorias sexuais e construir a infraestrutura de saúde do governo em torno dela - que resultou em discriminação, segundo alguns palestrantes. A nomeação explícita do racismo e da colonialidade como fatores-chave na perpetuação de sistemas de privilégios e desvantagens foi bem recebida por alguns oradores que clamavam pela transformação de sistemas de poder que perpetuavam e se beneficiavam dessas desigualdades grotescas. Alguns palestrantes disseram que pessoas transgênero e de gênero diverso eram particularmente vulneráveis, enfrentando a falta de acesso a cuidados de saúde trans competentes e vieses transfóbicos no corpo médico.

Observações finais: Tlaleng Mofokeng, Relatora Especial sobre o direito de todos ao gozo do mais alto padrão de saúde física e mental, observou que a pandemia COVID-19 teve um impacto em todos os direitos humanos. Inovação, tecnologias digitais, racismo e direito à saúde são algumas das áreas focais em que a Relatora Especial se concentrará no futuro, especialmente de forma que estas se cruzem com direitos sexuais e reprodutivos. É importante continuar utilizando a abordagem política para o direito à saúde. A pandemia COVID-19 lembrou a todos que a realização do direito à saúde exige solidariedade global - as vacinas devem estar disponíveis globalmente.

2. Informe [A/HRC/47/31 - E - A/HRC/47/31-Desktop \(undocs.org\)](#) e síntese dos debates com o Especialista Independente em direitos humanos e solidariedade internacional, Obiora Chinedu Okafor. 24 de junho de 2021.

O Conselho de Direitos Humanos realizou um diálogo interativo com Obiora Chinedu Okafor, Especialista Independente em Direitos Humanos e Solidariedade Internacional, disse que, apesar do papel central que os Estados individuais devem desempenhar, a segurança internacional em saúde pública foi uma aspiração coletiva e uma responsabilidade mútua, destacando assim a importância da cooperação internacional, em especial em tempos de emergências e pandemias em saúde, com base no respeito mútuo. A solidariedade internacional também estava enraizada em obrigações positivas de cooperar. A solidariedade internacional e os direitos humanos devem ser aplicados no contexto do controle de doenças infecciosas e a obrigação de cooperação internacional em emergências em saúde pública foi imperativa e legalmente vinculativa. O sr. Okafor acrescentou que limitar as proteções de patentes para produtos e serviços médicos relacionados ao COVID-19 facilitaria o acesso a versões genéricas de menor custo das vacinas COVID-19.

Os participantes concordaram com o Especialista Independente de que a pandemia COVID-19 havia destacado os limites práticos da solidariedade e da cooperação internacional. Muitos palestrantes enfatizaram que o nacionalismo vacinal era inaceitável e a solidariedade internacional deve ser alimentada para combater essa tendência, garantindo o acesso igualitário às vacinas. A suspensão do serviço da dívida deve levar ao cancelamento das dívidas dos países do sul global para que os fundos possam ser direcionados para combater a pandemia. Os palestrantes destacaram, em particular, que as práticas unilaterais de alguns países, como medidas coercitivas unilaterais e sanções, foram interligadas às práticas isolacionistas desses países no que diz respeito à saúde pública durante a pandemia COVID-19 - todas essas práticas se opuseram fundamentalmente aos princípios da solidariedade internacional.

3. Cúpula global de vacinas liderada pelo Sul mira nova plataforma de compartilhamento de tecnologia. Por Jenny Lei Ravelo. 22 de junho de 2021.

<https://www.devex.com/news/global-south-led-vaccine-summit-eyes-new-tech-sharing-platform-100196>

Cuba e México se comprometeram a abrir o licenciamento de suas vacinas COVID-19 desenvolvidas internamente, e a Venezuela propôs a criação de uma plataforma de compartilhamento tecnológico que poderia funcionar em paralelo com o Pool de Acesso Tecnológico COVID-19 da Organização Mundial da Saúde, no encerramento da Cúpula para o Internacionalismo de Vacinas, liderada por países do sul global. Os organizadores da cúpula descreveram o evento como "oposto polar" à reunião de líderes do G-7 no início de junho que viu os líderes do G-7 concordarem em compartilhar mais 870 milhões de doses de vacina, mas que especialistas em saúde e ativistas argumentaram ser em grande parte inadequado para atingir metas de inoculação.

A OMS apelou ao G-7 para ajudar a vacinar pelo menos 70% da população mundial até meados de 2022. Mas os compromissos de partilha de doses dos líderes de até 1 bilhão de doses atingiriam apenas 10,3% da população em países de baixa e média renda nesse período, de acordo com uma análise da One Campaign. "Esta é uma solução inadequada por si só, simplesmente pelo fato de termos pessoas morrendo em milhares todos os dias no que se tornou efetivamente uma pandemia de país em desenvolvimento", disse Achal Prabhala, coordenador do projeto Access IBSA e co-moderador do evento, em uma coletiva de imprensa na segunda-feira.

A cúpula foi liderada em grande parte por autoridades de países de renda média, particularmente ministros de países latino-americanos, que se comprometeram a colaborar abertamente com a tecnologia de vacinas COVID-19, fornecer suporte de capacidade regulatória aos países necessitados e capacidade de fabricação de piscinas para a produção de vacinas e outros equipamentos médicos, como equipamentos de proteção individual e oxigênio. "Eu acho que os países que se reuniram. Eles são motivados por eu acho que a falha de todos os sistemas existentes para dar-lhes o tipo de fornecimento de vacinas que eles precisam." — Achal Prabhala, coordenador do projeto Access IBSA.

Cuba e México se ofereceram para colaborar em testes de vacinas e licenças abertas para que outros países pudessem produzir suas vacinas desenvolvidas internamente, como a Soberana 2 de Cuba e a Pátria do México. A Soberana 2 de Cuba mostrou 62% de eficácia, de acordo com dados preliminares de testes em estágio final divulgados no fim de semana. Atualmente, a vacina está sendo administrada no país como parte dos esforços para conter outra onda de infecções pelo COVID-19. Outro dos candidatos à vacina de Cuba, Abdala — uma vacina de três doses — mostrou 92,28% de eficácia. A vice-ministra de Saúde Pública de Cuba, Dra. O secretário adjunto de Prevenção e Promoção da Saúde do México, Dr. Hugo López-Gatell Ramírez, disse que a vacina Pátria do México "incluiria um esquema de preços solidários para outros países", segundo o mesmo comunicado de imprensa.

Os contratos de licenciamento normalmente incluem uma taxa padrão de royalties paga por fabricantes que recebem a tecnologia e assistência para fabricar um produto médico, como uma vacina. Embora nenhum preço de vacina em si tenha sido acordado, Prabhala disse que os países que participaram da cúpula deixaram claro que a tecnologia para seus candidatos a vacinas será compartilhada "a taxas acessíveis". Autoridades de saúde do México e da Argentina também ofereceram apoio em avaliações regulatórias e aprovações de vacinas COVID-19, como a vacina Russa Sputnik V e a Covaxin da Índia desenvolvida pela Bharat Biotech.

A Venezuela ofereceu à sua indústria manufatureira aumentar a produção de vacinas e outros equipamentos médicos, e o ministro das Relações Exteriores, Jorge Arreaza, propôs uma nova plataforma de compartilhamento de tecnologia para os países participantes. "Acho que a

OMS e a unidade COVAX tiveram um grau de sugestões inovadoras que realmente não foram bem aceitas, como plataformas de tecnologia [de compartilhamento], bem como tiveram falhas, acho que em termos de entrega real de vacinas de uma plataforma como a COVAX", disse Prabhala.

"Eu acho que os países que se reuniram... eles são motivados pela falha de todos os sistemas existentes para dar a eles o tipo de fornecimento de vacinas que eles precisam", acrescentou. Varsha Gandikota, coordenadora da cúpula, disse que a proposta da Venezuela vai além de apenas compartilhar a tecnologia de vacinas, mas também um mapeamento de onde há potencial de produção de matérias-primas e outros componentes, como seringas, dados para os quais tem sido um desafio para aqueles que tentam produzir vacinas. A Internacional Progressista está "no processo de organizar reuniões de acompanhamento onde as especificidades das propostas serão determinadas, como cronogramas", disse James Schneider, seu diretor de comunicação. Havia dúvidas sobre se a cúpula provocaria pressão em países de alta renda e grandes empresas farmacêuticas para reconsiderar o que muitos ativistas de saúde descreveram como um monopólio sobre os direitos de patentes e produzir um sistema farmacêutico alternativo. "Acho que se acontecer que um modelo de solidariedade e cooperação, como o que saiu da cúpula, é algo que cria pressão para os fabricantes de vacinas ocidentais e governos ocidentais, isso seria uma grande coisa", disse Prabhala.

4. Anúncio de Atividade: O Fórum Político de Alto Nível (HLPF 2021) será realizado de terça-feira, 6 de julho a quinta-feira, 15 de julho de 2021, sob os auspícios do Conselho Econômico e Social (ECOSOC).

<http://ngosbeyond2014.org/articles/2021/6/21/high-level-political-forum-hlpf-2021-6-15-july-2021-posting.html>

O Fórum Político de Alto Nível (HLPF 2021) será realizado de terça-feira, 6 de julho a quinta-feira, 15 de julho de 2021, sob os auspícios do Conselho Econômico e Social (ECOSOC). Inclui a reunião ministerial de três dias do fórum de terça-feira, 13 de julho a quinta-feira, 15 de julho, como parte do segmento de alto nível do Conselho. O tema HLPF é a recuperação sustentável e resiliente da pandemia COVID-19 que promove as dimensões econômica, social e ambiental do desenvolvimento sustentável: a construção de um caminho inclusivo e eficaz para a realização da Agenda 2030 no contexto da década de ação e alcance do desenvolvimento sustentável.

Como estamos sobre os ODS, dados os impactos dramáticos da COVID-19? O que podemos aprender com as diferentes experiências do país em responder à pandemia COVID-19? Que mistura de políticas tem sido mais eficaz para lidar com os impactos da COVID-19, ao mesmo tempo em que coloca os países de volta aos trilhos para realizar os ODS? Quais são as ações imediatas que os países devem considerar para abordar o impacto socioeconômico da pandemia sobre os mais vulneráveis? O que deve ser feito para garantir a disponibilidade de dados oportunos e confiáveis e melhorar a resiliência dos escritórios/operações de estatísticas para tomar decisões informadas para a recuperação do COVID-19 e alcançar os ODS?

Clique aqui para aceder ao Programa: [available here](#).

G77, MNA e cooperação Sul-Sul na Saúde Global e Diplomacia da Saúde

Regina Ungerer

Escritório das Nações Unidas para a Cooperação Sul-Sul (UNOSSC)

O UNOSSC oferece um fórum para os Diretores-Gerais das agências de cooperação técnica dos governos nacionais do Sul e do Norte, bem como para outros parceiros e facilita a troca de experiências na resposta aos desafios de políticas, estratégias e arranjos de financiamento para a cooperação Sul-Sul e triangular.

Existem algumas definições de Cooperação Sul-Sul, mas o UNOSSC, a define como uma troca de conhecimentos e recursos político, econômico, social, cultural, ambiental ou técnico entre países em desenvolvimento. Pode ocorrer em uma base bilateral, regional, sub-regional ou inter-regional e pode envolver dois ou mais países em desenvolvimento.

A cooperação triangular, por sua vez, envolve dois ou mais países em desenvolvimento em colaboração com um terceiro, normalmente um governo de país desenvolvido ou uma organização multilateral, contribuindo para os intercâmbios com seus próprios conhecimentos e recursos.

A cooperação Sul-Sul e a cooperação triangular tornaram-se amplamente reconhecidas por seus benefícios estratégicos no compartilhamento de conhecimento.

Destaques do UNOSSC

O grande destaque dos últimos 15 dias foi a realização da 20ª Sessão do Comitê de Alto Nível de Cooperação Sul-Sul que aconteceu virtualmente entre os dias 1 e 4 de junho de 2021 cujo tema central foi: **“Acelerar a realização dos ODS por meio da implementação eficaz do documento final do BAPA + 40, ao mesmo tempo em que responde à pandemia COVID 19 e a outras crises globais semelhantes”**.

O documento final acordado desta reunião ainda não está disponível online e deverá ser aprovado na próxima Assembleia Geral da ONU em setembro de 2021. Porém o documento deverá levar em consideração o progresso feito na implementação do Plano de Ação de Buenos Aires para Promoção e Implementação da Cooperação Técnica entre países em desenvolvimento; a estratégia de Novos Rumos para Cooperação Sul-Sul de 1995 e o documento final da Reunião de Alto Nível de Nairobi sobre a Cooperação Sul-Sul de 2009.

O relatório, apresentado pelo Administrador do PNUD para ser analisado pelos Estados Membros durante a 20ª Reunião do Comitê de Alto Nível para a Cooperação Sul-Sul, descreve os avanços da cooperação Sul-Sul no período de 2016 a 2020. Já é uma tradição que o Administrador do PNUD relate a cada dois anos os progressos feitos na implementação destes três documentos fundamentais.

Dada a passagem de tempo desde que a Assembleia Geral endossou estes documentos, uma explicação de sua contínua relevância como referências para medir a aplicação da cooperação Sul-Sul é justificada abaixo.

Durante a década de 1970, o PNUD desempenhou um papel crucial ao acolher os países em desenvolvimento recém-independentes no sistema das Nações Unidas e ao convocar a conferência em Buenos Aires que resultou no Plano de Ação de Buenos Aires (1979), que continua sendo uma ferramenta para orientar o que veio a ser conhecido como “Cooperação

Sul-Sul”. No BAPA, as metas programáticas para a cooperação Sul-Sul foram articuladas nos níveis nacional, sub-regional, regional e inter-regional.

Os esforços para fortalecer a integração regional no Sul global, por exemplo, são inspirados no Plano de Ação de Buenos Aires. O BAPA também contém detalhes dos objetivos da cooperação Sul-Sul que influenciaram muitas das iniciativas Sul-Sul em várias áreas temáticas e geográficas.

Além disso, é importante reconhecer as características que tornaram o BAPA, como o modelo para a cooperação Sul-Sul, altamente relevante para as medidas tomadas para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e para como o Sul global e seus parceiros respondem à pandemia do COVID-19 e outras crises globais. Muitos destaques do relatório do Administrador do PNUD foram elaborados com base nos principais objetivos da cooperação Sul-Sul identificados no Plano de Ação de Buenos Aires e apoiados pelo PNUD e outros órgão da ONU durante décadas. Esses objetivos incluem:

- (a) O fomento da autossuficiência dos países em desenvolvimento com base no aumento de suas capacidades criativas para conceber soluções para seus desafios de desenvolvimento de acordo com suas aspirações, valores e necessidades particulares;
- (b) O intercâmbio de experiências e o compartilhamento de recursos técnicos;
- (c) A transferência de tecnologia e ferramentas adequadas às necessidades e ao potencial de desenvolvimento dos países em desenvolvimento;
- (d) O fortalecimento das capacidades dos países em desenvolvimento para identificar e analisar os desafios do desenvolvimento e formular estratégias corretivas;
- (e) O fortalecimento da competência tecnológica no Sul global.

É importante notar que, à medida que a atual fase de globalização se consolidava, a AGNU, solicitou ao Comitê de Alto Nível sobre Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento, o precursor do Comitê de Alto Nível sobre Cooperação Sul-Sul, para incluir um item sobre os novos rumos da cooperação técnica entre os países em desenvolvimento (agora cooperação Sul-Sul) na agenda de sua nona sessão, em 1995. Em resposta, o PNUD e a Unidade Especial de Cooperação Técnica entre os Países em Desenvolvimento, agora, o Escritório das Nações Unidas para a Cooperação Sul-Sul, preparou um relatório com recomendações específicas sobre a reorientação da cooperação Sul-Sul para permitir que os países em desenvolvimento se ajustassem à globalização.

A estratégia serviu para destacar as medidas necessárias para garantir que os países em desenvolvimento atendessem simultaneamente aos seus objetivos de desenvolvimento nacional e participassem efetivamente do sistema econômico global. Com base na estratégia, foi ainda aconselhado que a cooperação Sul-Sul se concentrasse em áreas de alta prioridade, como comércio e investimento, produção e emprego, coordenação de políticas macroeconômicas, erradicação da pobreza e meio ambiente. A escolha das áreas baseou-se no entendimento de que iniciativas relacionadas teriam um grande impacto de desenvolvimento em muitos países em desenvolvimento. A nova estratégia também introduziu o conceito de “cooperação triangular” com base no entendimento de que os países em desenvolvimento precisariam do apoio complementar dos países desenvolvidos e das organizações das Nações Unidas para o avanço da cooperação Sul-Sul. A AGNU acolheu o relatório.

Posteriormente, a Assembleia Geral, em sua resolução 62/209⁹, convocou a Conferência de Alto Nível das Nações Unidas sobre Cooperação Sul-Sul para marcar o trigésimo aniversário da aprovação do Plano de Ação de Buenos Aires.

Durante a Conferência de Alto Nível de Nairobi sobre a Cooperação Sul-Sul em 2009, o Administrador do PNUD serviu como Secretário-Geral da Conferência, na qual foi emitido o documento final de Nairobi endossado pelo Assembleia em sua resolução 64/222¹⁰. O documento final contém os princípios que deveriam nortear a cooperação Sul-Sul e inclui um apelo dos Estados Membros para que a ONU, como um todo, fortaleça seu apoio à cooperação Sul-Sul e triangular. O Administrador do PNUD também atuou como Secretário-Geral da segunda Conferência de Alto Nível das Nações Unidas sobre Cooperação Sul-Sul, realizada em Buenos Aires (BAPA + 40) em março de 2019.

Portanto, o Comitê de Alto Nível sobre Cooperação Sul-Sul solicita que o Administrador do PNUD continue a monitorar e relatar o progresso na implementação dos três documentos fundamentais, nos quais o objetivo, as prioridades estratégicas e os princípios da Cooperação Sul-Sul se baseiam, assim como convocar a Reunião do Comitê de Alto-Nível.

Baseado nestes princípios, o relatório do Administrador do PNUD contém uma análise do contexto global no qual a cooperação Sul-Sul e triangular foram implementadas nos Estados Membros no período entre 2016 e 2020 em seus esforços para alcançar seus objetivos de desenvolvimento nacionais e regionais. O relatório também examina a Cooperação Sul-Sul e triangular na resposta à pandemia do COVID-19.

O relatório conclui com recomendações a todas as partes interessadas relevantes, incluindo o sistema das Nações Unidas, sobre o fortalecimento da cooperação Sul-Sul e triangular para se recuperar da pandemia do COVID-19 e alcançar a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.

O relatório completo pode ser visto em: <https://undocs.org/en/SSC/20/1>

Grupo do G-77

O Grupo dos 77 (G-77) foi criado em 15 de junho de 1964 por setenta e sete países em desenvolvimento. Atualmente o G-77 é composto de 134 países, mas manteve o nome original devido ao seu significado histórico. O Grupo dos 77 é a maior organização intergovernamental de países em desenvolvimento dentro das Nações Unidas.

Sua missão é permitir que os países do Sul Global se articulem e promovam seus interesses econômicos coletivos e assim aumentem sua capacidade internacional de negociação conjunta dentro do sistema das Nações Unidas.

O G-77 se tornou o interlocutor do Sul em todos os fóruns relevantes da ONU e seus associados. É importante ressaltar que a China normalmente endossa as posições do grupo, de modo que as decisões geralmente são emitidas em nome do G-77 + China.

A República da Guiné assumiu a presidência do G-77 em janeiro de 2021, por um período de um ano.

⁹ Resolução adotada pela Assembleia Geral em 19 de dezembro de 2007 sobre Cooperação Sul-Sul.

¹⁰ Resolução adotada pela Assembleia Geral em 21 de dezembro de 2009 sobre o documento final da Conferência de Alto Nível das Nações Unidas sobre Cooperação Sul-Sul

Entre 8 e 24 de junho de 2021, o G-77 e a China tiveram três participações em Assembleias da ONU.

Declaração do G-77 e China no dia 14 de junho de 2021

Declaração feita por Sua Excelência o Ministro Relações Exteriores da República da Guiné e Guineense vivendo no exterior, Dr. Ibrahima Khalil Kaba em nome do G-77 e da China sobre a desertificação, degradação do solo e seca.

Durante décadas, os problemas de desertificação, degradação do solo e seca foram menosprezados pela comunidade internacional e tratados como preocupações ou problemas regionais ou locais. Embora a maior parte da atenção e dos esforços internacionais estejam focados nas mudanças climáticas, o combate à degradação do solo e à desertificação contribuem fortemente para os problemas climáticos e, portanto, a Convenção das Nações Unidas para o Combate à Desertificação (UNCCD) constitui uma ferramenta inestimável para discutir o problema.

O esgotamento dos recursos naturais e os efeitos adversos da degradação ambiental, incluindo desertificação, seca, degradação do solo, escassez de água potável e perda de biodiversidade aumentam e exacerbam a lista de desafios que a humanidade já enfrenta. Nos últimos anos, vários programas para a implementação da Agenda 2030 foram reprogramados devido aos desafios contínuos colocados pela crescente evolução da pandemia do COVID 19 em todo o mundo. Um dos exemplos ilustrativos é a décima quinta sessão da Conferência das Partes¹¹ (COP15) da UNCCD, que seria realizada no segundo semestre de 2021, mas que foi adiada e remarcada para maio e outubro de 2022.

Este evento de alto nível ocorreria dentro de um período de preparação da COP26 que será realizada em Glasgow em novembro de 2021. O G-77 e a China enfatizam a necessidade urgente de combater a degradação do solo e identificar os ODS que possam acelerar o progresso e integrar as atividades planejadas para atingir objetivos múltiplos. A meta 15.3¹² do ODS exorta os países a combater a desertificação, restaurar terras e solos degradados, incluindo terras afetadas pela desertificação, secas e inundações e se esforçar para alcançar um mundo neutro em relação à degradação do solo. A adoção e implementação urgente de metas para a LDN (*Land Degradation Neutrality*) por todos os países, restauração escalonada de ecossistemas, reforma de sistemas alimentares e maior resiliência a desastres são necessários para garantir de forma sustentável os recursos vitais do solo para as gerações futuras e acelerar toda a Agenda 2030.

Como os desafios relacionados à desertificação continuam a se intensificar e devido ao impacto da pandemia COVID-19, mais atenção e ações são urgentemente necessárias para abordar o objetivo abrangente da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável: a erradicação da pobreza em todas as suas formas e dimensões. É necessário resiliência de

¹¹ A COP é o órgão supremo de tomada de decisão da Convenção das Nações Unidas para o Combate à Desertificação (UNCCD). Todos os Estados que são Partes da Convenção estão representados na COP, na qual revisam a implementação da Convenção e quaisquer outros instrumentos legais que a COP adote e tomam as decisões necessárias para promover a implementação efetiva da Convenção, incluindo arranjos institucionais e administrativos.

Uma das principais tarefas da COP é revisar os relatórios nacionais e os relatórios sobre as emissões apresentados pelas Partes. Com base nessas informações, a COP avalia os efeitos das medidas tomadas pelas Partes e o progresso feito para alcançar o objetivo final da Convenção.

¹² A meta 15.3 dos ODS visa alcançar a Neutralidade da Degradação do Solo (LDN) em todo o mundo até 2030. A UNCCD adotou o LDN como o principal alvo da Convenção na COP12, em outubro de 2015.

ecossistemas, da agricultura, da infraestrutura e de todos para alcançar o desenvolvimento sustentável em suas três dimensões, econômica, social e ambiental, de maneira equilibrada e integrada.

A Adoção da Neutralidade da Degradação do Solo (LDN) no Documento Final da Rio + 20 "O futuro que queremos" e o estabelecimento da LDN como Meta 15.3 nos ODS destaca a importância ambiental e a dimensão da conservação do solo. Reverter esta degradação é essencial para alcançar os ODS.

O G-77 e a China expressam sua profunda preocupação com a tendência contínua de degradação do solo, no qual cerca de um quinto da superfície da Terra já apresenta queda de sua produtividade. Em alguns casos, o avanço da degradação do solo está levando à desertificação. É fundamental continuar a combater a desertificação, restaurando solos e solos degradados, incluindo os terrenos afetados pela desertificação, secas e inundações, especialmente nos países em desenvolvimento. Reconhecem que o Fundo de Neutralidade da Degradação de Solos, uma parceria público-privada única, é um modelo inovador que pode ser replicado para ser um veículo de maior comprometimento do capital privado com a gestão e restauração do solo.

Declaração do G-77 e China no dia 23 de junho de 2021

Declaração feita por Sua Excelência o Embaixador Aly Diane, representante permanente da República da Guiné junto às Nações Unidas, em nome do G-77 e da China sobre o ponto 42 da agenda: "Necessidade de encerrar o embargo econômico, comercial e financeiro imposto pelos Estados Unidos da América contra Cuba" na plenária da 75ª sessão da Assembleia Geral da ONU.

O G-77 e a China deploram o embargo econômico, comercial e financeiro imposto pelos Estados Unidos a Cuba há mais de seis décadas. Alguns passos positivos foram dados pelo governo dos EUA entre 2015 e 2016, que apesar de ainda inadequados, caminhavam na direção certa.

Lamenta-se a política estabelecida pela administração anterior dos EUA, com o objetivo de reforçar o embargo a Cuba, que continua em vigor apesar da mudança de administração no governo americano. O Grupo acredita que este é um obstáculo para a normalização das relações entre os dois países.

O G-77 e a China expressam sua profunda preocupação com a ampliação do caráter extraterritorial do embargo contra Cuba, incluindo a plena implementação do Capítulo III da Lei Helms-Burton¹³, e rejeita o reforço das medidas financeiras adotadas pelo Governo dos Estados Unidos, destinadas ao endurecimento do embargo.

O Grupo dos 77 e a China reiteram seu compromisso com os princípios, propósitos e espírito da Carta das Nações Unidas, em particular os princípios da igualdade soberana dos Estados, não intervenção e não ingerência nos seus assuntos internos, assim como sua liberdade de exercer o comércio e a navegação internacional. Acredita-se que é dever e responsabilidade

¹³ A Lei Helms-Burton, em vigor desde 1996, codificou o bloqueio contra Cuba e fortaleceu o seu alcance extraterritorial. O capítulo III estabelece um grupo de normas que permite que cidadãos americanos abram processo em tribunais americanos contra qualquer empresa estrangeira que use propriedades confiscadas dos americanos, pelo Governo de Cuba.

de cada Estado Membro cumprir rigorosamente estes princípios. O G-77 e a China são de opinião de que toda política ou ação que desrespeite estes princípios, neste caso, as sanções econômicas unilaterais contra Cuba devam ser revogadas imediatamente.

O G-77 e a China também ressaltam o impacto debilitante que o embargo de mais de 60 anos tem sobre Cuba e seu povo. O investimento estrangeiro limitado e o difícil acesso a créditos para o desenvolvimento se traduzem diretamente em dificuldades econômicas e humanitárias para o povo de Cuba. As reformas socioeconômicas do país também vêm sendo severamente prejudicadas pelo embargo.

Há grande preocupação com o fato de que, se essas sanções econômicas continuarem, o potencial de desenvolvimento de Cuba, tanto econômico como humano, será prejudicado e será impossível para o país embarcar com sucesso no caminho do desenvolvimento sustentável, previsto na Agenda 2030, para a qual todos os Estados-Membros se comprometeram a apoiar.

Por muitas décadas, Cuba tem contribuído extensa e continuamente para a comunidade internacional, particularmente por meio da Cooperação Sul-Sul. A ajuda de Cuba a outros países no contexto da Pandemia do COVID-19 tem sido um grande exemplo de sua solidariedade com a comunidade internacional.

O G-77 e a China, gostariam de apelar à comunidade internacional para intensificar o apoio ao cessamento do embargo, não apenas para Cuba, mas também para o desenvolvimento econômico e social de todos os membros da comunidade global como um todo.

Declaração do G-77 e China no dia 23 de junho de 2021

Declaração escrita pela República da Guiné em nome do G-77 e da China durante o segmento de assuntos humanitários do Conselho Econômico e Social das Nações Unidas (ECOSOC) realizado em Genebra.

O ECOSOC-HAS (*Humanitarian Affairs Segment* - Segmento de Assuntos Humanitários) é um fórum essencial para os Estados Membros, o Sistema das Nações Unidas e as partes interessadas refletirem sobre os desafios humanitários atuais e futuros. Hoje, esses desafios são verdadeiramente sem precedentes: de acordo com a Visão Geral Humanitária Global de 2021 do Escritório de Coordenação de Assuntos Humanitários, 235 milhões de pessoas irão necessitar de assistência humanitária.

Este número preocupante é a soma das necessidades humanitárias preexistentes e os impactos diretos e secundários relacionados à pandemia do COVID-19. O tema do Segmento de Assuntos Humanitários deste ano, "Fortalecendo a assistência humanitária para enfrentar os desafios de 2021 e futuros desafios: mobilizando o respeito pelo direito internacional humanitário, inclusão, gênero, inovação e parcerias", reflete o caráter multifacetado das soluções necessárias para enfrentar esta crise.

A magnitude dessas necessidades humanitárias requer respostas múltiplas, mas também um propósito único, como a adoção da resolução humanitária anual do ECOSOC.

O Segmento de Assuntos Humanitários de 2020 foi realizado sob a sombra da pandemia. Desde então, o desenvolvimento de vacinas deu ao mundo uma nova esperança, mas também ressaltou os efeitos alarmantes da desigualdade global. O G-77 e a China reconhecem que as vacinas para o COVID-19 devam ser um bem público global, lembrando também que a

capacitação e a transferência de tecnologia devem ser incentivadas em termos e condições justas e favoráveis, especialmente para os países em desenvolvimento.

Destacam que o acesso às vacinas é crítico, não apenas para superar a pandemia e recuperar o avanço do desenvolvimento sustentável, mas também para responder adequadamente as emergências humanitárias, inclusive em relação ao deslocamento das pessoas, migrantes e refugiados.

Em muitos países, o impacto socioeconômico da COVID-19 foi mais intenso do que a própria doença e mais uma vez mostrou que ajuda, recuperação, reabilitação, reconstrução e desenvolvimento de longo prazo são meios complementares e devem ser enfatizados.

Como tem sido ressaltado em resoluções do ECOSOC e da AGNU, a cooperação deve simultaneamente respeitar os princípios humanitários e apoiar as prioridades nacionais, em coordenação com os Estados Membros afetados. As autoridades nacionais são as principais responsáveis pela iniciação, organização e coordenação da assistência humanitária, e deve-se priorizar a necessidade de fortalecer a capacitação e a resiliência dos países. Nesse contexto, o G-77 e a China destacam o impacto socioeconômico das medidas coercivas unilaterais, que repercutem negativamente na capacidade de alguns Estados Membros de responder com eficiência aos desafios da COVID-19.

O Grupo também deseja reiterar que as emergências humanitárias geradas por diferentes causas devam receber atenção e recursos, em particular no âmbito internacional, que sejam compatíveis com as necessidades humanitárias locais. Deve-se ter o devido cuidado para que os conflitos armados, o surto de doenças infecciosas e doenças não transmissíveis, os efeitos adversos das mudanças climáticas entre outras causas de necessidade de ajuda humanitária sejam entendidos e enfrentados de forma proporcional e pragmática.

Destaca-se também que o fechamento de escolas e outras instituições de ensino durante a pandemia terá impactos importantes à longo prazo, colocando em risco a transição da ajuda para o desenvolvimento. É importante que sejam incluídos esforços para propiciar educação segura, inclusiva, equitativa e de qualidade em todos os níveis e idades em emergências humanitárias.

O sistema humanitário tem feito enormes esforços para prevenir e tratar a COVID-19 e para lidar com as interrupções em todas as outras áreas da saúde, desde imunizações de rotina até os meios diagnósticos. Nesse contexto, o G-77 e a China reconhecem que a saúde mental e o apoio psicossocial, temas relativamente novos nas discussões humanitárias multilaterais, têm se mostrado preocupantes, especialmente durante a pandemia.

Importante também destacar que a inovação deve estar no centro da ajuda humanitária à pandemia. Destacamos o reaproveitamento de tecnologia na logística, reunificação familiar e transferência de dinheiro, entre outras. No entanto, a tecnologia não deve ser vista, como a solução universal para os desafios humanitários e não pode ser adotada acriticamente. Uma abordagem realista dos riscos e vulnerabilidades, como aqueles relacionados à privacidade e preservação de dados, deve ser uma preocupação permanente. Além disso, deve-se garantir a inclusão, pois a exclusão digital costuma ser uma realidade em emergências humanitárias.

Não se pode descuidar de temas como a interseção entre o clima e as emergências humanitárias. Destaca-se que as mudanças climáticas são um dos maiores desafios do nosso tempo e impactam de forma desproporcional os países em desenvolvimento, em particular os

mais pobres e vulneráveis. Desastres naturais extremos afetam o meio ambiente, a economia e a sociedade e são capazes de reverter, da noite para o dia, os avanços de desenvolvimento conquistados. Os desastres naturais exigem respostas eficazes, como a resolução "Cooperação internacional para a assistência humanitária no campo dos desastres naturais, da ajuda ao desenvolvimento", apresentada anualmente pelo G-77 e a China na AGNU.

A prevenção da fome e a insegurança alimentar serão o tema do evento anual do ECOSOC sobre a transição do alívio para o desenvolvimento. Embora todas as causas imediatas para essas crises, como desastres naturais ou conflitos armados, devam ser totalmente compreendidas, reiteramos que a vulnerabilidade neste campo está ligada à pobreza e à falta de desenvolvimento. Ignorar esses fatores obstruirá qualquer tentativa de abordar de forma abrangente a insegurança alimentar e fome.

A COVID-19 e outros tópicos selecionados para discussão no Segmento de Assuntos Humanitários deste ano representam desafios persistentes que exigem soluções criativas e voltadas para o futuro. No entanto, as realidades básicas que sustentam a ação humanitária e que serão a base para essas soluções não mudaram. Os princípios humanitários ainda são a pedra angular da ação humanitária, e o papel das Nações Unidas na coordenação da resposta humanitária ainda é de extrema importância, levando em consideração o papel primordial dos Estados afetados. Neste momento desafiador, o G-77 e a China procuram trabalhar em conjunto com todos os parceiros relevantes para uma coordenação mais eficaz da assistência humanitária de emergência, para que as pessoas que estão no centro das emergências humanitárias tenham suas vidas, bem-estar e dignidade devidamente protegidos.

Movimento dos Não Alinhados

O MNA é um fórum político formado por um grupo de países que não se alinham oficialmente com nenhum grande bloco de poder ou grupo de países. É a maior coligação de países depois das Nações Unidas, composta atualmente por 120 Estados Membros de todas as partes do mundo. Atualmente, também existem 17 estados e 10 organizações internacionais com status de observador.

De 2019 a 2022, a presidência do MNA está a cargo do Governo do Azerbaijão. O Presidente da República do Azerbaijão, Mr. Ilham Aliyev é também o Presidente do Movimento dos Não Alinhados. A Delegação do Azerbaijão junto às Nações Unidas é o representante do Presidente na ONU.

Não houve eventos ou participações do MNA no período.

Resposta da OEA à Pandemia de COVID-19

Luana Bermudez

A Secretaria de Cúpulas das Américas vem fazendo um trabalho intenso de diálogos entre a sociedade civil e atores sociais com representantes dos governos nacionais, como preparação para a Nona Cúpula das Américas. Estes diálogos aconteceram entre janeiro e maio de 2021 e tiveram como objetivo dar uma oportunidade à sociedade civil de apresentar uma visão compartilhada sobre as prioridades nos âmbitos nacional e regional.

Neste sentido, foram identificados temas de interesse comum, problemáticas e desafios. As prioridades discutidas foram organizadas em 7 grandes temas (detalhados abaixo) porém pode-se destacar alguns consensos como a necessidade de fortalecimento dos sistemas de saúde, a importância da reativação econômica inclusiva e sustentável, o reforço das instituições democráticas e o avanço da agenda anticorrupção.

Aspectos político-institucionais

- Implementação de uma agenda anticorrupção
- Políticas públicas inclusivas em termos de gênero e direitos humanos
- Implementação de políticas que promovam a paz, a participação cidadã e o fortalecimento institucional

Aspectos de Direitos Humanos

- Garantia a proteção dos direitos humanos já conquistados
- Criação de mecanismos que garantam a geração de empregos dignos e proteção de trabalhadores informais, principalmente durante a recuperação econômica pós pandemia
- Implementação de ações para a erradicação de todas as formas de violência, exclusão, discriminação e falta de oportunidades para grupos em situação de vulnerabilidade social
- Inclusão de segurança alimentar e acesso à água potável na agenda de recuperação econômica pós pandemia

Aspectos sociais

- Formulação de políticas públicas que garantam o acesso à educação de qualidade para crianças e adolescentes
- Criação de programas para o desenvolvimento integral da juventude
- Desenvolvimento de políticas públicas que garantam a proteção contra todas as formas de violência

Aspectos econômicos

- Criação de estratégias de reativação econômica pós pandemia que sejam sustentáveis, inclusivas e equitativas
- Criação de empregos
- Estabelecimento de alianças entre o governo, o setor privado, a sociedade civil e instituições multilaterais para a implementação da agenda de reativação econômica

Aspectos de saúde

- Fortalecimento dos sistemas de saúde da região

- Formulação de políticas públicas que garantam o acesso oportuno, gratuito e de qualidade aos serviços de saúde
- Garantia de condições de trabalho justas e estáveis para profissionais de saúde
- Garantia do acesso efetivo, gratuito e equitativo às vacinas contra covid-19

Aspectos ambientais

- Fortalecimento de mecanismos de governança ambiental com garantia da participação cidadã, o acesso à informação, o acesso à justiça ambiental e a preservação e proteção do meio ambiente
- Melhoria e expansão de processos participativos no desenvolvimento e implementação de programas de mitigação dos efeitos da mudança climática
- Transição para energias renováveis

Digitalização

- Incorporação de novas tecnologias nos diferentes âmbitos
- Desenvolvimento e adoção de políticas de cibersegurança

Nos dias 16 e 17 de junho, foi realizada a primeira reunião ordinária de 2021 do Grupo de Revisão da Implementação de Cúpulas (GRIC). A reunião foi dividida em um momento mais administrativo, onde foram apresentados o relatório sobre a implementação do Compromisso de Lima, estabelecido na VIII Cúpula das Américas, e o relatório sobre as atividades da Secretaria de Cúpulas e do Grupo de Trabalho Conjunto de Cúpulas (GTCC), um momento de diálogo com a sociedade civil e o setor privado, e por fim os resultados dos diálogos nacionais, apresentação das recomendações da sociedade civil do setor privado e a discussão das prioridades para a Nona Cúpula das Américas.

Os diálogos foram organizados em quatro grandes temas:

- Governança, anticorrupção e direitos humanos
- Resposta à pandemia e resiliência
- Mudança climática e desenvolvimento sustentável
- Crescimento econômico e inclusão social

Ainda não foi definida a data da Nona Cúpula das Américas, porém a previsão é que seja realizada em 2022.

http://www.summit-americas.org/sirg_meet.html

<http://www.summit-americas.org/GRIC2021/ResumenDialogosPT.pdf>

Comissão Inter-americana de Direitos Humanos (CIDH)

Aproveitando o Dia Mundial de Consciência sobre o Abuso e Maus Tratos na Velhice, a CIDH se pronunciou em relação à urgência da priorização dos idosos nos planos nacionais de imunização contra a Covid-19. Destacaram a importância da garantia por parte dos Estados de que não haja nenhuma limitação ao acesso às vacinas por parte dos grupos em situação de vulnerabilidade social ou discriminação histórica, como é o caso dos idosos.

A comissão destaca também a necessidade de ratificação e implementação da Convenção Inter-americana sobre a Proteção dos Direitos Humanos do Idoso, aprovada em junho de 2015 pela Assembleia Geral da OEA. Até o momento, somente 8 países ratificaram ou

aderiram à Convenção: Argentina, Bolívia, Chile, Costa Rica, Equador, El Salvador, Peru e Uruguai.

<http://www.oas.org/es/CIDH/jsForm/?File=/es/cidh/prensa/comunicados/2021/149.asp>

http://www.oas.org/es/sla/ddi/tratados_multilaterales_interamericanos_A-70_derechos_humanos_personas_mayores.asp

http://www.oas.org/es/sla/ddi/tratados_multilaterales_interamericanos_A-70_derechos_humanos_personas_mayores_firmas.asp

A CIDH publicou a quarta da série de guias práticas que abordam questões de direitos humanos no contexto da pandemia de Covid-19. Aproveitando o Dia Mundial do Refugiado, que é celebrado no dia 20 de junho, a comissão lançou, em colaboração com o ACNUR, uma Guia Prática sobre como tornar mais efetiva a proteção do núcleo familiar e a reunificação familiar em situações de mobilidade urbana e movimentos mistos no contexto de pandemia.

O documento destaca o dever do Estado de garantir os melhores interesses da criança, do adolescente do seu núcleo familiar, e apresenta recomendações aos Estados membros com o objetivo de manutenção da união familiar, prevenção de riscos de separação, e adoção de medidas de reunificação de famílias que foram separadas.

Por fim, a CIDH destaca também a urgência de adotar medidas de enfrentamento das causas estruturais que geram o deslocamento forçado de pessoas.

http://www.oas.org/es/cidh/informes/pdfs/guia_practica_migracion_esp.pdf

Saúde, Mudança Climática e Economia O G-20 na Saúde Global e Diplomacia da Saúde

Paulo Esteves, Pedro Burger e Thaiany Medeiros Cury

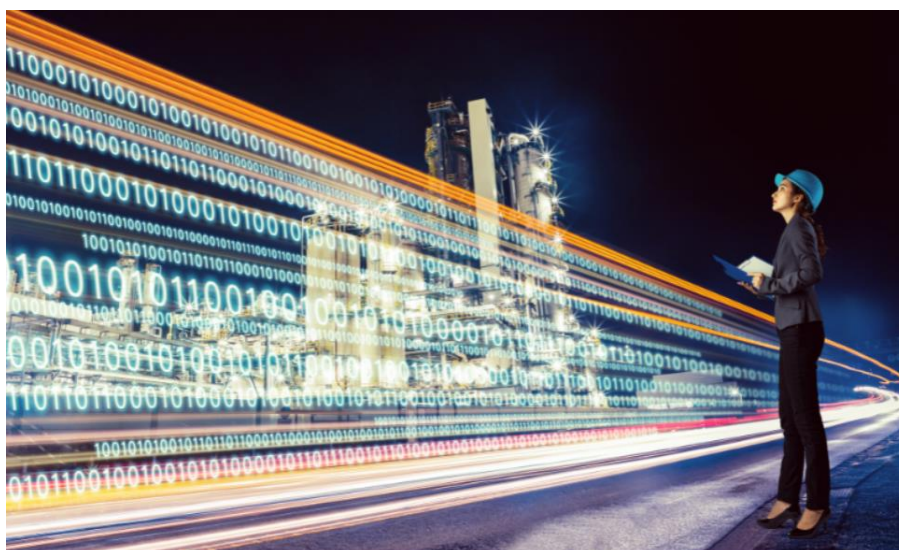
Grupo dos credores do Chade teve quarta reunião e emitiu novo comunicado avançando nas negociações

<https://www.g20.org/italian-g20-presidency-welcomes-4th-meeting-of-the-creditor-committee-for-chad-under-the-common-framework-for-debt-treatments-beyond-the-dssi.html>

Na sexta-feira, 11 de junho, os credores do G20 e do Clube de Paris se reuniram para discutir um novo tratamento da dívida sob o Quadro Comum para o Tratamento da Dívida além do DSSI, que é endossado por esses grupos de países. A Itália, na presidência do G20 saudou o compromisso dos membros da comissão de negociar com a República do Chade os termos de uma reestruturação de suas dívidas, que é um passo ainda mais substancial para a implementação do Quadro Comum, e toma nota da declaração conjunta emitida pela China, França, Índia e Arábia Saudita.

15/07 – G-20 discute os riscos econômicos das mudanças climáticas, digitalização e recuperação econômica

Fonte: <https://www.g20.org/g20-discusses-economic-risks-from-climate-change-digitalization-and-economic-recovery.html>



O Grupo de Trabalho de Estrutura (Framework Working Group - FWG) acompanha a evolução das perspectivas econômicas globais, enquanto coordena as políticas destinadas a sustentar o crescimento econômico global e a monitorar os riscos macroeconômicos potenciais. Essa reunião foi parte de uma preparação para a reunião dos Ministros das Finanças e Bancos Centrais do G-20 em julho.

Pela primeira vez, se discutiu os riscos macroeconômicos ligados à mudança climática. O debate abrangeu desde os custos econômicos da mudança climática e o progresso feito até agora para lidar com eles, até a importância de mitigar os riscos climáticos ao desenvolver políticas futuras. O FWG está trabalhando para melhor incluir os fatores de risco relacionados ao clima regularmente nas discussões de monitoramento de riscos econômicos globais. Um dos

objetivos do grupo é avaliar as evidências que ligam a mudança climática aos danos econômicos de curto, médio e longo prazo.

É unânime que o apoio econômico precisaria avançar para medidas mais direcionadas, com uma combinação de políticas macroeconômicas eficazes e cautelosas, sujeitas às circunstâncias específicas do país. Para isso, é preciso aproveitar as oportunidades decorrentes da inovação tecnológica para impulsionar a recuperação e garantir uma ampla base de prosperidade.

Neste contexto, a Presidência italiana do G20 apresentou aos membros do FWG o Menu de Opções de Políticas do G20 sobre transformação digital que aumenta a produtividade. Este conjunto de ferramentas de política fornece boas práticas para aproveitar as oportunidades oferecidas pela digitalização, garantindo que estas sejam compartilhadas dentro e entre os países, levando em consideração a difusão desigual das tecnologias digitais entre eles.

Esse trabalho se beneficiou da contribuição da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico, do Fundo Monetário Internacional, da Organização Internacional do Trabalho e da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento, bem como das discussões realizadas no âmbito do G-20 FWG.

17/05 Os representantes do G-20 Finance Track discutem financiamento para a preparação para emergências de saúde global

Fonte: <https://www.g20.org/g20-finance-track-deputies-discuss-financing-for-global-health-emergency-preparedness.html>



Representantes do G-20 se reuniram no dia 15 de junho para se prepararem para Veneza. Nos dias 9 e 10 de julho, os Ministros de Finanças e Governadores dos Bancos Centrais do G-20 (FMCBGs) se reunirão na cidade para a primeira reunião presencial sob a presidência italiana do G-20. Diante da pandemia de Covid-19 e da necessidade de preparação para possíveis futuras pandemias, o G-20 estabeleceu um Painel Independente de Alto Nível (HLIP) para encontrar soluções destinadas a financiar os recursos comuns globais para a preparação e resposta à pandemia a longo prazo.

O Painel forneceu uma primeira Nota de Progresso em abril, destacando a importância de um sistema funcional de financiamento da prevenção e que a preparação e resposta a pandemias deve, acima de tudo, ser reconhecida pela comunidade internacional como um bem público global, junto ao compromisso de “não deixar ninguém para trás” A iniciativa foi apresentada na Cúpula Global de Saúde do G20, em Roma.

O Painel apresentará seu relatório final na reunião em Veneza, que será depois levado adiante por um grupo de trabalho informal composto por especialistas dos Ministérios das Finanças e da Saúde, com o apoio da OMS, e de outras organizações internacionais relevantes. Ações futuras de acompanhamento, juntamente com o relatório final do HLIP, serão formalmente apresentadas para adoção na Reunião Conjunta dos Ministros de Finanças e da Saúde do G-20, em outubro.

24/06: O Grupo de Trabalho de Saúde do G-20 tem encontro preparatório para Reunião de Ministros de Setembro

Fonte: <https://www.g20.org/g20-health-working-group-conducts-final-meeting.html>



A Terceira Reunião do HWG (Health Working Group) do G-20 sob a Presidência Italiana ocorreu nos dias 17 e 18 de junho de 2021 e concluiu uma série de reuniões com os membros e partes interessadas com o objetivo de reunir contribuições e perspectivas para a Declaração Final dos Ministros em 5-6 de setembro de 2021 em Roma.

Nesta ocasião, o tema de discussão sobre emergências de saúde proposto pela Presidência foi: "Acesso justo e equitativo às ferramentas de controle – diagnóstico, terapêutico e vacinas – aproveitando a experiência adquirida com a COVID-19 e enfrentando futuras pandemias".

Dentre as instituições representadas na reunião estão a OCDE, AIFA, UNICEF, OMS, UNITAID, entre outras, em que foi apresentada uma "Nota Conceitual" preparada com a equipe ministerial, que define a estrutura e delinea os objetivos.

Houve troca de experiências no âmbito do acesso equitativo a medicamentos e vacinas em países de baixa renda para o gerenciamento de doenças como HIV/AIDS, Ebola, Malária e, mais recentemente, resposta à COVID-19 como parte das iniciativas ACT-Accelerator e COVAX. Houve também a discussão sobre garantir o acesso equitativo a testes diagnósticos confiáveis,

importantes para a detecção precoce de doenças. Destaque para falas sobre atividades implementadas para a prevenção e controle de doenças tropicais negligenciadas e o papel fundamental das comunidades locais, onde as emergências de saúde começam e resolvem.

Foi anunciado o próximo evento será dia 3 de setembro, intitulado "Saúde Mental à luz da COVID-19". A reunião apresentou soluções do Painel de Alto Nível Independente (HLIP), sobre o financiamento dos bens comuns globais para resposta a pandemias. A Presidência também apresentou aos delegados do HWG o conteúdo e os princípios orientadores dos documentos finais – elaborados com base nos tópicos propostos e no resultado das discussões realizadas durante as reuniões anteriores – que acompanharão a elaboração da Declaração Final dos Ministros da Saúde do G-20 durante sua reunião de 5 e 6 de setembro de 2021.

Avanço das tecnologias e informatização OCDE na Saúde Global e Diplomacia da Saúde

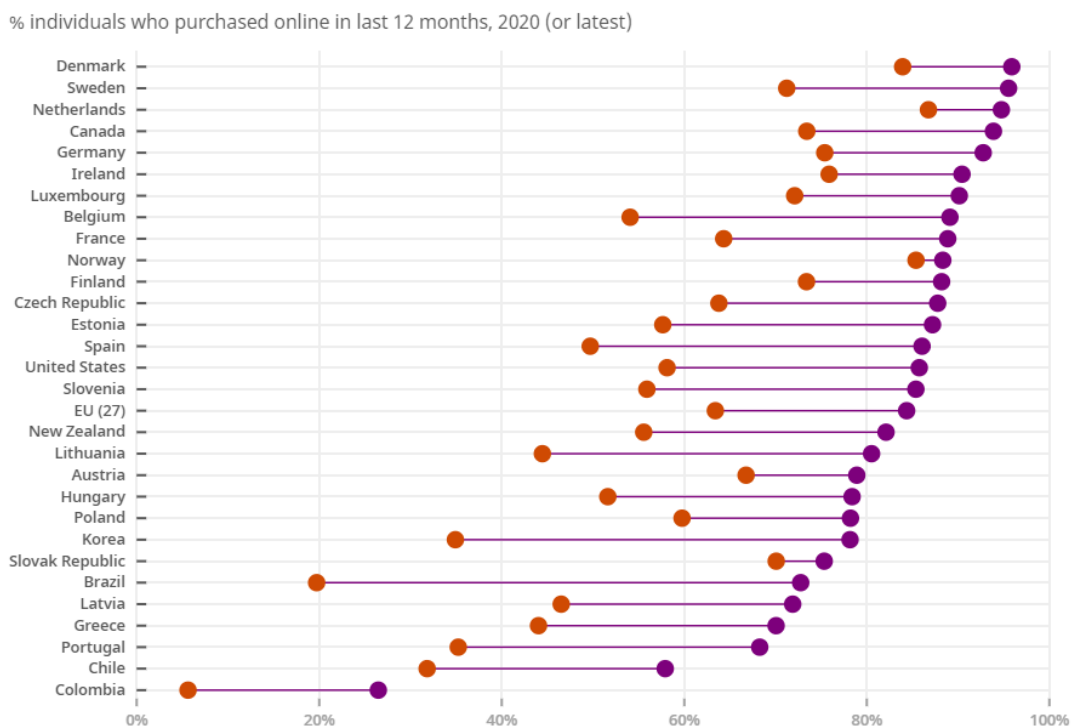
Pedro Burger e Júlia Abbud

Link geral para pesquisa de atualização da OCDE: <https://www.oecd.org/>

Dado o destaque para tecnologia, a OCDE trouxe o OECD Going Digital Toolkit para implementação de políticas públicas na era digital. <https://goingdigital.oecd.org/dimensions>

25/06/2021 -A OCDE trouxe em seus destaques a importância da tecnologia durante a pandemia de COVID-19, e como a situação pandêmica e de isolamento social contribuiu para avanços em *digital learning* e aumento nas compras online. Outro fator importante destacado no relatório apresentado é disparidade entre faixas de renda: as maiores faixas de renda apresentam maior confiança e acesso para realizar comprar online.

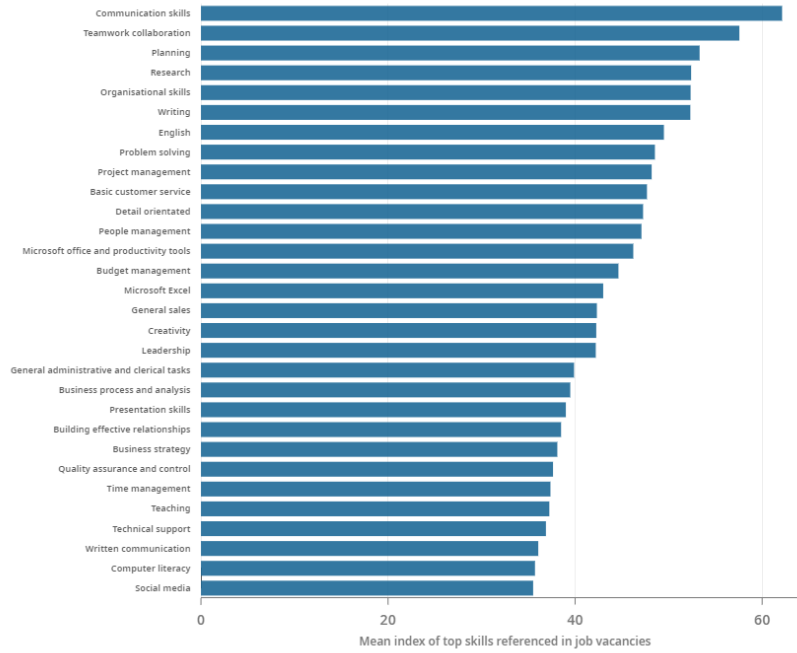
<https://www.oecd.org/coronavirus/en/>



Source: OECD (2021), [Going Digital Toolkit](#)

16/06/2021 – Foi apontado pela OCDE a necessidade de habilidades digitais em uma série de empregos em países listados pela organização. A informação segue a apuração da necessidade de aprendizados transversais, que passam desde habilidades interpessoais até habilidades digitais. Estes fatores de aprendizado são considerados de suma importância para auxiliar na retomada econômica dos países após o baque trazido pelo COVID-19.

Top 30 transversal job skill keywords
United Kingdom, 2017-19



The chart presents the 30 most transversal skills, knowledge areas and technologies emerging from a machine learning analysis of text within online job postings from the United Kingdom between 2017 and 2019. Longer bars denote stronger transversality calculated as the eigenvector centrality of each keyword in the corpus of labels collected from the online vacancies. • Source: OECD (2021), [OECD Skills Outlook 2021](#). © OECD [Terms and conditions](#)



Banco Mundial

Vacinação na África

O BM e os ministros das Finanças africanos se reuniram para acelerar a aquisição de vacinas no continente e evitar uma terceira onda. Em um impulso à meta da União Africana de vacinar 60% da população do continente até 2022, o BM e a UA anunciaram que estão fazendo parcerias para apoiar a iniciativa da Equipe de Tarefas de Aquisição de Vacinas da África (AVATT) com recursos para permitir que os países comprem e implantem vacinas para até 400 milhões de pessoas em toda a África. Este extraordinário esforço regional complementa o COVAX e vem em um momento de aumento dos casos de COVID-19 na região. O financiamento do Banco Mundial está disponível para apoiar a compra e implantação de doses garantidas pela AVATT.

O objetivo da Equipe de Trabalho de Aquisição de Vacinas Africanas - que é uma iniciativa da Comissão da União Africana, do CDC da África, do Afreximbank, dos Enviados Especiais da UA para o COVID-19 e da UNECA - é fornecer ao continente acesso suficiente e oportuno às vacinas COVID-19. Já negociou com sucesso 220 milhões de doses da vacina Janssen (J&J/Janssen) da Johnson & Johnson para uso por países africanos, com uma opção para mais 180 milhões com base na demanda. A AVATT trabalha e coordena estreitamente com os Ministros das Finanças africanos nos esforços para a realização da imunidade do rebanho para a reabertura total das economias do continente.

Disponível em: [Banco Mundial e União Africana se unem para apoiar vacinação rápida para até 400 milhões de pessoas na África \(worldbank.org\)](https://www.worldbank.org/pt/press/2021/06/23/bm-e-ua-se-unem-para-apoiar-vacinacao-rapida-para-ate-400-milhoes-de-pessoas-na-africa)

Iniciativas bilaterais

No dia 23 de junho de 2021, o BM aprovou em 16 de junho de 2021, US\$ 63,75 milhões em financiamento adicional para o projeto de Resposta de Emergência COVID-19 em curso para apoiar os esforços da **Jordânia** para promover o acesso seguro, eficiente e equitativo às vacinas COVID-19. Isso ajudará a acelerar o programa de vacinação progressiva da país, que é vital para reabrir a economia, escolas e setores duramente atingidos.

Com novos financiamentos, o projeto apoiará a Jordânia a atingir sua meta de vacinar 75% de sua população adulta, o que contribuirá para uma recuperação precoce e resiliente.

O financiamento adicional inclui um empréstimo de US\$ 50 milhões do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (IBRD), um montante de US\$ 12,5 milhões de concessão do *Global Concessional Financing Facility* (GCF) e uma subvenção de US\$ 1,25 milhão do Fundo de Preparação e Resposta à Emergência em Saúde.

Disponível em: [US\\$ 63,75 milhões de financiamento adicional para apoiar a vacinação COVID-19 na Jordânia \(worldbank.org\)](https://www.worldbank.org/pt/press/2021/06/23/us-63-75-milhoes-de-financiamento-adicional-para-apoiar-a-vacinacao-covid-19-na-jordania)

No dia 24 de junho de 2021, o BM aprovou hoje um empréstimo de Política de Desenvolvimento de Resposta e Recuperação da COVID-19 de US\$ 100 milhões para **Barbados**. A operação apoiará os esforços de socorro a COVID-19 no país e promoverá uma recuperação econômica resiliente da crise.

Esta operação tem como objetivo ajudar Barbados a fortalecer a resposta ao COVID-19, melhorar a gestão macroeconômica e fiscal e promover a resiliência financeira para uma recuperação sustentável. As medidas apoiadas incluem a adoção de uma estratégia de vacinação COVID-19 e um programa que ajuda setores relacionados ao turismo a sustentar o emprego. Também apoia ações de reforma para fortalecer os sistemas de pagamento e adotar um marco legal aprimorado para a alfândega e uma nova Lei do Banco Central. A operação apoia o governo no fortalecimento das políticas de financiamento e resiliência de riscos de desastres e na melhoria da regulação e supervisão da exposição ao risco de desastres do setor de seguros.

Disponível em: [Banco Mundial aprova US\\$ 100 milhões para resposta e recuperação covid-19 de Barbados \(worldbank.org\)](https://www.worldbank.org/pt/news/2021/06/24/world-bank-approves-100-million-usd-for-barbados-covid-19-response-and-recovery)

No dia 24 de junho de 2021, o BM aprovou um empréstimo de US\$ 350 milhões para apoiar o desenvolvimento de políticas sociais, de saúde e de educação que contribuirão para a promoção da acumulação de capital humano no **Peru**.

Esta é a segunda operação do Financiamento da Política de Desenvolvimento de Capital Humano, somando-se aos US\$ 50 milhões aprovados em março de 2020. O financiamento será usado para apoiar os esforços do governo peruano para mitigar os efeitos da pandemia sobre o capital humano e promover reformas na educação, saúde e proteção social.

Disponível em: [O Banco Mundial apoiará os esforços do Peru para melhorar a saúde, a educação e a proteção social dos setores mais vulneráveis \(worldbank.org\)](https://www.worldbank.org/pt/news/2021/06/24/world-bank-supports-peru-efforts-to-improve-health-education-and-social-protection)

No dia 25 de junho de 2021, o BM aprovou um financiamento adicional de US\$ 30 milhões para a **Papua-Nova Guiné**. Desde fevereiro de 2021, o país tem visto uma escalada acentuada de casos de COVID-19 e óbitos notificados devido à transmissão generalizada da comunidade. Esse rápido aumento dos casos de COVID-19 pressionou significativamente um sistema de saúde já pressionado.

Esse financiamento adicional a ser entregue através do Projeto de Resposta a Emergências da **Papua-Nova Guiné** COVID-19, também apoiará a ampliação da implantação de vacinas COVID-19 para comunidades priorizadas, preparará comunidades para a entrega de vacinas, apoiará melhorias na prestação de contas e fiscalização dos recursos para a implantação, bem como o treinamento dos entregadores de vacinas.

O Projeto de Resposta a Emergências COVID-19 da Papua-Nova Guiné é financiado através do pacote de resposta global COVID-19 do BM de US\$ 125 bilhões. Um pacote inicial de apoio ao país foi anunciado em 2020, que incluiu a compra e distribuição de mais de 200.000 peças de equipamentos de proteção individual em todo o país, financiamento para um novo laboratório baseado em contêineres na capital, Port Moresby, juntamente com outros equipamentos de laboratório, suprimentos médicos e financiamento para o transporte de amostras COVID-19 para laboratórios dentro de PNG e para a Austrália.

Além disso, o projeto também financiou uma extensa campanha nacional de educação pública e engajamento da comunidade, entregue através do UNICEF através da televisão, rádio, mídia social e SMS com o objetivo de reduzir a disseminação do coronavírus em todo o país.

Disponível em: [Aumento de US\\$ 30 milhões para a resposta COVID-19 da PNG \(worldbank.org\)](https://www.worldbank.org/pt/news/2021/06/24/world-bank-increases-funding-for-covid-19-response-in-png)

Fundo Monetário Internacional – FMI

O FMI e o BM lançaram um Grupo Consultivo de Alto Nível (HLAG) sobre recuperação e crescimento sustentável para ajudar a garantir uma forte recuperação e estabelecer um caminho para o desenvolvimento verde, resiliente e inclusivo na próxima década.

O HLAG será liderado conjuntamente por Mari Pangestu, Diretora Executiva de Políticas e Parcerias de Desenvolvimento do Banco Mundial; Ceyla Pazarbasioglu, Diretora, Departamento de Estratégia, Política e Revisão do Fundo Monetário Internacional; e Lorde Nicholas Stern da London School of Economics. Tem como objetivo avançar na compreensão das principais questões políticas e institucionais que informarão uma resposta a múltiplos desafios interconectados – as duas crises, que estão exacerbando a pobreza e a desigualdade, bem como as fraquezas estruturais que existiam antes da pandemia.

Composto por especialistas de instituições de pesquisa, setor privado e governos, além do pessoal sênior do FMI e BM, o HLAG vai propor ideias e quadros para ações estratégicas e práticas nacionais e globais. Isso contribuiria para uma recuperação sustentável e inclusiva, além de definir a agenda de uma transformação sustentada baseada em novas perspectivas e modelos de crescimento e desenvolvimento.

Disponível em: [World Bank, IMF Launch High-Level Advisory Group on Sustainable and Inclusive Recovery and Growth](#)

Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID

Evento: One Region, One Commitment

O BID realiza a cúpula virtual **One Region, One Commitment** entre 28 e 30 de junho, onde os países da América Latina e do Caribe anunciarão seus progressos em direção a uma transição justa para economias de zero emissões líquidas e resilientes ao clima, bem como o uso sustentável do capital natural.

Este evento está sendo realizado em preparação para a Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP26) e a Conferência das Nações Unidas sobre Diversidade Biológica (COP15). Também é uma oportunidade para o setor público, setor privado, sociedade civil e academia discutirem ações climáticas efetivas na região.

Com painéis de alto nível, o Grupo BID defenderá uma posição mais ambiciosa para os países a caminho da COP15 e COP26, alinhadas com estratégias para alcançar uma recuperação sustentável, resiliente e inclusiva após a pandemia COVID-19.

O apresentará 22 sessões de alta qualidade técnica para gerar conversas em torno de seis temas-chave: recuperação sustentável e transição justa, soluções baseadas em biodiversidade e natureza, finanças climáticas, resiliência e adaptação, transição para o transporte energético e zero de carbono, além de soluções inovadoras e o setor privado.

Também serão discutidos diferentes mecanismos e fontes que ajudem a alcançar metas de desenvolvimento de baixo carbono, facilitem o acesso às finanças climáticas e promovam inovações e políticas que adotam a mitigação e adaptação das mudanças climáticas.

Os danos causados pelas mudanças climáticas podem custar US\$ 100 bilhões por ano à América Latina e ao Caribe. No plano de recuperação e crescimento sustentável do Grupo BID para a região: Visão 2025, a ação climática é um dos cinco eixos-chave e transversal para todas as áreas de apoio do Banco.

Disponível: [Grupo BID realiza fórum sobre recuperação sustentável antes de conferências da ONU | BID \(iadb.org\)](#)

GT BRICS sobre Biotecnologia e Biomedicina, a Declaração dos MRE dos BRICS e a Cúpula para o Internacionalismo das Vacinas

Claudia Hoirisch

Grupo de Trabalho do BRICS sobre Biotecnologia e Biomedicina

Mais de 60 especialistas incluindo pesquisadores, acadêmicos e funcionários do governo de todos os cinco países do BRICS sugeriram direções futuras de colaboração em pesquisa entre os países do grupo em áreas como Resistência Antimicrobiana, IA e Medicina Digital em Saúde, DNT (Índia), Doenças Neurológicas (tecnologia assistida por realidade virtual avançada para neuroreabilitação), Câncer (China), longos desafios e complicações pós-covid, incluindo patogênese molecular do vírus COVID-19 (Índia)¹⁴. A próxima convocação será anunciada no segundo semestre de 2021 e incluirá as recomendações do GT. As principais instituições dos países do BRICS que participaram da reunião incluem o Instituto e Hospital do Câncer da Tianjin Medical University, Tianjin, a Universidade de Pequim, Centro Internacional de Engenharia Genética e Biotecnologia, China, Departamento de Ciência e Inovação e Conselho de Pesquisa Médica da África do Sul (SAMRC), AS e Instituto Skolovo de C&T (Skoltech), Ru, UFRJ e MS Brasil.

Reunião dos chanceleres do BRICS

Os MRE do BRICS se reuniram em 1 de junho. Na ocasião, apelaram para o fortalecimento da produção local, acesso equitativo e acessível a medicamentos, vacinas e tecnologias. Além disso, incentivaram o estabelecimento e a operacionalização do Centro de Pesquisa e Desenvolvimento de Vacinas do BRICS. Apoiaram o esforço de realizar um Simpósio do BRICS sobre Cooperação em Vacinas com a participação de fabricantes¹⁵, idealizado pela China.

Pela primeira vez, os ministros das Relações Exteriores do BRICS concordaram em uma declaração conjunta comum e autônoma sobre a reforma do sistema multilateral e salientaram que tal reforma deve abranger todas as instituições multilaterais importantes, incluindo a ONU e seus principais órgãos (Conselho de Segurança da ONU, Assembleia Geral, ECOSOC, o Secretariado, etc); arquitetura financeira internacional (FMI, Banco Mundial); sistema de comércio multilateral (OMC, UNCTAD); e o sistema de governança de saúde global com a OMS em seu centro. Em particular, os ministros do BRICS concordaram em inculcar uma nova vida nas discussões sobre a reforma do Conselho de Segurança da ONU¹⁶.

A próxima cúpula dos líderes do BRICS será realizada em outubro-novembro, bem como da reunião de chanceleres.

Cúpula para o Internacionalismo das Vacinas: pressão para os países ocidentais e a OMC suspenderem os DPI e a participação da Fiocruz

O fato de 85% das vacinas no mundo terem sido administradas em países de renda alta e média-alta e apenas 0,3% das vacinas em países de renda baixa; dos líderes de diversos países ricos não concordarem em suspender as regras de PI das vacinas propostas pela Índia e AS nem

¹⁴ <https://dst.gov.in/brics-meeting-deliberated-emerging-issues-biotechnology-and-biomedicine>

¹⁵ https://mea.gov.in/bilateral-documents.htm?53/Bilateral/Multilateral_Documents

¹⁶ https://mea.gov.in/bilateral-documents.htm?dtl/33888/BRICS_Joint_Statement_on_Strengthening_and_Reforming_the_Multilateral_System

se comprometerem em compartilhar conhecimento e tecnologias fez com que a promessa do G7 de fornecer 870 milhões de doses para países de renda média e baixa¹⁷ soasse como uma gota no meio do oceano. Os países ricos abocanharam de 5-6 vezes do montante necessário para imunizar suas populações e estão com *surpluses*. Sob o regime de monopólio, projeta-se que levará até 2078 para os países mais pobres vacinarem suas populações¹⁸, enquanto o grupo dos mais industrializados deve garantir a vacinação de suas populações até janeiro de 2022.

O fato de não existir um sistema que os proteja contra o acesso desigual, fez com que governos de diversos países, pesquisadores e atores da saúde global se reunissem em um bloco solidário para sair da pandemia. A Cúpula para o Internacionalismo das Vacinas (CIV) realizada em junho foi elaborada com o intuito de criar uma Nova Ordem Sanitária Internacional baseada na Cooperação Sul-Sul¹⁹ e dar resposta emergencial para a crise vigente. Participaram representantes do Brasil, Argentina, México, Bolívia, Cuba, Venezuela, Vietnã, governos regionais de Kisumu no Quênia e Kerala na Índia²⁰, e alguns fabricantes de vacinas - Fiocruz, Virchow Laboratories (fabricante indiano com presença em mais de 100 países), Biolyse canadense²¹, BioFarmaCuba. O ex-chanceler Celso Amorim compareceu.

Antes da Cúpula, houve movimentos de produção e compartilhamento de vacinas como é o caso do México que recebeu seus primeiros lotes de vacinas AZ e remeteu metade para seu parceiro de produção-produtor de IFA, a Argentina²². Terminada a reunião, compromissos foram feitos em cinco áreas-chave para acelerar a produção e distribuição de medicamentos e vacinas:

1. Colaboração aberta sobre tecnologias de vacinas Covid-19
2. Preços solidários para vacinas Covid-19
3. Compartilhamento de capacidade regulatória para aprovar vacinas Covid-19 para uso doméstico
4. Combinação da capacidade de fabricação para aumentar a produção de vacinas e equipamentos médicos
5. Desobediência coletiva para desafiar o monopólio da Big Pharma imposto pela OMC.

Os participantes discutiram o desenvolvimento de novas vacinas e agrupamento de tecnologias, compartilhamento da capacidade de fabricação, bem como o potencial para substituir as proteções de PI (“desobediência coletiva”) e investimento na produção rápida. Além de estabelecer um bloco político forte para pressionar os países ocidentais e a OMC.

O mecanismo Covax prometeu fornecer 2 bilhões de doses para o mundo em desenvolvimento até 2021 e 1,8 bilhão de doses para os 92 países mais pobres no início de 2022, mas até agora foram entregues apenas 83 milhões. No início, a Covax optou por centralizar a produção das doses que planejava distribuir no Instituto Soroterápico da Índia, mas em meio a um surto devastador naquele país, as exportações paralisaram em março. Um dos problemas

[17 G7 announces pledges of 870 million COVID-19 vaccine doses, of which at least half to be delivered by the end of 2021 \(who.int\)](#)

[18](#) Estimativa do People's Vaccine Alliance, uma coalizão de organizações que inclui a Anistia Internacional, Health Justice Initiative, Oxfam, Stop AIDS Campaign e UNAIDS

[19 Inspirada na Nova Ordem Econômica Internacional proposta pela primeira vez na década de 1970. O plano, apresentado por várias nações mais pobres para desafiar o colonialismo econômico ocidental do pós-guerra, foi adotado pelas Nações Unidas em 1974.](#)

[20 Além do ex-ministro da saúde do estado, KK Shailaja.](#)

[21 A Byolise busca acordos de licenciamento compulsório para produzir a vacina da Jansen](#)

[22 Mexico to get first local COVID-19 vaccines, share with Argentina | Reuters](#)

relacionados à Covax é que ela distribuirá apenas vacinas aprovadas no ocidente ou pela OMS; agora como a Sinovac, Sinopharm e outra vacina chinesa obtiveram aprovação da OMS, o Covax dependerá dessas vacinas para ajudar a cumprir suas metas, compensando o abismo deixado pelas vacinas da Pfizer e AZ produzidas de forma esparsa e da Moderna e da Jansen,²³ que embora tenham sido aprovadas ainda não foram capazes de entregar qualquer dose.

É bem possível que na próxima Cúpula para a Internacionalização das vacinas já possamos testemunhar acordos feitos para a produção futura de vacinas e parcerias para compartilhamentos que evitarão a dependência dos países ricos.

²³ BBC, 2021. Covax: How many Covid vaccines the US and the other G7 countries pledged?

América Latina e Caribe na Saúde Global e Diplomacia da Saúde

Sebastián Tobar, Miryam Minayo e Carlos Linger

Até o dia 28 de junho de 2021, foram registrados 71,96 milhões de casos positivos e 1,89 milhões de óbitos nas Américas.

Enquanto os Estados Unidos e Europa vão progressivamente saindo do isolamento e reabrindo ao turismo, na América Latina ainda estamos longe dessa realidade.

Assim, na última semana, cerca de 1,1 milhão de novos casos de coronavírus e mais de 31.000 mortes foram registrados na América Latina, a maioria deles em países da América do Sul onde a transmissão continua fora de controle²⁴.

A região das Américas avançou na imunização e já foram administradas 579,9 milhões de doses, das quais apenas 3,89% foram adquiridas pelo mecanismo COVAX (22,57 milhões).

Como observamos em relatórios anteriores, o acesso às vacinas tem sido muito desigual. Na América do Norte já foram aplicadas 69,57% do total das vacinas da região, 28,08% correspondem à América do Sul, 1,4% correspondem à América Central e 0,94% ao Caribe.

Em países como Chile (51,62%) e Estados Unidos (46,27%), quase a metade de suas populações já receberam o total de doses necessárias para completar a sua imunização. Apesar disso, no Chile a taxa de ocupação hospitalar em unidades de terapia intensiva (UTI) permanece acima de 95%, após contabilizar 3.302 pacientes em estado grave, o que significa apenas 175 leitos críticos gratuitos disponíveis em todo o país.

América Latina: Casos Confirmados e Falecimentos á 28 de junho de 2021

	País	Casos Confirmados	Óbitos	Pessoas Vacinadas		População em Milhares
				Total	COVAX	
Norte América	Canadá	1.412.768	26.214	34.504.628	---	38.067.913
	Estados Unidos	33.285.377	598.504	326.830.068	---	332.915.074
	México	2.503.408	232.521	42.155.839	3.304.800	130.262.074
Total Norte América		37.201.377	857.239	403.490.535	3.304.800	501.245.061
Sul América	Argentina	4.393.142	92.317	19.205.808	1.944.000	45.605.823
	Bolívia	433.013	16.551	2.368.991	421.050	11.832.936
	Brasil	18.386.894	512.735	86.334.798	5.916.000	213.993.441
	Chile	1.547.103	32.298	21.966.892	489.600	19.212.362
	Colômbia	4.126.340	104.014	16.365.357	3.276.180	51.265.841
	Equador	454.336	21.523	3.797.663	756.000	17.888.474
	Paraguai	416.843	12.365	783.265	304.800	7.219.641
	Peru	2.046.057	191.584	6.876.371	1.614.390	33.359.416
Uruguai	364.859	5.474	3.704.294	98.400	3.485.152	

²⁴ <https://www.infobae.com/america/america-latina/2021/06/19/catastrofe-silenciosa-america-latina-esta-perdiendo-la-batalla-contra-el-covid-19/> Acesso junho de 2021.

	Venezuela	268.349	3.055	1.446.988		28.704.947
Total Sul América		32.436.936	991.916	162.850.427	14.820.420	432.568.033
Centro América	Belize	13.137	329	106.010	67.200	404.915
	Costa Rica	361.005	4.602	2.331.030	172.950	5.139.053
	El Salvador	77.484	2.367	2.586.522	417.480	6.518.500
	Guatemala	291.595	9.050	880.570	724.800	18.249.869
	Honduras	259.628	6.916	637.928	1.854.600	10.062.994
	Nicarágua	6.402	190	167.500	135.000	6.702.379
	Panamá	399.877	6.514	1.435.876	110.400	4.381.583
Total Centro América		1.409.128	29.968	8.145.436	3.482.430	51.459.293
Caribe e Islãs do Oceano Atlântico	Cuba	182.354	1.241	---	---	11.351.786
	Haiti	18.212	413	---	---	11.543.315
	República Dominicana	322.778	3.797	7.482.545	278.400	10.953.714
	Resto dos Países do Caribe Islãs y Territórios	386.816	6.704	2.027.885	684.000	11.584.655
Total Caribe e Islãs do Oceano Atlântico		910.160	12.155	5.454.660	962.400	45.433.470
TOTAL DE LA REGION DAS AMERICAS		71.957.777	1.891.278	579.941.058	22.570.050	1.030.705.857

Fonte: <https://ais.paho.org/phis/viz/COVID19Table.asp> e https://ais.paho.org/imm/IM_DosisAdmin-Vacunacion.asp Acesso 28 de junho de 2021

LIV Reunião Ordinária do Conselho de Ministros da Saúde da América Central-COMISCA

A LIV Reunião Ordinária do Conselho de Ministros da Saúde da América Central e da República Dominicana (COMISCA) foi realizada de 17 a 18 de junho de 2021 em modo virtual, presidida pelo Dr. Daniel Salas Peraza, Ministro da Saúde da Costa Rica e Pró-Presidência COMISCA Tempore (PPT).

Durante a reunião, foram apresentados o relatório de gestão 2017-2021 e o relatório financeiro dos quatro anos de gestão do atual Secretário Executivo.

Além disso, o Plano de Saúde para a América Central e a República Dominicana 2021-2025 foi apresentado para aprovação do COMISCA, que inclui um quadro de referência que orienta a ação regional em saúde como um apoio complementar à ação nacional.

Outro destaque foi a apresentação do Relatório Final do Estudo Regional de Equidade e Fertilidade em Adolescentes (EREFA).

Participaram da reunião ministros da saúde e / ou representantes de Belize, Guatemala, El Salvador, Honduras, Nicarágua, Costa Rica, Panamá, República Dominicana e o Secretário Executivo do COMISCA.

Também participaram funcionários do PPT da Costa Rica, que agilizaram o trabalho regional das instâncias técnicas operacionais do COMISCA (comissões, redes, grupos e

mecanismos) e outras agências e parceiros para o desenvolvimento que apoiam a integração regional em saúde, como CDC, USAID, EU / ATEPECA, MCR, CLAP, DEPM e OPAS.

A Reunião de Ministros aprovou o Roteiro para a Implementação da Estratégia e Plano de Ação para a Promoção da Saúde no Contexto dos ODS 2019-2030 na Região do SICA.

Outros documentos também foram aprovados, tais como: o Redimensionamento do Sistema de Saúde Pública Mesoamericano, a Estratégia Integral de Gestão de Riscos à Saúde para a América Central e a República Dominicana; e, o Plano Estratégico Regional (PER) HIV 2021-2025 e a Estratégia Regional para a sustentabilidade na resposta ao HIV (ERS) para a América Central; a Estratégia Regional para a Gestão Integral do Risco à Saúde 2021-2025; São apresentadas as Diretrizes de Biossegurança COVID-19 para o Setor de Turismo e as próximas etapas. E no que diz respeito à Negociação Conjunta, o COMISCA é submetido à aprovação da constituição da Fundação Hondurenha para a Criança com Câncer e da Fundação Amigos contra o Câncer Infantil da República Dominicana.

Também foi eleito o novo Secretário Executivo do COMISCA para o período 2021-2025, a partir da eleição do Dr. Alejandra Acuña Navarro²⁵, que até então era Vice-Ministro da Saúde da Costa Rica. Acuña deixará o cargo de Vice-Ministra no dia 31 de julho deste ano, para assumir as funções de Secretária Executiva do COMISCA no dia 1º de agosto, desde El Salvador. Com sua eleição como Secretária Executiva, a Dra. Acuña se torna a primeira costarriquenha e a primeira mulher a ocupar o cargo.

ARGENTINA procura conduzir a Corporação Andina de Fomento-CAF ^{26,27}

O presidente quer que a Argentina assuma a liderança da CAF²⁸ e deu início a uma ofensiva pessoal para reunir os votos que lhe permitirão derrotar o candidato proposto pela Colômbia e apoiado por Brasil, Uruguai, Equador e Peru.

A Argentina quer que Christian Asinelli, subsecretário de Relações Financeiras Internacionais, seja o Secretário Executivo da desse órgão, mas dois sócios do Mercosul - Brasil e Uruguai - já lhe deram as costas. CAF é um credor multilateral com grande influência na América Latina.

Jair Bolsonaro e Luis Lacalle Pou informaram que votarão em Sergio Díaz-Granados, candidato promovido pela Colômbia. Mario Abdo Benítez, presidente do Paraguai, também

²⁵ A Vice-Ministra da Saúde da Costa Rica, Alejandra Acuña Navarro, mestre em Saúde Pública, foi eleita por unanimidade Secretária Executiva do Conselho de Ministros da Saúde da América Central e da República Dominicana (COMISCA) a um período de quatro anos, de 1º de agosto de 2021 a 31 de julho de 2025. Alejandra Acuña é graduada em enfermagem com ênfase em saúde da mulher e perinatologia e possui mestrado em saúde pública com ênfase em gestão de políticas de saúde. Em agosto de 2021, completou 42 anos de serviço no Ministério da Saúde, foi membro da Equipe Diretora do Projeto Mesoamericano de Saúde para a Prevenção da Gravidez em Adolescentes. Ela fez parte da Delegação para a América Latina no Conselho do Fundo Global de Combate ao HIV, Tuberculose e Malária, foi coordenadora do Conselho Nacional de Atenção Integral ao HIV-AIDS (CONASIDA) e atuou como Presidente do Mecanismo de Coordenação de Combate ao país contra o HIV, SIDA, tuberculose e malária (MCP) e a Presidência do Conselho Nacional de Enfermagem.

²⁶ <https://www.caf.com/es/actualidad/noticias/2021/06/candidatos-a-eleccion-del-presidente-ejecutivo-de-caf/> Acesso junho de 2021.

²⁷ <https://www.infobae.com/politica/2021/06/26/alberto-fernandez-exprime-sus-contactos-geopoliticos-para-anotar-su-primera-victoria-diplomatica-en-america-latina/> Acesso junho de 2021.

²⁸ <https://www.caf.com/es/actualidad/noticias/2021/05/proceso-de-eleccion-del-presidente-ejecutivo-de-caf/> Acesso junho de 2021.

havia se comprometido com Duque, que supõe que a CAF é um banco de propriedade colombiana tácita.

Alberto Fernández fez uma ligação informal para o Paraguai e fez com que o Presidente Mario Abdo Benítez colocasse seu apoio a Díaz Granados em espera. Além da comunicação presidencial, foi realizada uma viagem secreta e relâmpago de Asinelli à Assunção para explicar seu projeto a Benítez e seu gabinete. O presidente Argentino também teria conversado com o presidente eleito do Peru, Pedro Castillo, pedindo apoio ao candidato argentino.

Até sexta-feira, 25 de junho, o panorama eleitoral era o seguinte:²⁹

- Christian Asinelli tem o apoio de Argentina, Bolívia, Espanha, México, Trinidad e Tobago e Venezuela. Total: 8 votos.

- Sergio Díaz-Granados: tem o apoio de Brasil, Colômbia, Equador, Peru, Uruguai e os 13 bancos privados. Total: 9 votos.

Por em quanto fica em dúvida os votos de Panamá e Paraguai. Barbados, Chile, Costa Rica, República Dominicana, Jamaica e Portugal, embora sejam membros da CAF, não têm direito a voto

Caso o candidato da Argentina obtenha o voto do Peru, Asinelli liderará a CAF, pois a decisão peruana empurra os votos do Panamá e do Paraguai, que sempre coadunam com o vencedor. E nessa perspectiva, o número final seriam de 12 votos para Asinelli e apenas 7 para Díaz-Granados. No dia 5 de julho, quando haverá as eleições, saberemos o desfecho dessa situação.

XLVIII Reunião Ordinária de Ministros da Saúde do MERCOSUL

Conforme adiantado no relatório anterior, em 16 de junho, foi realizada a XLVIII Reunião Ordinária de Ministros da Saúde do MERCOSUL. Como resultado, foram aprovados quatro Acordos e uma Declaração:

- Acordo Nº1 / 21 "*Aprovação do Plano Estratégico para o Controle do Tabaco do MERCOSUL: Áreas Priorizadas e Linha de Base*"
- Acordo Nº 2 / 21 "*Recomendações para a Política de Proteção da Alimentação Tradicional*".
- Acordo Nº3/21 "*Recomendações sobre gestão de resíduos no âmbito da Pandemia da Covid-19*".
- Acordo Nº 4/21 "*Segurança de hemoderivados dos Estados Partes do MERCOSUL e do Estado Plurinacional da Bolívia*"
- Declaração: "*Registro MERCOSUL de Doação e Transplante -DONASUL*"
- Declaração: "*Necessidade de manter a atividade de doação e transplante de órgãos, tecidos e células durante a pandemia de Covid-19*".
- Declaração: "*Fortalecimento da preparação e resposta da OMS frente às emergências sanitárias*".
- Declaração: "*Avanços e desafios para enfrentar a resistência antimicrobiana no MERCOSUL*"
- Declaração: "*Pandemia do covid-19*"

²⁹

<https://www.lapoliticaonline.com.ar/nota/134961-beliz-esta-a-un-voto-de-quedarse-con-la-presidencia-de-la-caf/> Acesso junho de 2021.

Este último acordo, longe de chegar a um consenso sobre uma estratégia para a produção regional de vacinas, limita-se a uma solicitação à OPAS / OMS para “*alcançar o acesso equitativo, transparente, eficaz e acessível às vacinas contra COVID-19, de acordo com a realidade de nosso subcontinente, inclusive através do Mecanismo COVAX*”.

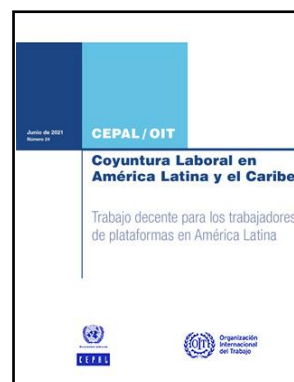
Outros pontos da referida Declaração preconizam a manutenção de um “*diálogo regional contínuo sobre o impacto desigual no acesso a medicamentos, vacinas e outras tecnologias em saúde contra a COVID-19, com vistas à adoção de ações conjuntas que garantam o direito humano universal à saúde e à vida*”; e *promover a transferência de tecnologia e produção regional de insumos críticos para o combate à pandemia*”.

Em relação ao “*Fortalecimento da preparação e resposta da OMS frente às emergências sanitárias*” procura avançar em uma posição regional do bloco no processo iniciado pela máxima autoridade global em saúde.

Relatório conjunto CEPAL-OIT: Situação trabalhista na América Latina e no Caribe: trabalho decente para trabalhadores de plataforma na América Latina³⁰

Uma nova publicação conjunta CEPAL-OIT adverte que a redução das altas taxas de desemprego observadas durante a pandemia exigirá grandes esforços nas políticas de emprego dirigidas aos grupos mais vulneráveis.

Durante 2020, o PIB regional registrou uma contração de -7,1%, a maior do século passado, o que por sua vez gerou uma queda no emprego e um aumento na taxa de desemprego que atingiu 10,5% em média para 2020, indicam a CEPAL e a OIT em um novo estudo lançado hoje.



Em 14 de junho, a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) e a Organização Internacional do Trabalho (OIT) lançaram a 24ª edição de sua publicação conjunta Situação do Trabalho na América Latina e o Caribe (junho de 2021), disponível a partir de agora na internet, na qual analisam o efeito da crise provocada pela COVID-19 sobre os principais indicadores do mercado de trabalho em 2020.

De acordo com o documento, os maiores impactos foram observados no segundo trimestre do ano passado, quando foram implantadas as medidas de confinamento e contenção da pandemia. Essas medidas produziram uma queda acentuada da atividade econômica, do emprego e das horas trabalhadas. Muitos trabalhadores, principalmente os informais, não puderam continuar com seu trabalho produtivo e tiveram que se retirar do mercado, o que os impedia de gerar renda para suas casas e de agir de forma anticíclica como nas crises anteriores. Da mesma forma, o fechamento de serviços de atendimento e escolas implicou em uma carga de trabalho pesada dentro das residências, que em geral se distribuiu de forma desigual, sobrecarregando principalmente as mulheres.

A partir do terceiro trimestre do ano, observa-se o retorno dos trabalhadores ao mercado de trabalho e o aumento gradativo do emprego. No entanto, o ano de 2020 terminou

³⁰ <https://www.cepal.org/es/publicaciones/46955-coyuntura-laboral-america-latina-caribe-trabajo-decente-trabajadores-plataformas>

com níveis mais baixos de participação e emprego e níveis mais altos de desemprego em comparação com os observados antes da pandemia.

Alicia Bárcena e Vinícius Pinheiro, Diretor Regional da OIT para a América Latina e Caribe, observaram no prefácio do documento que dada a profundidade do impacto da crise de 2020 nos mercados de trabalho da região, os países devem implementar políticas que estimulem a criação de empregos, especialmente nos grupos mais vulneráveis como jovens e mulheres. Os dois executivos também destacaram a importância de regulamentar novas formas de contratação por meio de plataformas digitais.

Segundo o relatório, a contração do emprego em 2020 foi muito mais forte em setores como a hotelaria (19,2%), construção (11,7%), comércio (10,8%) e transportes (9,2%), que juntos representam cerca de 40% do emprego regional. Por sua vez, a indústria (8,6%) e outros serviços (7,5%) também registraram retrações, enquanto na agropecuária a perda de empregos foi comparativamente menor (2,4%).

Ambas as organizações das Nações Unidas enfatizam que é fundamental pensar estratégias que permitam lançar as bases para um retorno com melhores condições de trabalho para todos os trabalhadores. Isto implica apoiar a recuperação do emprego nas categorias e setores mais afetados, melhorando os aspectos institucionais relacionados com a saúde e segurança no trabalho, a formalização dos trabalhadores, a promoção da inclusão laboral das mulheres e a regulamentação adequada das novas modalidades de emprego.

Nesta edição da Situação do Trabalho na América Latina e no Caribe, a CEPAL e a OIT também examinam os principais aspectos do trabalho decente para os trabalhadores mediado por plataformas digitais. Durante a pandemia, esses trabalhadores constituíram uma fonte de emprego muito importante devido à necessidade de reduzir os contatos pessoais e manter a distribuição de bens essenciais. No entanto, as evidências sugerem que existe uma elevada precariedade deste tipo de trabalho caracterizado pela instabilidade, longa jornada de trabalho, ausência de proteção sócio laboral e falta de opções de diálogo e representação.

O relatório destaca a necessidade de desenhar marcos regulatórios adequados para cumprir o objetivo de estabelecer e proteger os direitos sociais e trabalhistas para essas novas formas de trabalho em expansão.

PROSUL: Reuniões virtuais do Subgrupo de Resiliência e Redução de Risco Transfronteiriço³¹ e do Subgrupo de P + D + I + E (Pesquisa, Desenvolvimento, Inovação e Empreendedorismo)³² do Grupo de Gestão de Risco de Desastres (GRD)

O Subgrupo de Resiliência e Redução de Risco Transfronteiriço do Grupo de Gestão de Risco de Desastres (DRM) realizou uma reunião virtual da qual participaram autoridades do Brasil, Chile, Colômbia, Paraguai e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

Durante o encontro, liderado pelo Ministério do Desenvolvimento Regional do Brasil, foi apresentada uma proposta de Linha de Ação inicial para a elaboração de uma Linha de Base de Informações sobre Gestão de Risco Fronteiriço.

³¹ <https://foroprosur.org/relevaran-la-experiencia-de-los-paises-de-prosur-en-la-gestion-de-riesgos-en-fronteras/>

³² <https://foroprosur.org/avances-en-infraestructura-de-datos-y-financiamiento-para-mejorar-la-gestion-del-riesgo-en-paises-de-prosur/>

Para isso, cada país apresentará em futuras reuniões sobre:

- Políticas nacionais de gestão de risco
- Políticas de fronteira
- Legislação de fronteira
- Acordos existentes
- Atores envolvidos na gestão de risco
- Atores envolvidos na fronteira

Em uma próxima etapa, após as apresentações, será elaborado um documento consolidado com as experiências de todos os países, que servirá como produto de divulgação.

O Subgrupo de Redução de Risco Transfronteiriço e Resiliência de RRD tem o objetivo geral de “identificar áreas de fronteira com potencial para desenvolver trabalho colaborativo na gestão de risco de desastres e promover ações para a resiliência dessas áreas geográficas”.

Paralelamente, o Subgrupo I + D + I + E do GRD realizou uma reunião virtual liderada pelo Escritório Nacional de Emergências do Chile (ONEMI) e a Unidade Nacional de Gestão de Riscos de Desastres da Colômbia, com a participação de autoridades do Chile, Colômbia, Equador, Paraguai, Peru e do BID. O objetivo do encontro era avançar em duas linhas de ação: “Infraestrutura de dados para resiliência a desastres” e “Economia resiliente e financiamento para gestão de risco de desastres”.

Em relação à infraestrutura de dados, os países concordaram que serão coletadas informações sobre o estado da arte em termos de dados associados a DRM.

Para tanto, o Chile preparará uma proposta de pesquisa para avaliar as capacidades que os países têm em relação à informação básica para alimentar uma plataforma de dados. O inquérito a realizar incidirá em 3 eixos: i) Institucionalidade e Governança; ii) Informação e Tecnologia; iii) Linkage (instâncias de colaboração entre atores da esfera pública e pesquisa).

Por outro lado, em relação à resiliência da economia e do financiamento, os países trabalharão em um levantamento de informações sobre casos específicos de financiamento de risco na região. Com essa pesquisa, espera-se elaborar um relatório consolidado sobre boas práticas de resiliência fiscal.

Covid-19 na América Latina: o mapa que mostra a dimensão da tragédia causada pela pandemia na região³³

Entre os 10 países com maior número de mortes por coronavírus, há quatro latino-americanos: Brasil, México, Peru e Colômbia. Entre os quatro, eles somam mais de um milhão de mortes das 3.898.000 registradas em todo o mundo desde que a pandemia foi declarada em março de 2020.

³³ <https://www.bbc.com/mundo/noticias-57582845>

O Brasil é o país mais afetado, com cerca de 18 milhões de infecções até o momento e com 504.800 mortes em seu registro. Além disso, como mostra o mapa, o aumento de casos confirmados de covid-19 nos últimos sete dias está concentrado na região.

A Argentina, que recentemente teve que estabelecer novos confinamentos devido ao avanço da pandemia, tem 398 casos por milhão de habitantes. Por outro lado, o Brasil teve uma média de 74 mil infecções nos últimos sete dias, o que significa cerca de 350 casos por milhão de habitantes.

Vacinação

Os únicos países da região que alcançaram um nível de vacinação em massa semelhante ao de outros países bem-sucedidos, como Israel ou o Reino Unido, são o Chile e o Uruguai. No caso chileno, foram aplicadas cerca de 21 milhões de doses. Cerca de nove milhões de pessoas receberam a segunda dose, o que representa 50% da população chilena.

Outro país que tem feito uma campanha massiva de vacinação é o Brasil - com cerca de 90 milhões de doses - mas só 11,5% da população tem proteção completa (duas doses).

Na Argentina, a vacinação avança com vários inconvenientes. Um deles é a lacuna entre o número de vacinados com a primeira e a segunda dose. Até o momento, cerca de 18 milhões de vacinas foram aplicadas, mas apenas 3,5 milhões de argentinos receberam a segunda injeção para proteção completa.

Na Colômbia, onde o governo responsabilizou as mobilizações sociais ocorridas nos últimos meses pelo aumento de infecções e mortes por covid-19, apenas 20% de seus habitantes estão vacinados.

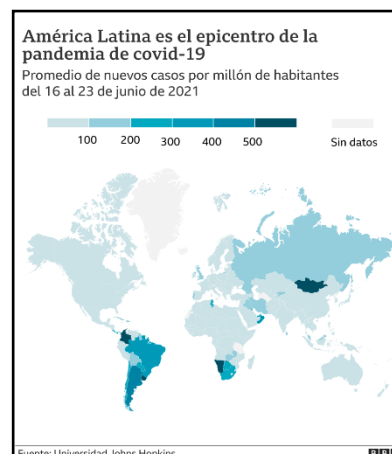
Por que a América Latina se tornou o epicentro?

Carlos Felipe Jaramillo, vice-presidente do Banco Mundial para a América Latina e Caribe, garante que além de “motivos óbvios” como o alto índice de urbanização da região e a densidade populacional que facilitam a transmissão do vírus, em todos os países eles persistem em deficiências importantes nos sistemas de saúde e no monitoramento de doenças infecciosas.

Por sua vez, Jaime Sepúlveda, especialista em saúde global da Universidade da Califórnia, observou que este ponto foi alcançado na América Latina por “negligência, arrogância e devido à pobreza”.

Em entrevista à BBC Mundo, Jarbas Barbosa, vice-diretor da Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS), apontou alguns fatores pelos quais a América Latina está tendo tanta dificuldade para sair da crise pandêmica, a seguir disponibilizamos algumas partes importantes da entrevista.

Entrevista da BBC com Jarbas Barbosa, vice-diretor da Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS).³⁴



³⁴ <https://www.bbc.com/mundo/noticias-america-latina-57507027>

Mais de um ano após a notificação do primeiro caso de coronavírus na América Latina, como você avalia a situação atual da pandemia na região?

A América Latina continua sendo uma região onde estamos muito preocupados com a transmissão do covid-19. Nesse mais de um ano já tivemos períodos de maior controle, períodos de novas ondas e aumentos no número de casos e essa é uma realidade que continuará até que o controle da transmissão seja alcançado.

O que deu errado na América Latina para que ela se tornasse "a região mais afetada do mundo" pela pandemia do coronavírus

Quanto e em que os governos latino-americanos gastaram seus recursos durante a pandemia?

Portanto, temos uma situação que é uma espécie de mosaico: alguns países com uma situação mais controlada e outros onde a situação ainda é muito preocupante porque têm uma tendência mais crescente no número de novas infecções e mortes.

Como podemos ter uma visão precisa do estado da pandemia na América Latina quando meios de comunicação independentes de países como Venezuela, Nicarágua ou Cuba alegam que esses governos ocultam ou manipulam o número de mortes e infecções ou quando em outros, como o México, Peru ou Brasil os números excedentes de mortalidade mostram uma mortalidade ainda maior do que os números oficiais?

A grande maioria dos países latino-americanos são muito transparentes e enviam dados todos os dias para a Organização Pan-Americana da Saúde. Temos alguns problemas localizados, como você mencionou.

A questão do excesso de mortalidade não é um problema apenas da América Latina, é também um problema da Europa e que pode ser avaliado e ter uma ideia clara da situação.

Não temos problemas em saber como está a situação. Sabemos disso na grande maioria dos países: qual é o número de casos, as ocupações de leitos de terapia intensiva etc.

Enquanto isso está acontecendo na América Latina, em outros países que foram duramente atingidos no início da pandemia, como os Estados Unidos, as coisas claramente melhoraram. Então, o que está errado na região? Por que parece estar travado e às vezes retrocedendo em sua luta contra o covid-19?

Existem dois fatores principais. Primeiro, que as medidas que são eficazes para reduzir a covid-19 (uso de máscaras, distância física, evitar multidões ...) têm uma eficácia muito reduzida em países como a América Latina, onde a economia informal é o sustento de cerca de 50% da população. Ou seja, as pessoas não têm uma rede de proteção social, têm que sair todos os dias em busca de alguma renda que possa alimentar a família.

Também está ligada às próprias condições de vida nos bairros pobres das grandes cidades da América Latina, que são um aglomerado permanente de pessoas. Tudo isso significa que as medidas de saúde pública que são eficazes para reduzir a transmissão não têm a mesma eficácia na América Latina que têm nos países europeus ou nos Estados Unidos, que têm uma rede de proteção social muito mais forte.

O outro ponto é que a vacinação continua avançando na América Latina, mas com muitas diferenças.

Existem países como Uruguai e Chile onde eles já estão muito mais avançados, mas na grande maioria dos países a porcentagem da população que já está no esquema de duas doses completas ainda é insuficiente para alcançar um maior controle da transmissão.

Existem outros fatores, como mensagens de liderança conflitantes ou má coordenação em alguns países entre as autoridades locais e nacionais, mas os itens acima são os mais importantes.

Mencionou os casos do Chile e do Uruguai e seus programas de vacinação bem-sucedidos. Nesse sentido, o fato de que, em ambos os países, que possuem a maior taxa de vacinação do continente, novas infecções continuem crescendo, tem sido muito surpreendente.

Como você explica essa situação?

Uruguai e Chile são os dois países da América Latina com o maior número de vacinados, mas ambos tiveram, de fato, nas últimas duas semanas, um elevado número de casos.

Quais são as lições disso? Primeiro, que as vacinas não são balas mágicas.

A vacina não reduzirá a transmissão no dia seguinte e a proteção só estará completa quando a pessoa receber as duas doses. A proteção proporcionada pela primeira dose isolada é muito baixa, não é suficiente para ser protegida.

A outra coisa é que para a vacinação controlar a transmissão, ela deve atingir 70% da população. Nenhum país da América Latina está perto de atingir esse percentual.

Até que a transmissão na comunidade seja totalmente controlada, pode haver surtos e surtos de transmissão. Até então, medidas de saúde pública devem ser mantidas para controlar essa transmissão. Essa combinação desses dois pilares é o que o controle eficaz do COVID-19 pode alcançar.

Em alguns países que usam vacinas, como Pfizer ou Moderna, os casos e internações começaram a cair, apesar de ter um percentual de população vacinada menor do que o Chile ou Uruguai. Em que medida isso pode estar relacionado à eficácia da dose que estão usando?

A vacina que mais se usa no Chile é a Sinovac, que há dados que mostram que tem capacidade, com a segunda dose, de reduzir os casos graves e as hospitalizações em cerca de 80%.

Há também um estudo no Brasil onde toda a população foi vacinada e a vacina Sinovac também demonstrou sua eficácia. Mas nenhuma vacina é 100% eficaz. O papel da vacina é aumentar a proteção e com o Sinovac, quando se diz que pode reduzir as hospitalizações em 80%, quer dizer que está a contribuir para salvar vidas, para reduzir os casos graves.

Você se referia à eficácia em evitar internações e casos graves. Mas e a transmissão e os novos casos?

A vacina é eficaz. Estudos realizados no Chile falam em 65% da capacidade para reduzir o número de casos e até 80% para reduzir os casos graves.

Além disso, quando você olha para os estudos, a maioria das pessoas que agora estão chegando aos hospitais e à terapia intensiva não são vacinadas, mas sim não vacinadas. E há uma mudança na população. Antes eram os mais velhos que ficavam em leitos de terapia intensiva e agora estão mais jovens.

Especialistas chilenos propuseram esta semana que seria necessário migrar para vacinas mais eficazes na redução de infecções para controlar o avanço da pandemia. Se isso acontecer no Chile, o que poderá acontecer em outros países da região que também optaram por essa vacina chinesa?

Acredito que não haja dados para fazer uma recomendação de mudança de vacina. Existem dados para fortalecer a vacinação e ao mesmo tempo manter todas as medidas que podem contribuir para uma maior transmissão.

Cientistas alertam que a variante do coronavírus Lambda, detectada na América do Sul, pode ser uma “preocupação” global³⁵

A variante do coronavírus Lambda, que antes era chamada de “andina” desde que foi detectada no Peru ano passado, pode se tornar uma preocupação global, segundo um novo estudo realizado por cientistas brasileiros. O Lambda já está presente em 30 países e havia sido classificado pela OMS em 15 de junho como “de interesse” devido ao aumento na frequência de casos de pacientes com COVID-19 desde fevereiro de 2021. Mas um estudo realizado em Porto Alegre, Brasil, alertou que a variante Lambda tem potencial para ser uma variante preocupante.

Pablo Tsukayama, pesquisador em genômica microbiana da Universidad Peruana Cayetano Heredia, que integrou a equipe que detectou a variante Lambda no Peru, comentou o estudo realizado por colegas do Brasil: “se a variante Lambda se mostrar formalmente mais transmissível, isso deve ser considerado preocupante. Em vários países, a variante Lambda está competindo com a Gamma, que já é considerada uma variante preocupante. Os dois têm um comportamento semelhante”.

Desde o início da pandemia, era esperado o surgimento de variantes do coronavírus por se tratar de um mecanismo natural que ocorre na evolução dos vírus. Eles mudam à medida que se espalham. Algumas variantes são vantajosas e podem tornar o vírus mais transmissível e desenvolver casos mais graves ou reduzir a proteção oferecida pelas vacinas ou escapar das defesas que o corpo humano desenvolve após ter contraído a infecção. Também existem variantes que não têm impacto sobre a pandemia. Mas os atrasos na vacinação têm sido um fator-chave para dar mais oportunidades de surgimento e impacto em mais variantes de maior risco para a saúde pública.

Desde abril, o mundo tem prestado mais atenção à variante Delta, que havia sido detectada originalmente na Índia, mas agora está atingindo mais a Europa e forçou a adiar medidas para liberar diferentes restrições. Enquanto isso, na América do Sul, a variante Lambda é cada vez mais registrada em amostras de pacientes, mesmo com as limitações para fazer estudos genômicos na região.

No Brasil, a variante Lambda foi detectada em fevereiro, em São Paulo. Agora, o grupo de pesquisadores liderado por Priscila Lamb Wink, do Laboratório de Pesquisa em Resistência Bacteriana do Hospital de Clínicas de Porto Alegre, encontrou e analisou uma amostra de uma pessoa que esteve na Argentina e precisou de internação. Eles descobriram que ele havia sido infectado com a variante Lambda, cujo nome técnico é C.37.

³⁵ <https://www.infobae.com/america/ciencia-america/2021/06/28/advierten-que-la-variante-del-coronavirus-lambda-detectada-en-sudamerica-podria-ser-de-preocupacion-mundial/>

A OMS tem um sistema de classificação para variantes do coronavírus que são categorizadas em variantes e variantes preocupantes. Até agora, depois que cientistas do Projeto País, do Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação da Argentina apontaram que Lambda deveria receber mais atenção, ela foi classificada no dia 14 de junho como uma variante de interesse, categoria que significa que deveria ser mais investigado em cada país, mas ainda faltam dados para especificar melhor o seu impacto na saúde.

É considerado preocupante quando uma variante demonstrou envolver aumento da transmissibilidade ou alteração deletéria na epidemiologia de COVID-19; aumento da virulência ou alteração da apresentação clínica da doença; ou resulta na diminuição da eficácia das medidas sociais e de saúde pública ou das ferramentas de diagnóstico, vacinas e tratamentos disponíveis.

A equipe brasileira de pesquisadores comentou que a alta prevalência da variante Lambda já foi descrita no Chile, Peru, Equador e Argentina, onde está associada a taxas substanciais de transmissão na comunidade. “Acredita-se que a situação crítica do sistema de saúde e o recente relatório sobre o aumento das mortes nesses países estejam associados ao aumento da prevalência da Lambda é hoje considerado de interesse porque houve relatos sobre sua maior frequência em amostras de pacientes com COVID-19 em países da América do Sul, como Argentina, Chile e Peru. Mas também já foi detectado em 29 países. Isso significa que essa variante do coronavírus já conseguiu se espalhar para diferentes regiões do mundo.

As autoridades peruanas relataram que 81% dos casos de COVID-19 sequenciados desde abril de 2021 estavam associados ao Lambda. A Argentina relatou um aumento na prevalência de Lambda desde a terceira semana de fevereiro de 2021 e, entre 2 de abril e 19 de maio de 2021, a variante representou 37% dos

União Africana/ CDC ÁFRICA

O Presidente do Banco Mundial e a sua equipe reuniram-se com a Equipa de Intervenção para a Aquisição de Vacinas (AVATT- *African Union's COVID-19 Vaccine Acquisition Task Team*) da União Africana para discutir as modalidades de uma parceria que irá acelerar o envio de vacinas para África.

Num acordo histórico de aquisição de vacinas assinado a 28 de março de 2021, a AVATT tinha anteriormente assegurado com sucesso até 400 milhões de doses da vacina da Johnson e Johnson com o apoio do Banco Africano de Exportação-Importação (Afreximbank). Foi precisa uma garantia bancária no valor 2 bilhões de dólares americanos em nome dos Estados-Membros da União Africana, para ajudar a colocar a África numa posição de negociação forte de aquisição de vacinas.

Segundo o Diretor do CDC África, a vacina da Johnson & Johnson é um passo crítico para o continente vacinar pelo menos 60% da população. E atingir este objetivo é um pré-requisito para salvar vidas e meios de subsistência africanos, reabrir em segurança as economias e retomar a agenda de desenvolvimento económico.

Com mais de 41 Estados-Membros em diferentes fases de finalização das encomendas para a compra dessa vacina e com a dinâmica de vacinação a crescer, é essencial que os países sintam que podem obter doses suficientes rapidamente e de uma forma acessível.

Esta decisão do Banco Mundial de se associar à AVATT logo após o anúncio dos EUA sobre a partilha de doses significa que os países africanos podem ter mais certeza de que podem aceder e financiar a compra de vacinas de que necessitam.

Sob a estrutura AVATT, são atribuídas vacinas aos Estados-Membros da União Africana de acordo com a dimensão das suas populações para aquisição através de um mecanismo de aquisição agrupado. Estas vacinas complementam as vacinas oferecidas através da COVAX.

As equipes do Banco Mundial e da AVATT concordaram em acelerar todos os procedimentos administrativos a fim de assegurar a entrada das vacinas nos países o mais cedo possível. Assim que as vacinas chegarem aos Estados-Membros, serão necessários esforços adicionais para apoiar a sua distribuição. Isto inclui a distribuição no país (logística e armazenamento em conformidade com os requisitos da cadeia de frio), assegurando o necessário para a campanha de imunização. Inclui também pesquisa e campanhas orientadas para identificar e abordar as questões de hesitação em relação às vacinas através de uma comunicação clara e direcionada e do envolvimento das comunidades.

<https://africacdc.org/news-item/the-world-bank-and-the-african-unions-covid-19-africa-vaccine-acquisition-task-team-avatt-agree-to-work-together-to-deploy-vaccines-for-400million-africans/>

União Africana/UNICEF: campanha "No Name" quer dar "identidade legal" a crianças sem registo em África

Uma em cada duas crianças africanas não é registada quando nasce, uma tendência agravada pela pandemia de covid-19 e que a campanha "*No Name*", lançada para assinalar o Dia da Criança Africana, quer reverter.

A campanha, uma iniciativa da União Africana (UA) e do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), visa aumentar a cobertura do registo de nascimento, travando o retrocesso na identificação legal das crianças verificado durante a pandemia.

"Mais de 50% das crianças africanas não têm identidade legal. O direito a uma existência legal é o primeiro direito de cada ser humano e desencadeia o direito à saúde, educação, proteção contra abusos e exploração", afirmam as duas organizações.

Um cenário agravado pela pandemia de covid-19, que segundo as mesmas fontes, "teve efeitos negativos gritantes" no registo de nascimento devido aos confinamentos, limitações dos serviços de registo civil e diminuição da utilização desses mesmos serviços.

Por isso, a União Africana e a Unicef exortam os países a tomarem medidas adicionais, simplificando os procedimentos, eliminando taxas e alargando os prazos para o registo tardio.

As taxas que frequentemente se aplicam ao registo de nascimento representam um dos principais estrangulamentos de acesso entre os grupos vulneráveis da população. Até à data, apenas alguns países garantem o registo de nascimento sem custos.

Apesar das estatísticas mostrarem que o continente tem feito progressos no registo de nascimento nas últimas décadas, as duas organizações alertam para "*projeções preocupantes*" que mostram que o número de crianças não registadas à nascença continuará a aumentar, esperando-se que exceda 100 milhões até 2030, "*se não forem tomadas medidas imediatas*".

Uma das medidas propostas é a realização do registo das crianças pelos serviços de saúde e de vacinação, algo que já acontece na Costa do Marfim, Camarões, Mali e Tanzânia.

Estes exemplos mostram que o aumento do registo de nascimento através da interoperabilidade, descentralização e digitalização são mudanças para acelerar e alcançar o registo de nascimento universal, mesmo em situações de emergência como a pandemia de covid-19, defendem os promotores da campanha, apadrinhada pela cantora do Benin e embaixadora de Boa Vontade do Unicef, *Angelique Kidjo*.

O Dia da Criança Africana, instituído pela Assembleia de Chefes de Estado e de Governo da então Organização da Unidade Africana (OUA) em 1991, é celebrado todos os anos em 16 de junho para assinalar a revolta do Soweto, na África do Sul, em 1976, e para sensibilizar para a necessidade de melhorar a qualidade da educação fornecida às crianças africanas.

Em junho de 1976, centenas de crianças foram mortas a tiro pela polícia do regime segregacionista do 'apartheid', na África do Sul, quando marchavam contra a imposição do Afrikaans nas escolas.

<https://www.lusa.pt/article/32615141/campanha-no-name-quer-dar-identidade-legal-a-crian%C3%A7as-sem-registo-em-%C3%A1frica-newsletter>

Para acompanhar a evolução da situação epidemiológica em diferentes regiões do continente, sobretudo neste momento de recrudescimento de infeções, consultar o Boletim do CDC África aqui:

<https://africacdc.org/download/outbreak-brief-75-coronavirus-disease-2019-covid-19-pandemic/>

OMS AFRO (BRAZZAVILLE)

A terceira vaga de infeções pelo novo coronavírus “*está a crescer e a acelerar*” em África com as variantes, advertiu no dia 17 de junho a Organização Mundial de Saúde (OMS) no continente, apelando a um aumento da oferta de vacinas.

O número de casos está a aumentar 22% por semana em todo o continente. A Diretora Regional apelou a que sejam entregues ao continente mais vacinas. Quase 12 milhões de pessoas estão agora totalmente vacinadas, mas isto representa menos de 1% da população do continente. A República Democrática do Congo (RD Congo), a Namíbia e o Uganda registaram o seu maior número de casos semanais desde o início da pandemia.

Segundo a OMS, este aumento deve-se, em grande parte, ao clima sazonal mais frio na África Austral e à propagação de variantes mais contagiosas. A variante Delta (de origem indiana) foi assinalada em 14 países africanos e as variantes Beta e Alfa foram encontradas em mais de 25 países africanos.

A OMS África também registou uma aceleração da vacinação no continente, com mais de 5 milhões de doses administradas nas últimas semanas, em comparação com uma média semanal de 3,5 milhões de doses nas últimas três semanas.

[Covid-19: OMS alerta para aceleração da pandemia em África e pede mais vacinas \(lusa.pt\)](#)

59ª Sessão Ordinária da Conferência dos Chefes de Estado e de Governo da Comunidade Económica da África Ocidental (CEDEAO)

Esta sessão ordinária realizou-se, presencialmente, a 19 de junho de 2021 em Acra, capital do Gana, sob a presidência de Nana Addo Dankwa Akufo-Addo, Presidente do Gana e Presidente em Exercício da Conferência.

Dos 15 Estados-Membros da CEDEAO, participaram nessa Cimeira doze Chefes de Estado, um Primeiro-Ministro (Níger) e uma Ministra dos Negócios Estrangeiros e dos Senegaleses do Exterior (Senegal).

Estiveram ainda presentes na sessão o Presidente da Comissão da CEDEAO, a Secretária-Geral da Organização Internacional da Francofonia (OIF), o Presidente do Banco Africano de Desenvolvimento, o Representante Especial do Secretário-Geral das Nações Unidas para África Ocidental e o Sahel (UNOWAS) e o ex-Presidente da Nigéria e mediador da CEDEAO para o Mali.

Reafirmando o seu compromisso de aprofundar o processo de integração na África Ocidental, os Chefes de Estado e de Governo, após deliberações, aprovaram as principais recomendações contidas nos diferentes relatórios e, em seguida, apreciaram as seguintes questões específicas: a situação da Covid-19 e dos esforços desenvolvidos pelos Estados-Membros e pela Organização Oeste Africana da Saúde (OOAS). Tomaram nota da vacinação em curso em todos os Estados-Membros com vacinas fornecidas pela iniciativa COVAX e saúda a recente decisão do G7 de fornecer vacinas adicionais aos países em desenvolvimento. Os Chefes de Estado e de Governo encorajaram a Organização Oeste Africana da Saúde (OOAS) a intensificar os seus esforços no que diz respeito à mobilização de parcerias para a produção local de vacinas na região.

A Conferência felicita o Grupo do Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) pelo lançamento de um mecanismo para ajudar os países africanos, incluindo os Estados-Membros da CEDEAO, a lidar com a pandemia, bem como pelo seu apoio aos países do G5 Sahel, visando o fortalecimento dos sistemas nacionais de saúde. Ela também felicita o BAD pelo apoio de 22 milhões de USD à Organização Oeste Africana da Saúde (OOAS). Além disso, um apelo foi lançado ao BAD para apoiar o estabelecimento de infraestruturas de saúde de qualidade e o desenvolvimento das indústrias farmacêuticas nos países da CEDEAO, nomeadamente o fabrico de vacinas.

Os Chefes de Estado e de Governo prestaram uma vibrante homenagem ao Presidente de Cabo Verde, Jorge Carlos Fonseca, que participa pela última vez na qualidade de Chefe de Estado, pela sua forte convicção e atuação a favor da integração económica, o reforço da democracia, paz e segurança regionais. Também saudaram as ações desenvolvidas ao longo destes dois mandatos enquanto Presidente de Cabo Verde, que têm contribuído para o desenvolvimento económico e social e para a abertura do seu país à paz, em particular através do desenvolvimento das infraestruturas necessárias.

https://www.ecowas.int/wp-content/uploads/2021/06/2021-06-20-PORT_Final-Communique%CC%81-VF.pdf

Realização da Cúpula/Cimeira Extraordinária de Chefes de Estado e de Governo da SADC

A Sessão Extraordinária da Cimeira dos Chefes de Estado e de Governo da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC) teve lugar em 23 de junho de 2021, em Maputo.

A Cimeira endossou as recomendações do Relatório do Presidente do Órgão de Cooperação da SADC nas Áreas de Política, Defesa e Segurança e aprovou o Mandato da Missão da Força em Estado de Alerta da SADC à Moçambique, a ser destacada ao abrigo da Força em Estado de Alerta da SADC para apoiar Moçambique no combate ao terrorismo e atos de extremismo violento em Cabo Delgado. Exortou os Estados-Membros a continuar a colaborar com as agências humanitárias para continuar a prestar ajuda humanitária à população afetada pelos ataques terroristas em Cabo Delgado, incluindo as pessoas deslocadas internamente.

A Cimeira comprometeu-se a reforçar as capacidades regionais e nacionais da SADC na pesquisa e produção de fármacos e outros medicamentos essenciais e a promover os medicamentos tradicionais e alternativos, incluindo o desenvolvimento de vacinas. Exortou também os Estados-Membros da SADC e a Comunidade Internacional a apoiar a proposta de derrogação temporária de certas disposições do Acordo sobre os Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados com o Comércio (TRIPS) para permitir que mais países produzam a vacina contra a COVID-19, para uma resposta mais eficiente à pandemia da COVID-19. Apelou à Organização Mundial do Comércio (OMC) para finalizar as negociações sobre a derrogação de certas disposições do Acordo sobre os Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados com o Comércio (TRIPS), e agilizar a sua operacionalização e ao fim do nacionalismo da vacina e à igualdade de acesso por parte de todos os países.

A Cimeira exortou os Estados-Membros a reforçar e alargar a cobertura dos programas de proteção e de redes de segurança social para atenderem ao número crescente de populações em situação de insegurança alimentar e a promover a adição de valor, através do processamento de produtos agrícolas e também a transporem a Estratégia Regional de Segurança Alimentar e Nutricional para as Estratégias Nacionais de Segurança Alimentar e Nutricional.

A próxima Cimeira Ordinária, a 41.ª, terá lugar no Malawi em agosto próximo.

https://www.sadc.int/files/1216/2446/8894/Communique_of_the_Extraordinary_SADC_Summit_of_Heads_of_State_and_Government_23_June_2021_-PORTUGUESE.pdf

A CPLP E CHINA

Papel de Macau como Plataforma



O Fórum para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa (Macau), mais conhecido por “**Fórum de Macau**”, foi criado em Outubro de 2003, por iniciativa do Governo Central da China e em coordenação com sete Países de Língua Portuguesa, nomeadamente Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e Timor-Leste, e com a colaboração do Governo da Região Administrativa Especial de Macau (RAEM), tendo acolhido, em março de 2017, São Tomé e Príncipe, que se tornou o oitavo País de Língua Portuguesa participante.

O Fórum de Macau é um mecanismo multilateral de cooperação intergovernamental e tem como objetivo a consolidação do intercâmbio económico e comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa, utilizando Macau como plataforma de ligação entre os países participantes.

Foram realizadas, em Macau, cinco Conferências Ministeriais do Fórum de Macau, respectivamente, em outubro de 2003, setembro de 2006, novembro de 2010, novembro de 2013 e outubro de 2016, durante as quais foram aprovados **Planos de Ação para a Cooperação Económica e Comercial** que definiram objetivos e conteúdo para a cooperação nas seguintes áreas: cooperação intergovernamental, comércio, investimento e cooperação empresarial, capacidade produtiva, agricultura, floresta, pesca e pecuária, infraestruturas, energia e recursos naturais, **educação e recursos humanos**, área financeira, **cooperação para o desenvolvimento**, turismo, transportes e comunicações, **cultura**, rádio, cinema e televisão, desporto, **saúde**, domínio do mar, **cooperação entre províncias e municípios**, bem como o papel de Macau como plataforma.

E por ocasião da 5.ª Conferência Ministerial, foi assinado o “Memorando de Entendimento sobre a Promoção da Cooperação da Capacidade Produtiva do Fórum de Macau”, abrindo caminho para um novo modelo de cooperação económica e comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa do Fórum de Macau. Desde a criação do Fórum de Macau, têm sido implementados integralmente os Planos de Ação, contribuindo, de forma ativa, para o incremento da cooperação económica e comercial.

O embaixador de Angola na China, João Salvador dos Santos Neto, defendeu a flexibilização do Fundo de Cooperação e Desenvolvimento entre a China e os países de Língua Portuguesa. O diplomata angolano, que avançou a posição durante a reunião em que o

Secretariado Permanente do Fórum Macau apresentou, aos embaixadores dos Estados membros, o projeto de Declaração Conjunta, a ser assinada na reunião ministerial prevista para outubro, em Macau justificou a flexibilização do Fundo de Cooperação e Desenvolvimento de modo a torná-lo operacional no interesse das economias dos países membros.

O Fundo de Cooperação e Desenvolvimento, disse, representa um fator de extrema importância para o aumento da capacidade produtiva nos países que constituem o Fórum Macau. João Salvador dos Santos Neto defendeu, igualmente, a necessidade de o Fórum tornar mais concreto o apoio às questões de saúde pública e da economia em prol dos estados membros. “Temos que aproximar mais as nossas intenções das realizações. Entendemos que as questões de saúde pública e da economia são extremamente importantes e o apoio para esses sectores deve ser feito de forma mais concreta”, sublinhou. João Salvador dos Santos Neto destacou, ainda, que a reunião ministerial prevista para outubro, em Macau, deve representar algo muito mais tangível e um salto qualitativo perante a atual conjuntura internacional, agravada pelo surgimento da pandemia do novo coronavírus. O diplomata sugeriu também a reativação da cooperação empresarial de forma mais inovadora, ativa e concreta. O embaixador de Angola na China defendeu também a promoção do aumento da capacidade institucional, sobretudo em termos de assessoria na concepção de projetos a serem submetidos ao Fundo de Cooperação e Desenvolvimento.

“As nossas economias complementam-se, pelo que temos de interiorizar que essa cooperação é mutuamente vantajosa para todos os países que fazem parte do Fórum”, disse. Além dos representantes dos países de expressão portuguesa, estiveram presentes na reunião, realizada em Beijing, responsáveis do Ministério do Comércio da China e da Administração da Região Especial de Macau, território chinês que domicilia o secretariado permanente do referido fórum.

O Fórum Macau é uma plataforma de cooperação económica criada em outubro de 2003, por iniciativa do Governo da China, em coordenação com os sete países de língua oficial portuguesa, nomeadamente Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e Timor-Leste, com a colaboração da Administração da Região Especial de Macau.

<https://jornaldeangola.ao/ao/noticias/angola-quer-flexibilizacao-do-fundo-de-cooperacao/>

<https://www.forumchinapl.org.mo/pt/forum-de-macau/>

Duplo Padrão: a reposta da Europa à Covid-19

Ana Helena Gigliotti de Luna Freire

A candidatura de Tedros Adhanom à recondução na OMS e apoio que ele e a Organização têm recebido da União Europeia (UE), foi objeto de comentários na última reunião do Cris. Pensando pela perspectiva da política internacional, é possível perceber uma certa reciprocidade de interesses e convergência de expectativas. Por outro lado, a UE busca se reposicionar no tabuleiro da distribuição da produção mundial de vacina, tentando expandir seus negócios, com base na “solidariedade” para o continente africano. Se o Informe anterior, abordava a relação entre vacina e poder, este considera que a questão passa também pela autossuficiência na produção e conseqüente maior soberania.

Há um mês, nosso Informe Europa repercutia o anúncio feito pela UE na reunião do G-20, de que iria investir para aumentar a capacidade de produção de vacinas na África. Nesta semana, a OMS lançou o primeiro centro de transferência de tecnologia para vacinas de mRNA Covid-19 na África do Sul, que ainda precisa da adesão dos fabricantes. A UE estava presente no primeiro Fórum Internacional de Produção Local e a Comissária para Parcerias Internacionais da UE, Jutta Urpilainen, disse que a Equipe Europa pretende trabalhar com parceiros na África para desenvolver e fortalecer a produção farmacêutica no continente³⁶. O presidente francês Emmanuel Macron também se pronunciou dizendo que seu país está empenhado em apoiar os esforços na África para aumentar a capacidade de produção local de vacinas e outras soluções médicas de enfrentamento à Covid-19³⁷.

O presidente sul-africano Cyril Ramaphosa, reconhece que o polo é um passo em direção à redução da dependência africana de fornecedores externos de vacina, mas ressalta que isso não substitui a necessidade de isenção do TRIPS³⁸. Como as patentes têm caráter territorial, elas se tornam barreiras, quando depositadas no mercado interno. Apesar de não haver obstáculos relacionados às tecnologias de mRNA no continente africano ou em países de baixa e média renda localizados em outros lugares, pode havê-los quanto a algum ingrediente ou componente da vacina^{39,40}.

É claro o movimento europeu em busca da liderança global e de aumento de poder. Atualmente, a UE está trabalhando em todo o mundo para conciliar as prioridades dos países beneficiários com suas metas de gastos em vários temas sob um novo regulamento único sobre gastos estrangeiros⁴¹. Na quinta-feira, os eurodeputados das comissões dos Negócios Estrangeiros e do Desenvolvimento aprovaram o Instrumento de Vizinhança, Desenvolvimento

³⁶ <https://www.devex.com/news/devex-checkup-the-long-game-of-producing-vaccines-locally-100182>

³⁷ <https://www.who.int/news/item/21-06-2021-who-supporting-south-african-consortium-to-establish-first-covid-mrna-vaccine-technology-transfer-hub>

³⁸ <https://www.devex.com/news/new-tech-hub-aims-to-boost-access-to-mrna-covid-19-vaccines-in-africa-100193>

³⁹ <https://www.who.int/news/item/21-06-2021-who-supporting-south-african-consortium-to-establish-first-covid-mrna-vaccine-technology-transfer-hub>

⁴⁰ Os centros de transferência de tecnologia são instalações de treinamento onde a tecnologia é estabelecida em escala industrial e o desenvolvimento clínico é realizado. Fabricantes interessados de países de baixa e média renda podem receber treinamento e quaisquer licenças necessárias para a tecnologia. A OMS e seus parceiros levarão o know-how de produção, o controle de qualidade e as licenças necessárias a uma única entidade para facilitar uma transferência ampla e rápida de tecnologia para vários destinatários

⁴¹ <https://www.devex.com/news/eu-teases-ethiopia-aid-plans-amid-budget-support-freeze-100180>

e Cooperação Internacional - Europa Global -, provisoriamente acordado, que irá financiar as próximas prioridades de ação externa da UE. Com o novo instrumento, a União Europeia passa a centralizar grande parte de seus gastos externos, fundindo instrumentos atuais da UE sob o mesmo teto global. A UE também aumentará o seu financiamento inovador ao abrigo do Fundo Europeu para o Desenvolvimento Sustentável Plus, mobilizando capital privado para complementar a ajuda direta ao desenvolvimento⁴²⁴³.

O volume de recursos previstos para 2021-2027 é de 79,5 bilhões de euros para 2021-2027. Um montante de 60,4 bilhões de euros vai cobrir objetivos como boa governança, clima e meio ambiente em países vizinhos da UE (€ 19,3 bilhões), África Subsaariana (€ 29,2 bilhões), Ásia-Pacífico (€ 8,5 bilhões) e Américas e Caribe (€ 3,4 bilhões). Além disso, estão previstos 6,4 bilhões de euros para programas de direitos humanos, sociedade civil e paz, com 3,2 bilhões para uma resposta rápida às crises. Cerca de 30% dos gastos devem ir para questões climáticas⁴⁴. O texto acordado nesta semana reflete o acordo entre os Estados membros no Conselho e no Parlamento em dezembro passado. Entre as questões mais espinhosas estavam quem decide sobre o destino do dinheiro; se a ajuda ao desenvolvimento deve ser condicionada à cooperação dos países beneficiários em questões de migração; e o papel do Banco Europeu de Investimento (BEI) em relação a outros bancos de desenvolvimento que disputam o acesso às garantias do orçamento da UE. Este último foi resolvido com a criação de três janelas dedicadas do BEI no valor de € 26,7 bilhões. No entanto, os outros pontos permanecem controversos. Ainda existem expectativas variáveis entre os estados da UE e os deputados europeus sobre se e quando a comissão deve usar o dinheiro do desenvolvimento como "alavanca necessária" para garantir a cooperação dos países na migração⁴⁵.

E por falar em migração, matéria do Health Policy Watch, repercute o Certificado Europeu de vacinação no continente africano, apontando para o "duplo padrão" de reconhecimento das vacinas idênticas da AstraZeneca, adotado pelo bloco. Como a EMA só aprova produtos que estão sendo usados na UE, as vacinas não utilizadas no bloco não são submetidas à apreciação da Agência. É o caso da AstraZeneca CoviShield, produzida pelo Serum Institute da Índia e pela Fiocruz no Brasil, porque a vacina da AstraZeneca aprovada pela EMA é a Vaxzevria. Isto equivale a dizer que pessoas imunizadas com a vacina da AstraZeneca produzida na Fiocruz não fazem jus ao certificado europeu. Trata-se de um processo administrativo, não relacionado à qualidade da vacina, mas que traz prejuízos que vão além da falta de compreensão pelo grande público⁴⁶. Moradores de países pobres, em especial os africanos, já são penalizados pela falta de vacina e, quando as têm, não podem viajar porque a vacina não é aprovada pelo bloco europeu.

A Diretora Regional da OMS para a África, Dra. Dr. Matshidiso Moeti, protestou: para ela, o problema é que a Agência reconhece apenas 4, das 8 aprovadas pela OMS. O programa do passe europeu deveria reconhecer todas as vacinas aprovadas pela OMS, incluindo as vacinas AstraZeneca produzidas na Índia e as vacinas chinesas. Emée Ratsimbazafy, vice-presidente de uma associação civil de Madagascar, disse: "Quando a vacina [AstraZeneca] foi recebida,

⁴² <https://www.europarl.europa.eu/news/en/press-room/20201215IPR94033/new-eu-neighbourhood-development-and-international-cooperation-instrument>

⁴³ <https://www.europarl.europa.eu/news/en/press-room/20210312IPR99818/global-europe-meps-back-new-instrument-for-external-eu-cooperation-in-2021-2027>

⁴⁴ <https://www.devex.com/news/eu-aid-embraces-single-instrument-theory-99441>

⁴⁵ <https://www.devex.com/news/eu-aid-embraces-single-instrument-theory-99441>

⁴⁶ <https://healthpolicy-watch.news/most-covax-vaccine-recipients-excluded/>

representantes da comunidade internacional estavam presentes, incluindo representantes da União Europeia, para encorajar as pessoas a serem vacinadas. E então, de repente, ficamos sabendo que essa vacina não é reconhecida pelas autoridades de saúde europeias. Por que não? Muitas pessoas estão se perguntando se esta vacina é realmente inofensiva e eficaz. Algumas pessoas agora estão relutantes em ser vacinadas”, observando que o padrão duplo gerou temores de que as vacinas Covax sejam de qualidade inferior. O Ministro da Saúde de Madagascar, Professor Jean-Louis Rakotovoao-Hanitrana, disse que ficou "surpreso e chocado" ao saber que as vacinas sendo distribuídas não seriam aceitas na Europa. “Esta vacina nos foi dada pela OMS e saudada pela União Europeia e todas as agências da ONU, o que nos faz pensar se não existe uma vacina para os africanos e outra para os europeus”⁴⁷.

O Diretor Executivo de Emergências em Saúde da OMS, Michael Ryan, reconhece que a OMS não deveria recomendar a exigência de vacinação como condição para viajar, pois isto estaria relacionado à escassez de vacinas e ao fato de haver desigualdade na distribuição delas. “Qualquer imposição de tal exigência de vacinação, em todo o mundo, na verdade, traz uma dupla desigualdade, já que indivíduos de países que não têm acesso a vacinas não terão acesso para viajar e, portanto, é muito importante que, se nós vamos impor restrições às viagens de indivíduos, devemos pelo menos tentar fazer isso em condições de igualdade de acesso à vacina”, acrescentou Ryan⁴⁸.

Vale lembrar que os países-membros da UE são obrigados a fornecer o certificado a quem recebeu uma das 4 vacinas aprovadas pela EMA, mas têm liberdade para aceitar turistas que tenham recebido outras vacinas. Para a UE, é fácil limar turistas indesejados, mas para países dependentes do turismo, pode ser que essa fatia de vacinados seja importante para a retomada da economia.

A aproximação com a Rússia foi outro tema que esteve na pauta, mas não encontrou consenso entre os Estados-membros do bloco. Em reunião em Genebra, entre Putin e o presidente americano, Joe Biden, a chanceler alemã, Ângela Merkel, e o presidente francês, Emmanuel Macron, disseram ser favoráveis a um encontro com o líder russo para tratar de temas prioritários para a UE. A proposta, contudo, foi rejeitada pelos países bálticos, Polônia, Suécia e Holanda, que se opuseram à retomada desse diálogo direto e consideraram Putin responsável por ações agressivas contra países europeus. A Presidência russa acolheu "com pesar" a decisão dos líderes da União Europeia (UE) de rejeitar a proposta de Alemanha e França de retomar as cúpulas com o chefe de Estado russo. Seu porta-voz, Dmitri Peskov, disse à imprensa, que "o presidente Putin estava e continua interessado em estabelecer relações de trabalho entre Moscou e Bruxelas". As relações se deterioraram desde a anexação da península da Crimeia pela Rússia e o início do conflito na Ucrânia em 2014. Desde então, não houve nenhuma cúpula entre as duas partes⁴⁹.

Do ponto de vista epidemiológico, a OMS Europa segue preocupada com a proximidade do verão e dos relaxamentos das medidas não farmacológicas. Nesta quinzena, lançou a campanha #SummerSense, junto com a Unicef Europa e Ásia Central, que se concentra em quatro áreas principais⁵⁰:

⁴⁷ <https://healthpolicy-watch.news/most-covax-vaccine-recipient-excluded/>

⁴⁸ <https://healthpolicy-watch.news/most-covax-vaccine-recipient-excluded/>

⁴⁹ <https://br.noticias.yahoo.com/r%3%bassia-lamenta-rejei%3%a7%3%a3o-da-ue-093126612.html>

⁵⁰ <https://www.euro.who.int/en/health-topics/health-emergencies/pages/news/news/2021/06/with-the-pandemic-far-from-over,-we-all-need-to-practice->

- Viagem e Turismo;
- Eventos desportivos, como o Campeonato da Europa de Futebol;
- Vida fora de casa, incluindo reuniões sociais, festivais, casamentos e férias na praia;
- Voltando à educação, quando crianças e jovens voltam às escolas, faculdades e universidades no final do verão.

Reconhecendo o papel das organizações da sociedade civil durante a pandemia, a OMS Europa, lançou iniciativa para engajá-las e empoderá-las⁵¹. Foram selecionadas 11 organizações dentro de 8 Estados Membros na Região Europeia da OMS. As organizações testarão novas abordagens para dar voz às comunidades acerca dos planos que afetam suas vidas e para garantir que estejam envolvidas nos processos de formulação de políticas. A OMS Europa trabalhará diretamente com as organizações e as capacitará para serem agentes de mudança:

- estabelecer / alavancar relações de confiança entre as OSCs e as comunidades, incluindo quando a confiança nas autoridades é baixa;
- compreender e abordar as percepções e preocupações das pessoas;
- reconciliar ciência e sociedade / religião (ou seja, garantir que as mensagens e medidas sejam cientificamente corretas e culturalmente aceitáveis);
- acessar grupos vulneráveis e fornecer-lhes conselhos de saúde pública relevantes;
- mitigar o medo e o estigma para certos grupos ou medidas;
- construção de capacidade da comunidade para maior resiliência da comunidade; e
- promover uma governança inclusiva que incorpore as necessidades dos grupos comunitários à preparação, prontidão e resposta a emergências.

Financiada pela Fundação das Nações Unidas e pelo Fundo de Resposta de Solidariedade COVID-19, a iniciativa-piloto durará até dezembro de 2021. As organizações selecionadas, que trabalham diretamente com refugiados e migrantes, populações ciganas, pessoas com deficiência, idosos, líderes religiosos, mulheres e comunidades afetadas por conflitos, têm histórico de trabalho com organizações internacionais e doadores para fazer a diferença para as comunidades que representam, conduzindo avaliações de necessidades, abordando a interrupção do serviço e criando plataformas para a inclusão de comunidades. Algumas iniciativas entre os 8 projetos incluem:

- testar o acesso remoto a serviços educacionais para crianças e jovens com deficiência na Grécia;
- estabelecer mediadores de saúde para refugiados e migrantes na Sérvia;
- envolver trabalhadores de saúde aposentados na coordenação da resposta Covid-19 no Quirguistão;
- criar conselhos comunitários para as populações ciganas na Macedônia do Norte;
- promover o diálogo com as comunidades afetadas pelo conflito na Ucrânia;

summersense?utm_source=WHO%2FEurope+mailing+list&utm_campaign=113765487d-EMAIL_CAMPAIGN_2020_03_16_10_53_COPY_01&utm_medium=email&utm_term=0_60241f4736-113765487d-110576762

⁵¹

https://www.euro.who.int/en/health-topics/health-emergencies/pages/news/news/2021/06/breakthrough-who-initiative-launched-in-europe-to-engage-and-empower-civil-society-organizations-in-health-emergency-responses?utm_source=WHO%2FEurope+mailing+list&utm_campaign=113765487d-EMAIL_CAMPAIGN_2020_03_16_10_53_COPY_01&utm_medium=email&utm_term=0_60241f4736-113765487d-110576762

- envolver líderes religiosos de diferentes religiões para encorajar as comunidades a serem vacinadas em Israel;
- aumentar as habilidades dos profissionais de saúde nas áreas de esgotamento profissional e violência doméstica na Geórgia; e
- capacitar autoridades locais para envolver as comunidades de refugiados e migrantes na Eslovênia.

Outra iniciativa da OMS Europa é o lançamento de uma série de vinhetas, que destacam as transformações vivenciadas pelos sistemas de atenção primária à saúde (APS), que com a pandemia, viram um aumento sem precedentes de seus atendimentos, com vários países acelerando reformas antigas e mostrando diferentes graus de adaptação. Cada país terá sua vinheta, com a história não contada da transformação da atenção primária à saúde durante a pandemia. Consideradas pragmáticas, específicas para cada país e orientadas para a ação, espera-se que as vinhetas contribuam para o intercâmbio de experiências e expectativas entre os países⁵². As primeiras vinhetas podem ser conferidas no link <https://www.euro.who.int/en/health-topics/Health-systems/primary-health-care/country-work/primary-health-care-country-vignettes>.

⁵² https://www.euro.who.int/en/health-topics/Health-systems/primary-health-care/news/news/2021/6/new-who-europe-information-series-highlights-the-transformation-of-primary-health-care-during-covid-19?utm_source=WHO%2FEurope+mailing+list&utm_campaign=113765487d-EMAIL_CAMPAIGN_2020_03_16_10_53_COPY_01&utm_medium=email&utm_term=0_60241f4736-113765487d-110576762

Ásia Sudeste, Pacífico Ocidental e Oriente Médio na Saúde Global e Diplomacia da Saúde

Lúcia Marques

OMS alerta para a gravidade da variante Delta, que se espalha rapidamente pelo globo, assombrando até mesmo os países com alto índice de vacinação. Médicos Sem Fronteiras, OMS e pesquisadores criticam a falta de solidariedade dos países ricos que monopolizaram as vacinas, dificultando a distribuição de doses de forma mais igualitária. De quebra, fazem uma análise crítica à iniciativa COVAX – ideia boa, execução mediana⁵³ - e sinalizam os pontos falhos para melhorias no futuro; porque outras pandemias virão.

Globalmente, um ano e meio depois, as fragilidades e desigualdades reveladas pela pandemia permanecem; os desafios para alcançar a agenda 2030 se acumulam, somam-se a esses, os desafios para enfrentar as mudanças climáticas. E a realidade mostra a importância de voltar a olhar para os determinantes sociais da saúde.

Regionalmente, na **Ásia Sudeste e Pacífico**, países voltam a impor restrições, diante da ameaça da cepa Delta e sua variante nepalesa, Delta Plus, e a retomada da economia fica um pouco mais longe. Myanmar afundando em caos à medida que as milícias armadas crescem em ambientes rurais e urbanos, desde o golpe militar no recente 1º de fevereiro; cresce a competição geopolítica no Indo-Pacífico e, por hora, as nações sul-asiáticas ainda conseguem se aproveitar da tensão cada vez mais acirrada entre China e Estados Unidos – mas, sempre bom lembrar que, entre o mar e o rochedo, os mariscos podem se quebrar. Sanções e acusações de violações de direitos humanos dos Estados Unidos contra China e Rússia, que ficam mais próximas.

No **Oriente Médio**, eleições presidenciais na Síria e no Irã sem surpresas; bombardeio americano (de novo) contra milícias, apoiadas pelo Irã, na Síria e no Iraque; drones (indetectáveis por radar), usados como armas, inflamam as relações entre Paquistão e Índia; Israel consegue tirar do poder o corrupto Benjamin Netanyahu, cujo temperamento explosivo desestabilizava as relações na região, mas elege um nacionalista conservador de direita, defensor da anexação da Cisjordânia; uma longa sequência de fracassos do presidente palestino, há 15 anos no poder, cujo ápice foi o recente conflito entre Israel X palestinos X Hamas, leva a população às ruas de Jerusalém. Arábia Saudita não consegue solução para o fim da guerra no Yemem, que já se estende por seis anos; no Afeganistão, cresce a violência de um talibã (do Paquistão, descrito como talibã ruim – em oposição ao Talibã afegão, descrito como bom), após início da retirada dos soldados americanos, no país há 20 anos.⁵⁴ Haja saúde mental.

Esse resumo confirma que nada mudou no quartel de Abrantes e tudo segue como dantes. Ou pior, em muitos casos. E direciona nosso olhar para a 47ª Sessão do Conselho de Direitos Humanos da ONU (21 de junho e 9 de julho) e para o informe [A/HRC/47/23](#) apresentado pela Alta Comissária das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ACNUDH), Michelle Bachelet, sobre “O Papel Central do Estado na resposta às Pandemias e outras emergências em saúde, e às suas consequências socioeconômicas, no avanço do desenvolvimento sustentável e na realização de todos os Direitos Humanos” (saiba mais sobre as atividades do Conselho de

⁵³ <http://www.pharmabaires.com/2075-el-mecanismo-covax-carece-de-solidaridad-pero-america-latina-tampoco-expuso-cooperacion-regional-afirman-south-centre-y-medicos-sin-fronteras.html>

⁵⁴ [Visão: Como EUA, aliados deixam Afeganistão, Talibã faz passos rápidos - The Economic Times \(indiatimes.com\)](#)

Direitos Humanos da ONU e dos Movimentos Sociais, no capítulo de Armando De Negri, neste Informe).

Sob essa ótica, os direitos humanos se somam aos direitos sociais, econômicos e culturais. E sob essa ótica, países reclamam da intromissão de países (G7) em seus assuntos internos. O debate leva a outra reflexão: é realmente necessário interferir? E quando interferir? E as consequências da intervenção? Avanços ou desequilíbrios? Temos exemplos recentes e antigos: atuação dos Estados Unidos no Oriente Médio, há décadas, e aumento do terrorismo, dentro e fora da região⁵⁵. Recentemente, a decisão de não intromissão nos assuntos internos em Myanmar, país membro da ASEAN, cujo governo oficial foi derrubado pelo golpe militar, foi uma opção; se foi boa, só o futuro dirá, mas as várias etnias que antes rivalizavam, agora lutam juntas contra o mesmo inimigo: os militares corruptos e manipuladores.

Eleições na Síria e Irã – sem surpresas

O presidente da Síria, Bashar al-Assad, foi reeleito para mais um mandato de sete anos com 95,1% dos votos, após eleições criticadas pela oposição e pelos países ocidentais. As votações foram realizadas somente nas áreas controladas pelo regime assadista – 2/3 do território sírio. A campanha foi baseada na reconstrução do país – um país assolado pela guerra desde 2011, sistema de saúde colapsado, 90% das pessoas vivendo na pobreza, famílias separadas. Segundo a ONU, são 388 mil mortos e milhares de deslocados internamente e refugiados em países vizinhos, como Turquia e Irã. Assad está no poder há 21 anos. Estados Unidos e União Europeia já anunciaram que não reconhecerão os resultados da eleição.

A eleição que colocou o ultraconservador Ebrahim Raisi na presidência do Irã, já no primeiro turno, bateu recorde de abstenção: 57%; e houve 3,7 milhões de votos nulos. A falta de entusiasmo mostra que os iranianos consideraram a eleição um jogo de cartas marcadas⁵⁶. A eleição do protegido do Líder Supremo, Ayatolá Ali Khamenei (desde 1989), coloca os linha-dura no controle do governo à medida que as negociações em Viena continuam a tentar salvar um acordo esfarrapado destinado a limitar o programa nuclear iraniano, em um momento em que Teerã está enriquecendo urânio a 60% - um dos níveis mais altos já praticados pela república islâmica. Personificação da repressão, Raisi se descreve como defensor dos direitos humanos e nega seu envolvimento na execução em massa de cerca de 5.000 pessoas, em 1988.

Novo Primeiro-Ministro de Israel

Israel⁵⁷, agora sob a administração do novo Premier Naftali Bennet, líder da direita nacionalista religiosa^{está} está focado na diplomacia para definir prioridades e confirma parceria com a nova presidência americana para “corrigir” erros do passado recente, sob regência do ex-presidente Donald Trump e do ex-primeiro-ministro Benjamin Netanyahu, que esteve no poder por 12 anos. Ambos os países, Estados Unidos e Israel, vão buscar conquistas menores, como apoiar o cessar-fogo entre Hamas, em Gaza, e Israel, para preservar o delicado equilíbrio

⁵⁵ <https://blogs.oglobo.globo.com/guga-chacra/post/biden-nao-cansa-de-bombardear-e-matar-civis-no-oriente-medio.html>

⁵⁶ A seleção de candidaturas é feita pelo Conselho de Guardiães da Constituição. Mais de 600 candidatos se inscreveram para concorrer, mas só sete foram aceitos. Personalidades políticas de peso foram afastadas da disputa.

⁵⁷ <https://apnews.com/article/joe-biden-europe-rome-israel-middle-east-ae850ef6fc154a5e38bf2111bf5c5a40>

conquistado. Ambos concordam numa diplomacia mais “silenciosa”, com conversas diretas e pouca mídia. Reduzir as tensões - ou pelo menos não inflamá-las - é a estratégia-chave.

No topo da agenda dos dois países estão as conversações em Viena sobre a retomada do acordo do Irã, de 2015, com potências mundiais para limitar a capacidade de Teerã de desenvolver armas nucleares. Trump, com o apoio de Netanyahu, retirou os EUA do acordo em 2018 e impôs sanções à República Islâmica. Biden prometeu restaurar e expandir o acordo. Agora, o novo governo de Israel parece empenhado em permanecer engajado e tentar influenciar as negociações, em vez de afundá-las.

Palestina – sonho do Estado independente ficou distante

A morte de um crítico declarado da Autoridade Palestina (AP) foi o estopim para as manifestações populares na Palestina contra o presidente da AP, Mohmoud Abbas, há 15 anos no poder. O recente conflito com Israel e Hamas, confirmou que a atuação de Abbas tem sido um fracasso: jogou fora oportunidades de negociação; a vida na Cisjordânia piorou tanto sob o aspecto econômico quanto no aspecto da saúde; os árabes se distanciaram e avançaram na normalização com Israel; a ocupação israelense aumentou e o Hamas controla Gaza. E para fechar a lista, Abbas cancelou as eleições que deveriam acontecer em final de maio, usando uma justificativa que não convenceu.⁵⁸

ASEAN - AICHR convoca reunião com ONU sobre direitos humanos, meio ambiente, mudanças climáticas⁵⁹

A Comissão Intergovernamental de Direitos Humanos da ASEAN (AICHR), em parceria com as Nações Unidas, com destaque para o Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos, o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) e a Comissão Econômica e Social da ONU para a Ásia e o Pacífico (ESCAP) convocaram o Workshop AICHR sobre Direitos Humanos, Meio Ambiente e Mudanças Climáticas, que aconteceu entre 8 a 10 de junho. Os 90 especialistas reunidos discutiram os impactos das mudanças climáticas sobre os direitos humanos na região e a futura colaboração com as agências da ONU, no contexto do 2º Plano de Ação ASEAN-ONU (2021-2025).

O papel do acesso à informação; participação pública e acesso à justiça em abordagens baseadas em direitos para a tomada de decisões ambientais e abordagens baseadas em direitos para avaliação de impacto ambiental (EIA); e os papéis institucionais do Estado e da ASEAN, foram os temas debatidos. O grupo de especialistas concordou em avançar na implementação de princípios e diretrizes que levem ao cumprimento dos direitos das crianças a um ambiente saudável.

Migrantes trabalhadores na região da ASEAN - recomendações

A ASEAN divulgou o [Estudo Comparativo sobre Leis e Políticas na Gestão dos Trabalhadores Migrantes](#) na região e oferece uma análise abrangente sobre como os Estados-Membros têm lidado com a movimentação de trabalhadores migrantes em seus mercados de trabalho, abrangendo todos os níveis de habilidade e ocupações e fornecendo recomendações

⁵⁸ <https://blogs.oglobo.globo.com/guga-chacra/post/abbas-e-um-fracasso-para-os-palestinos.html>

⁵⁹ [AICHR convoca reunião com ONU sobre direitos humanos, meio ambiente, mudanças climáticas - ASEAN | UMA VISÃO UMA IDENTIDADE UMA COMUNIDADE](#)

para os formuladores e profissionais da ASEAN na melhoria das políticas e medidas relativas à mobilidade dos trabalhadores migrantes. A situação precária dos trabalhadores migrantes foi uma das fraquezas que a pandemia da COVID-19 trouxe à tona.

O Estudo foi um trabalho conjunto entre o Ministério do Trabalho, Inválidos e Assuntos Sociais do Vietnã e o Grupo de Trabalho de Alto Escalão das Práticas Trabalhistas Progressistas DA ASEAN com apoio do Secretariado da ASEAN⁶⁰.

CENÁRIO DA COVID-19 – A variante Delta e suas variantes são um balde de água fria

A variante Delta, que teve origem na Índia, vem se espalhando rapidamente ao redor do mundo - já foi detectada em 85 países - e está assombrando mesmo os países com alta taxa de vacinação. Em Israel, país que havia se livrado das máscaras e onde 57% da população já tomou inclusive a segunda dose, o acessório voltou a ser obrigatório em caráter emergencial por causa da Delta. No Reino Unido, com 48% dos moradores completamente imunizados, a reabertura quase total deve esperar mais algumas semanas por causa da nova cepa, responsável pela maioria dos novos casos de infecção. Os países da Ásia Sudeste e Pacífico voltam a impor restrições, com Austrália, ou estendem as restrições, como Filipinas e Indonésia⁶¹.

A Dra. Mariângela Simão, diretora-geral adjunta da OMS para o acesso a medicamentos, vacinas e fármacos, enfatizou que mesmo as pessoas vacinadas devem continuar a usar máscaras, evitar multidões e manter distância social dos outros, manter os espaços ventilados, além das clássicas medidas como higienizar as mãos.

Vacinação

O CovaX Facility já distribuiu 89 milhões de doses para 133 países participantes e está alocando vacinas adicionais à medida que os países avançam a vacinação. Nas duas regiões, já receberam vacinas do programa: Camboja, Fiji, Laos, Malásia, Mongólia, Papua Nova Guiné, Filipinas, Samoa, Kiribati, Ilhas Salomão, Tonga, Tuvalu, Vietnã, Indonésia, Bangladesh, Nepal, Timor-leste, Afeganistão, Irã, Iraque, Jordânia, Líbano, Paquistão, Síria, Palestina e Gaza, Yémen.

⁶²

⁶⁰ https://asean.org/?static_post=comparative-study-laws-policies-management-migrant-workers-asean

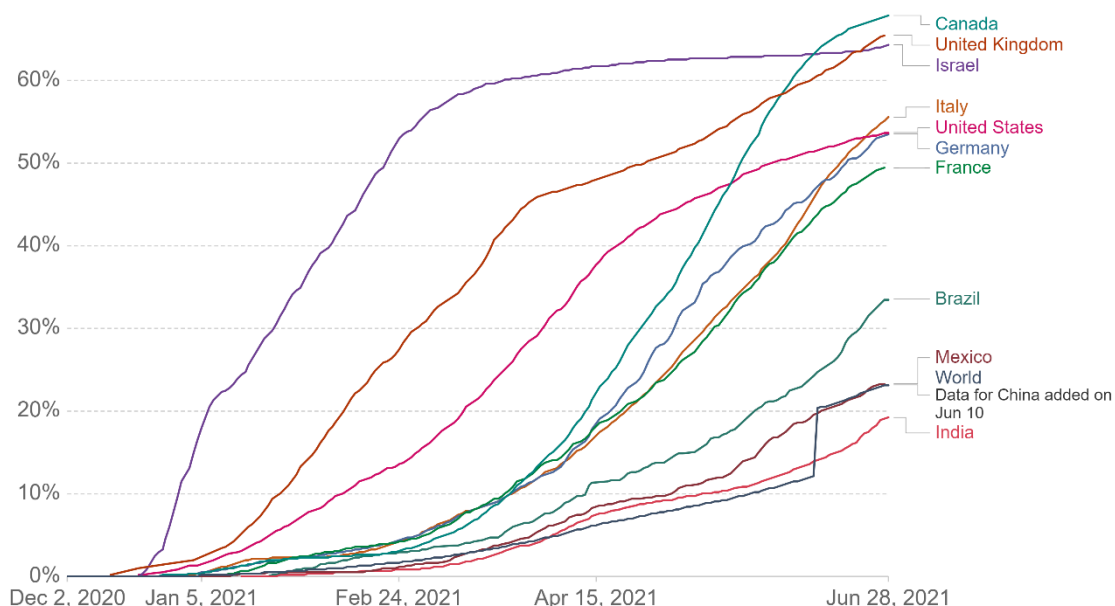
⁶¹ <https://gauchazh.clicrbs.com.br/saude/noticia/2021/06/o-que-se-sabe-sobre-a-variante-delta-que-pode-ser-mais-grave-e-adiar-a-volta-a-normalidade-ckqh9os5g007u018mys6voqbh.html>

⁶² [COVAX vaccine roll-out | Gavi, the Vaccine Alliance](#)

Share of people who received at least one dose of COVID-19 vaccine



Share of the total population that received at least one vaccine dose. This may not equal the share that are fully vaccinated if the vaccine requires two doses. This data is only available for countries which report the breakdown of doses administered by first and second doses.



Source: Official data collated by Our World in Data

CC BY

Fonte: [Coronavirus \(COVID-19\) Vaccinations - Statistics and Research - Our World in Data](https://ourworldindata.org/coronavirus-covid-19-vaccinations), dados de 29 de junho – os dados são atualizados diariamente

País	02/05 (óbitos)	17/05 (óbitos)	31/05	29/06
Afganistão	60.122 (2.637)	63.412 (2.733)	68.366 (2.869)	117.158 (4.794)
Arábia Saudita	419.348 (6.979)	432.269 (7.147)	445.936 (7.309)	486.106 (7.804)
Austrália	29.826 (910)	29.975 (910)	30.063 (910)	30.562 (910)
Bangladesh	761.943 (11.579)	780.159 (12.149)	794.985 (12.480)	896.770 (14.276)
Brunei (ASEAN)	227 (3)	232 (3)	240 (3)	259 (3)
Camboja (ASEAN)	14.520 (103)	21.834 (147)	27.638 (194)	49.255 (575)
China	102.512 (4.846)	102.720 (4.846)	102.925 (4.846)	103.746 (4.846)
Coreia do Sul	123.240 (1.833)	131.671 (1.900)	183.311 (1.943)	156.167 (2.017)
Emirados Árabes	523.795 (1.593)	546.182 (1.631)	563.215 (1.664)	631.160 (1.807)
Filipinas (ASEAN)	1.054.983 (17.431)	1.143.963 (19.191)	1.200.430 (20.379)	1.408.058 (24.557)
Hong Kong	11.784 (210)	11.825 (210)	11.846 (210)	11.921 (210)
Índia	19.557.452 (245.542)	24.684.077 (270.284)	27.369.695 (315.235)	30.316.897 (397.637)
Indonésia (ASEAN)	1.677.868 (45.796)	1.739.750 (48.093)	1.797.499 (49.907)	2.156.465 (58.024)
Irã	2.534.805 (72.484)	2.751.166 (76.936)	2.875.858 (79.384)	3.192.809 (84.127)
Iraque	1.074.794 (15.536)	1.136.917 (15.930)	1.186.309 (16.289)	1.338.604 (17.156)
Israel	838.554 (6.366)	839.117 (6.381)	839.418 (6.406)	841.486 (6.429)
Japão	605.150 (10.342)	679.870 (11.424)	735.211 (12.691)	798.129 (14.678)
Jordânia	712.901 (8.897)	722.754 (9.203)	734.039 (9.423)	750.886 (9.743)

Kazaquistão	378.570 (3.347)	412.236 (3.394)	435.104 (3.433)	478.063 (3.527)
Kuwait	276.586 (1.578)	290.801 (1.687)	303.039 (1.751)	353.133 (1.943)
Laos (ASEAN)	933 (0)	1.590 (2)	1.895 (2)	2.110 (3)
Líbano	528.208 (7.324)	535.446 (1.631)	539.224 (7.705)	544.520 (7.845)
Malásia (ASEAN)	415.012 (1.533)	470.110 (1.902)	541.224 (2.491)	745.703 (5.108)
Myanmar (ASEAN)	132.838 (3.209)	143.059 (3.212)	143.414 (3.216)	155.697 (3.320)
Nepal	336.030 (3.325)	455.020 (5.001)	542.256 (6.951)	636.916 (9.071)
Nova Zelândia	2.618 (26)	2.646 (26)	2.670 (26)	2.742 (26)
Omã	195.807 (2.043)	205.511 (2.193)	213.784 (2.303)	266.536 (3.056)
Palestina e Faixa de Gaza	297.638 (3.272)	303.658 (3.423)	306.795 (3.483)	313.851 (3.561)
Paquistão	829.933 (18.070)	877.130 (19.543)	911.302 (20540)	956.392 (22.254)
Qatar	206.948 (472)	213.183 (530)	216.397 (552)	221.810 (588)
Rússia	4.768.446 (109.011)	4.883.734 (113.927)	4.977.332 (117.990)	5.428.921 (132.314)
Singapura (ASEAN)	61.218 (31)	61.585 (31)	61.940 (32)	62.907 (36)
Síria	22.898 (1.603)	23.693 (1.693)	24.315 (1.750)	25.442 (1.870)
Tailândia (ASEAN)	68.984 (245)	101.447 (589)	143.280 (920)	254.515 (1.970)
Taiwan	1.137 (12)	1.475 (12)	6.761 (59)	14.748 (643)
Turquia	4.875.388 (40.844)	5.106.862 (44.537)	5.220.076 (46.970)	5.420.156 (49.687)
Vietnam (ASEAN)	2.942 (35)	4.175 (36)	6,314 (46)	16.136 (78)
Yémen	6.341 (1.233)	6.538 (1.285)	6.696 (1.315)	6.918 (1.361)

<https://coronavirus.jhu.edu/map.html>

Obs. 1.: Foram incluídos todos os países que compõem a ASEAN.

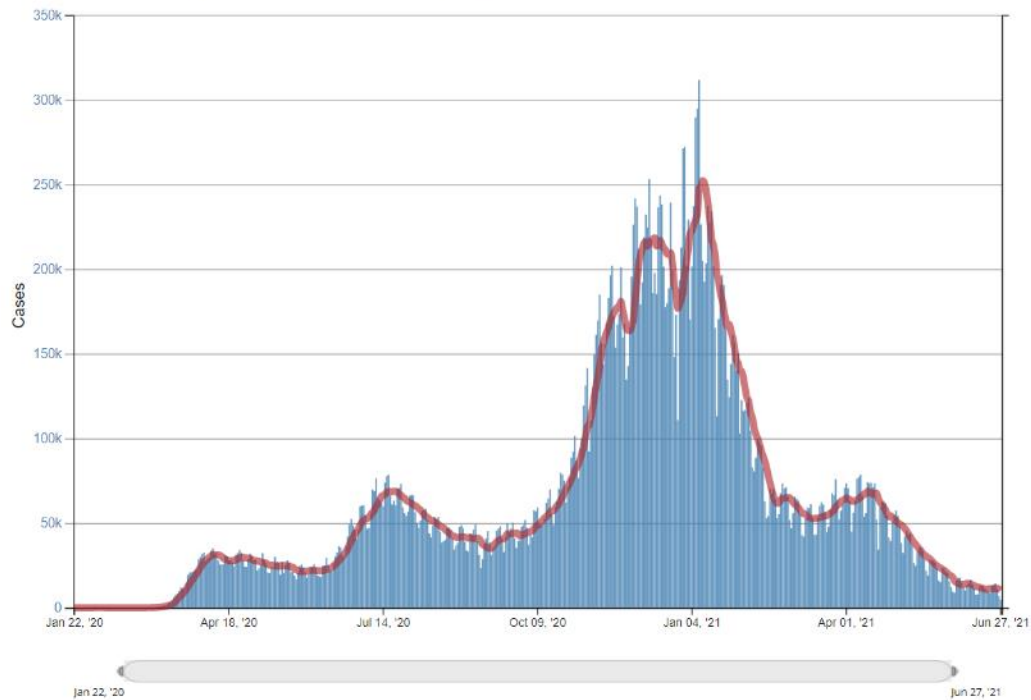
Obs. 2: As regiões somam juntas mais de 65 países, mas, para análise, o recorte foca os países com maior número de casos ou com melhores resultados de ações tomadas pelas autoridades nacionais.

EUA na Saúde Global e a Diplomacia da Saúde

Luiz Augusto Galvão

A média móvel de 7 dias de casos novos por dia (11.343) diminuiu 4,4% em relação à média móvel anterior de 7 dias (11.867). Em comparação com o pico mais alto em 10 de janeiro de 2021 (252.166), a média atual de 7 dias diminuiu 95,5%. Até dia 23 de junho foram notificados um total de 33.409.895 casos de COVID-19.

Daily Trends in Number of COVID-19 Cases in the United States Reported to CDC

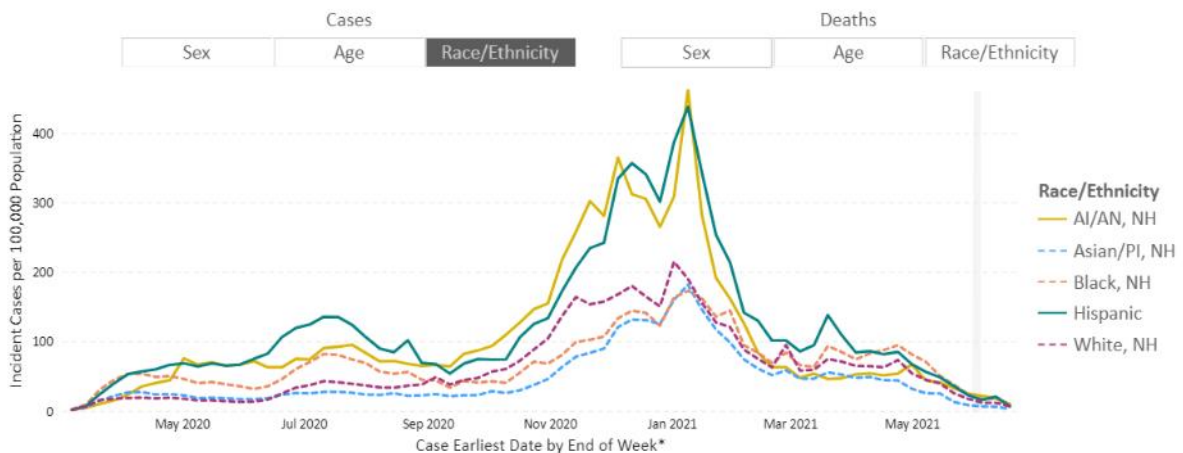


COVID-19 Weekly Cases per 100,000 Population by Race/Ethnicity, United States



Jurisdiction: US
 Date Range: 3/7/2020 to 6/19/2021

March 01, 2020 - June 19, 2021



US: The most recent line level case record was reported during the week ending on Jun 19, 2021. Percentage of cases reporting race by date - 59.47%

US territories are included in case and death counts but not in population counts. Potential two-week delay in case reporting to CDC denoted by gray bars. AI = American Indian, AI/AN = Alaska Native, NH = Non-Hispanic, PI = Pacific Islander. Excludes cases with unknown or multiple races. *Case Earliest Date is the earliest of the clinical date (related to illness or specimen collection and chosen by a defined hierarchy) and the Date Received by CDC.

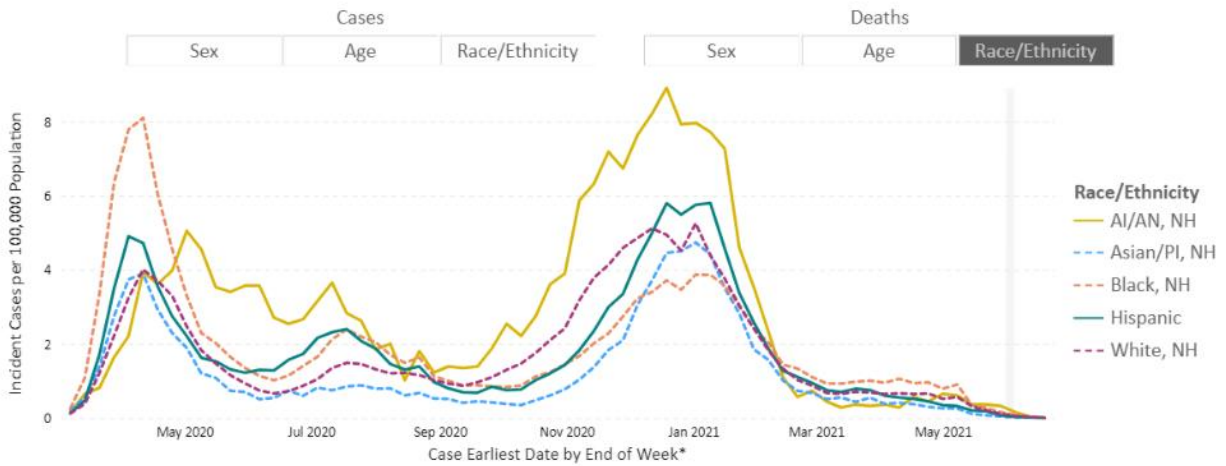
Last updated: Jun 28, 2021. Source: CDC COVID-19 Case Line-Level Data, 2019 US Census, HHS Protect; Visualization: Data, Analytics & Visualization Task Force and CDC CFR DEO Situational Awareness Public Health Science Team

COVID-19 Weekly Deaths per 100,000 Population by Race/Ethnicity, United States



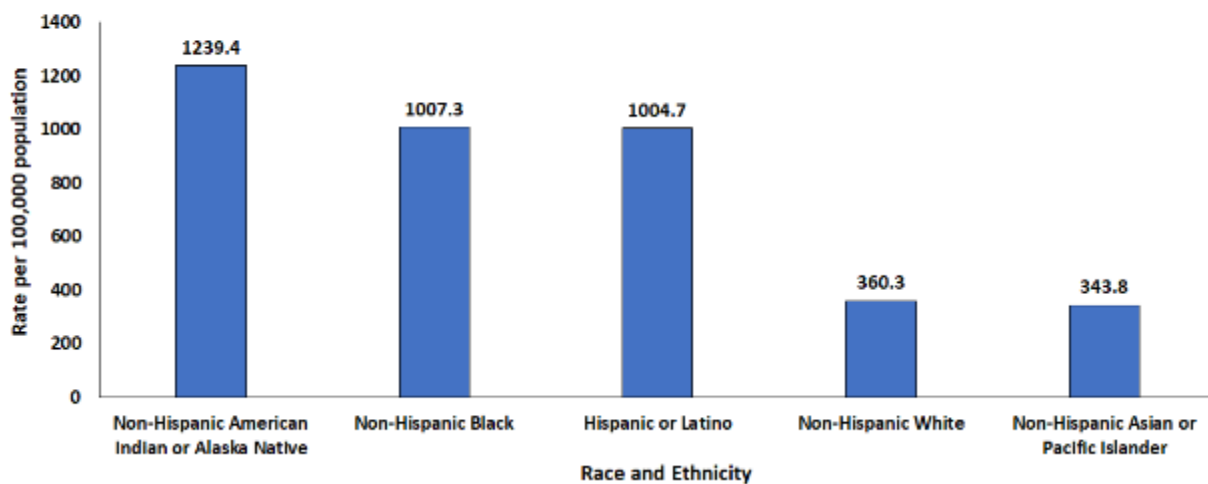
Jurisdiction: US
 3/7/2020 6/19/2021

March 01, 2020 - June 19, 2021



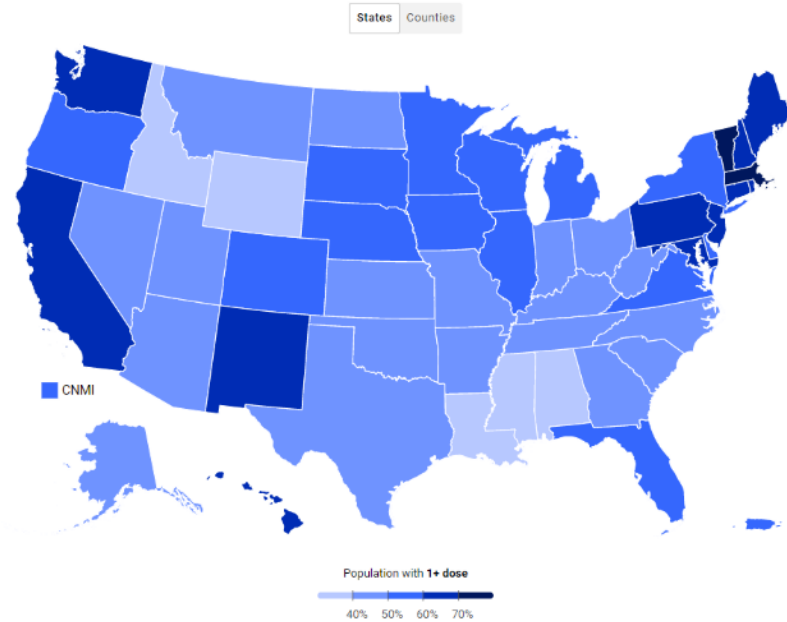
US: The most recent line level case record was reported during the week ending on Jun 19, 2021. Percentage of deaths among reported cases - 1.80%. Percentage of deaths reporting race by date - 79.92%
 US territories are included in case and death counts but not in population counts. Potential two-week delay in case reporting to CDC denoted by gray bars. AI = American Indian, AN = Alaska Native, NH = Non-Hispanic, PI = Pacific Islander. Excludes deaths with unknown or multiple races. *Case Earliest Date is the earliest of the clinical date (related to illness or specimen collection and chosen by a defined hierarchy) and the Date Received by CDC.
 Last updated: Jun 28, 2021 Source: CDC COVID-19 Case Line-Level Data, 2019 US Census, HHS Protect; Visualization: Data, Analytics & Visualization Task Force and CDC CFR DEO Situational Awareness Public Health Science Team

Age-adjusted Laboratory-Confirmed COVID-19-Associated Hospitalization Rates by Race/Ethnicity*†— COVID-NET, March 1, 2020–June 19, 2021



Vaccination progress

54% of the entire U.S. population has received 1+ dose.



COVID-19

Languages | ASL Videos | Easy



Your Health

Vaccines

Cases & Data

Work & School

Healthcare Workers

Health Depts

Science

National Vaccine Month of Action

Let's ensure as many people as possible get at least one vaccine dose by July 4th



Get Vaccinated!

COVID-19 Vaccines are Widely Available.

[Learn More](#)

Highlights

[Travel during COVID-19](#)

[Variants](#)

[Being Fully Vaccinated](#)

[MMWR: Mental Health and Public Health Workers](#)

GUIDANCE

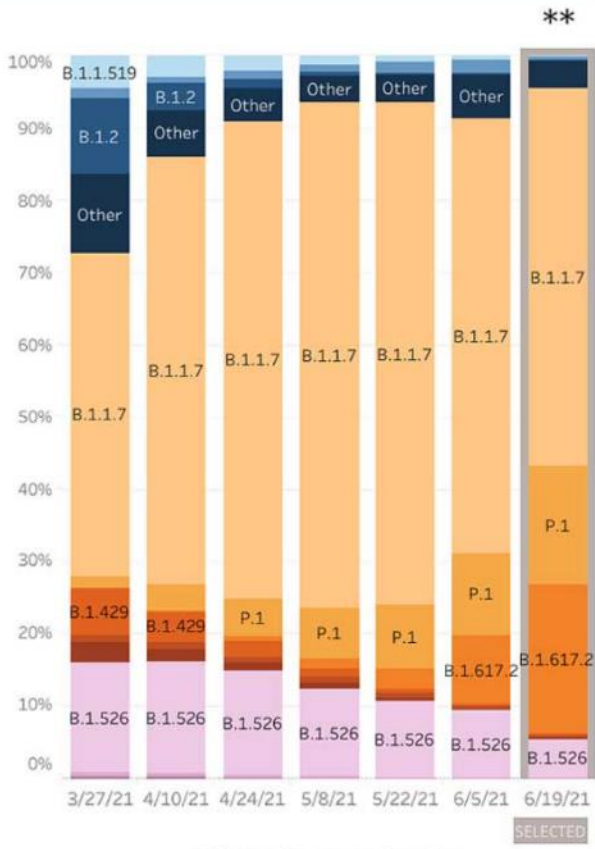
[SCIENCE UPDATES](#)

[HEALTHCARE WORKERS](#)

[U.S. GOVERNMENT RESPONSE \(USA.gov\)](#)

United States: 3/14/2021 – 6/19/2021

United States: 6/6/2021 – 6/19/2021 NOWCAST

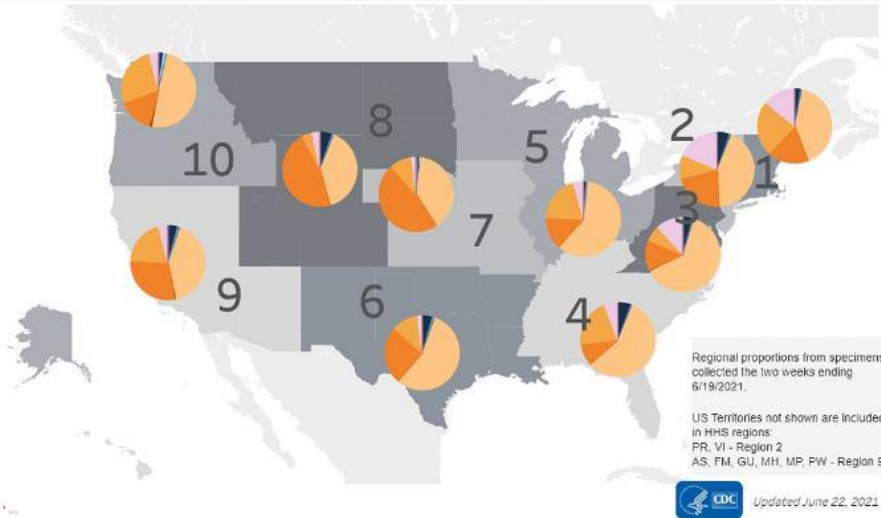


USA

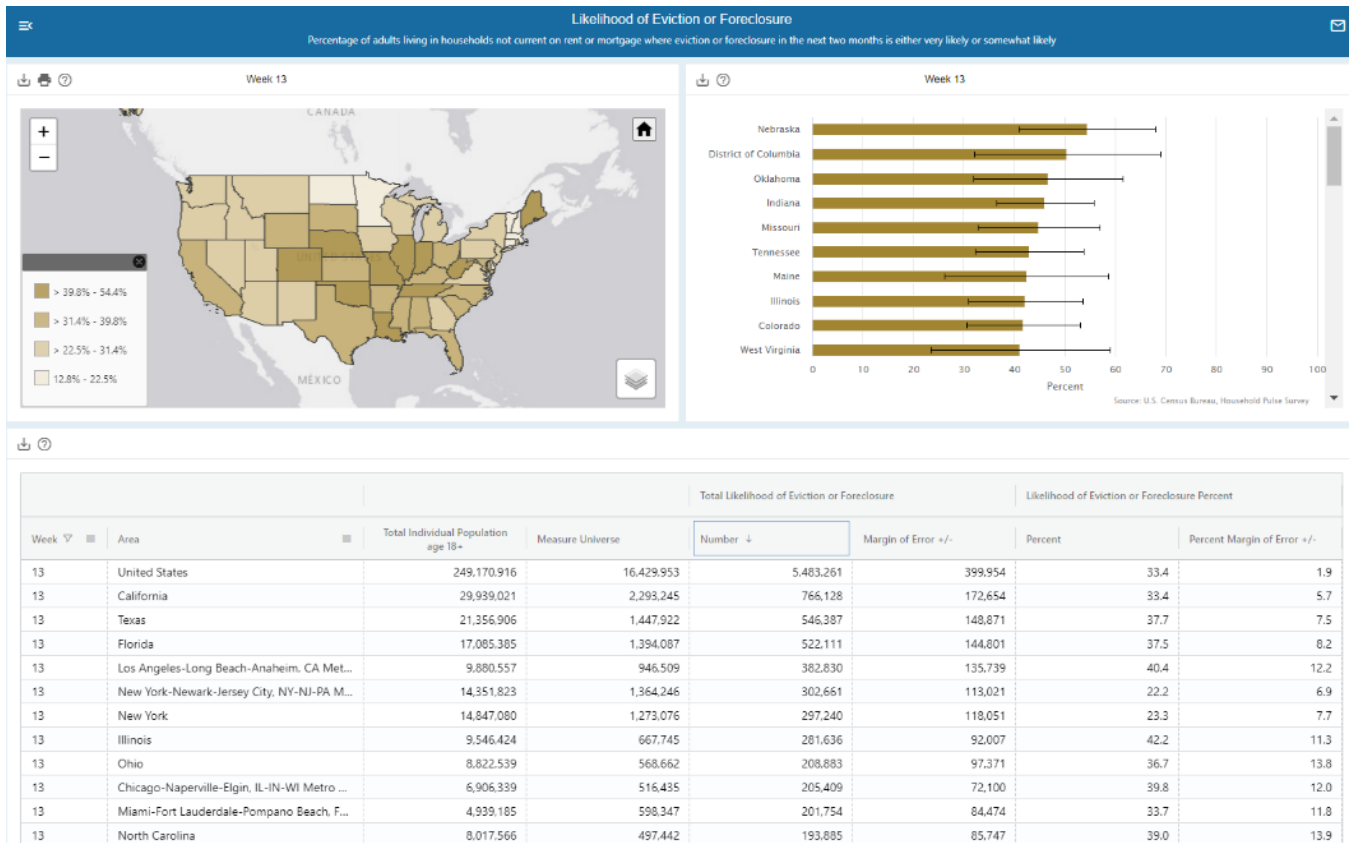
	Lineage	Type	%Total	95%PI	
Most common lineages #	B.1.1.7	VOC	52.2%	45.6-57.9%	■
	B.1.617.2	VOC	20.6%	16.1-25.4%	■
	P.1	VOC	16.4%	12.5-20.6%	■
	B.1.526	VOI	5.6%	3.3-8.1%	■
	B.1		0.4%	0.0-1.2%	■
Additional VOI/VOC lineages #	B.1.1.519		0.2%	0.0-0.6%	■
	B.1.2		0.0%	0.0-0.3%	■
	B.1.351	VOC	0.3%	0.0-1.2%	■
	B.1.429	VOC	0.1%	0.0-0.6%	■
	B.1.525	VOI	0.1%	0.0-0.6%	■
	B.1.617.1	VOI	0.1%	0.0-0.3%	■
	B.1.427	VOC	0.1%	0.0-0.3%	■
Other*	Other		4.0%	1.5-7.2%	■

* Other represents >200 additional lineages, which are each circulating at <1% of viruses
 ** These data include Nowcast estimates, which are modeled projections that may differ from weighted estimates generated at later dates
 # Sublineages of P.1 and B.1.351 (P.1.1, P.1.2, B.1.351.2, B.1.351.3) are aggregated with the parent lineage and included in parent lineage's proportion.

United States: 6/6/2021 – 6/19/2021 NOWCAST



A Diretora do CDC dos EU, Rochelle Walensky, prorrogou até 31 de julho a “moratória do despejo”, impedindo que inquilinos que não podem fazer pagamentos do aluguel sejam despejados dos domicílios que ocupam. A razão é que a pandemia da COVID-19 apresenta uma ameaça histórica à saúde pública do país e que evitar despejos é um passo fundamental para ajudar a impedir a propagação do COVID-19 já que mantém as pessoas em suas casas e fora de ambientes lotados ou congregados como abrigos para desabrigados. A ordem pode ser encontrada em: <https://www.cdc.gov/coronavirus/2019-ncov/covid-eviction-declaration.html>



A China na Saúde Global e Diplomacia da Saúde

André Lobato

Com a superação da marca de um bilhão de vacinados na China, vamos discutir a questão por trás de boa parte da governança dos meios de produção planetários: o arranjo financeiro do pós-guerra.

Que mudanças o deslocamento do centro de gravidade financeira para a China trará para a “Alta Finança”? A pergunta interessa a todos os setores, especialmente para os que clamam por uma ordem econômica que facilitasse, por exemplo, a escala planetária de vacinação necessária, a demanda por infraestrutura em países em desenvolvimento e desenvolvidos, e a renovação energética para uma economia de baixo carbono. Em uma entrevista recente, o presidente do AIIB, Jin Liqun, fez um panorama amplo dessa discussão, que trataremos nesta quinzena como tópico principal.

Tomo emprestado aqui o termo “Alta Finança” do livro “A Grande Transformação”, de Karl Polany. O termo é muitas vezes traduzido como “Grande Finança Internacional”. Entre outros temas, ele discute na obra como boa parte dos contra movimentos sociais seriam uma resposta à precarização da vida imposta com novas formas de trabalho da sociedade industrial.

Ocidental e norte-atlântica essa “Alta Finança”, por mais figurativo que possa ser o termo, foi a que construiu a ordem econômica vigente através de, principalmente, o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional e o GATT/OMC. Esse sistema é conhecido como Bretton Woods, pois foi nessa localidade do estado New Hampshire que o sistema foi negociado nos pós Segunda Guerra Mundial, que é mais conhecida na China como “Guerra Mundial Antifascista”.

Diante desse cenário em que as capitais mais fortalecidas foram Londres e Washington, construiu-se, por movimento financeiro, ou em reação a ele, boa parte da ordem macroeconômica vigente. Assim, para evitar as condições socioeconômicas do pré-guerra, um grande sistema internacional foi montado para socorrer países cujos apuros financeiros tencionavam ao desespero da guerra. Socorrer inimigos pode ser uma forma de transformá-los em amigos. E assim fizeram os EUA, especialmente com países europeus como França, Alemanha e Itália.

Assim, o Banco Mundial e o FMI ficam em Washington. O primeiro é historicamente controlado pelos estadunidenses e o segundo, pelos europeus. De qualquer forma, são os EUA hoje que possuem as maiores capacidades nacionais sobre os organismos internacionais, especialmente após a integração das ex-repúblicas soviéticas a essa ordem.

Com o aumento da participação das economias em desenvolvimento, iniciou-se uma ampla discussão sobre as reformas desse sistema internacional. Essa discussão foi especialmente debatida nos anos 2000 e 2010, sendo o Novo Banco de Desenvolvimento dos BRICS, de 2014, um dos mais novos componentes entre as Instituições Financeiras Internacionais. Em 2015, surgiu o Asian Infrastructure Investment Bank (AIIB).

Comandado por chineses, localizado na China, com o governo chinês como maior acionista, é inevitável que a fala do presidente do banco, Jin Liqun, desperte interesse e seja considerada representativa das várias tensões desta que parece ser uma nova fase da globalização.

Ela ocorre num momento em que o grande aglutinador de consenso político em Washington é algum tipo de cruzada anti-China. Isso tem levado, por exemplo, a prejuízos até em áreas de interesse comum declarado. É o caso da descarbonização da economia e das sanções contra fabricantes de painéis solares em Xinjiang.

Entretanto, haja ou não um desacoplamento das economias de EUA e China, é improvável que a capacidade produtiva chinesa não continue a causar constrangimentos para as margens de retorno vitais à “Alta Finança” atlântica-ocidental. Isso inclui, por exemplo, equipamentos laboratoriais, médicos, novos materiais, técnicas e procedimentos médicos, e todo tipo de taxa de interesse que cria constrangimentos a, por exemplo, todo tipo de financiamento do setor saúde, seja do orçamento da união ou obtido com instituição financeira.

Que novos mecanismos de financiamento estão sendo criados e como eles poderiam colaborar para medidas pós-pandemia de Covid-19, como silos globais de EPIs, fábricas de vacina, financiamento de pesquisa, estruturação laboratorial etc.?

Após essa introdução, e sem responder as perguntas, destaco algumas observações da longa fala de Jin Liqun.

- Problemas bilaterais não devem prejudicar organizações multilaterais (exemplo: Índia é maior cliente do AIIB (25%), e não houve corte de financiamento durante o conflito na fronteira com a China em 2020)
- AIIB deve se distanciar do financiamento de carvão para energia.
- Pelas partes, o Consenso de Washington pode até fazer sentido, mas juntas, apresentam “imensos riscos aos países em desenvolvimento”.
- É natural que Washington esteja preocupada com a formação de um novo “Banco Mundial” via AIIB, mas esse não é o propósito do banco e a bola do estabelecimento de regras e governança do sistema ainda está no campo norte-atlântico.
- O período da reconstrução europeia capitaneado pelos EUA é um interessante objeto de estudo.
- Não reconhecimento dos interesses alheios coloca os próprios interesses em risco.
- O Banco Mundial virou uma “isca”, para obter financiamento é necessário adoção às regras macroeconômicas do FMI.
- Tanto o banco quanto o fundo ficam a dez minutos a pé da Casa Branca.
- Os chineses não possuem a influência para reformular os princípios dessas instituições porque elas são governadas pelos chineses. Entretanto, o sistema criado há 70 anos não é aplicável hoje.
- Como reformar o FMI. Por exemplo, a questão de um dólar um voto. Interessa aos países em desenvolvimento, que agora possuem mais dólares do que antes, a mudar essa regra?
- As exigências macroeconômicas do FMI foram alteradas quando a Europa precisou ser resgatada da crise financeira de 2008.
- As previsões do FMI são muito influentes e não viram a crise. Os relatórios de pesquisa do fundo não mudarão se a gestão e a orientação do banco continuarem inalteradas.
- O AIIB não substituí o Banco Mundial, mas o complementa. Por exemplo, emprestando dinheiro países que já passaram da sua quota no Banco Mundial – que é o “maestro da orquestra” enquanto o AIIB seria apenas um instrumento.
- A influência dos EUA não se deve ao controle do Banco Mundial, esse apenas seria um catalizador dessa influência.

- A internacionalização do yuan pode estar associada a mudança de regras internas, favorecendo, por exemplo, a maior participação de investidores estrangeiros nos mercados bancário, de títulos e de ativos.
- No AIIB, a “equity distribution” é baseada no PIB e a estrutura privilegia países asiáticos em desenvolvimento como os maiores acionistas. 75% da alocação está na Ásia e 25% fora dela. Países em desenvolvimento e desenvolvidos fazem parte do banco, ao qual os EUA recusou convite de ingresso.
- O estabelecimento do AIIB mostra “o quão importante é fazer as regras do jogo”. No caso do AIIB, as regras foram feitas em cooperação com países asiáticos, mas europeus também foram chamados a participar.
- O momento requer da China humildade e sabedoria.

O Bem-Estar Humano está Relacionado à Proteção da Biodiversidade e ao Clima⁶³

Danielly de Paiva Magalhães e Paulo M. Buss

Proteger a biodiversidade, evitar mudanças climáticas perigosas e promover uma qualidade de vida aceitável e equitativa para todos são os desafios de três acordos globais: o Plano Estratégico para a Biodiversidade 2011-2020 da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB)⁶⁴; o Acordo de Paris para a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC)⁶⁵; e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas (ODS)⁶⁶, respectivamente. Embora cada uma dessas iniciativas tenha objetivos específicos, suas consequências e sucesso estão intimamente ligados - o fracasso em lidar conjuntamente com a dupla crise de mudança climática e declínio da biodiversidade pode comprometer a boa qualidade de vida das pessoas (IPBES, 2019).

A necessidade de considerar as inter-relações dessas três crises foi analisada no recém-lançado relatório conjunto da Plataforma Intergovernamental de Política Científica em Serviços Ecosistêmicos (IPBES) e do Painel Intergovernamental sobre Clima Mudança (IPCC), intitulado *"IPBES-IPCC co-sponsored workshop report on biodiversity and climate change"*⁶⁷, produzido pelos 50 maiores especialistas mundiais em biodiversidade e mudanças climáticas.

O relatório explora as conexões da biodiversidade e do clima no bem-estar humano, visando justificar por que as políticas climáticas e as políticas de biodiversidade devem ser consideradas em conjunto para enfrentar o desafio de alcançar uma boa qualidade de vida para todos. O relatório reforça que a ação das atividades humanas, como alterações no uso da terra/mar e a combustão de combustíveis fósseis, são as principais causas diretas da perda de biodiversidade e mudanças climáticas porque alteram a superfície terrestre, a química atmosférica e dos oceanos. Como sabido, o constante aumento da concentração de gases de efeito estufa desde a revolução industrial não somente causa a elevação da temperatura média da Terra, mas também altera os regimes de chuva e aumenta a frequência de eventos climáticos extremos, como enchentes, furacões, tornados, ondas de calor e queimadas. Como exemplo, nos ambientes aquáticos, as altas temperaturas diminuem a concentração de oxigênio e promovem a acidificação do ambiente - essas alterações impactam negativamente a biodiversidade devido às modificações nas condições ótimas de sobrevivência e perda de habitats. Reciprocamente, biodiversidade tem papel fundamental nos ciclos de carbono, nitrogênio e água, e sua perda exacerba os efeitos das mudanças climáticas e torna ainda mais difícil o seu controle.

Entre os esforços citados pelo relatório para a preservação da biodiversidade e controlar o aquecimento global estão: a diminuição da queima de combustíveis fósseis e a substituição por energias renováveis, a diminuição do desmatamento nos trópicos, a conservação de ecossistemas ricos em carbono (ex. manguezais, turfeiras, savanas e pântanos), promoção de agricultura orgânica e silvicultura sustentáveis, e corte de subsídios às atividades econômicas prejudiciais ao ambiente.

⁶³ Artigo publicado originalmente no blog do CEE Fiocruz, em 30/06/2021. Acesso: <https://cee.fiocruz.br/?q=%E2%80%8Bo-bem-estar-humano-esta-relacionado-a-biodiversidade-e-clima>

⁶⁴ Ver: <https://www.cbd.int/decision/cop/?id=12268>

⁶⁵ Ver: <https://www.undp.org/content/dam/brazil/docs/ODS/undp-br-ods-ParisAgreement.pdf>

⁶⁶ Ver: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>

⁶⁷ Ver: https://www.ipbes.net/sites/default/files/2021-06/2021_IPCC-IPBES_scientific_outcome_20210612.pdf

Mas qual a relação da temperatura e da biodiversidade com a qualidade de vida humana? A sociedade humana depende dos serviços que a natureza oferece. Portanto, as mudanças climáticas e a perda de biodiversidade representam ameaças significativas para a subsistência humana, afetando a segurança alimentar e a saúde pública. As mudanças climáticas também ameaçam os elementos básicos que todos precisamos para uma boa saúde, como ar limpo, água potável, a produção de alimentos e abrigo seguro, e minará décadas de progresso na saúde global. Esses impactos negativos são desproporcionalmente sentidos por populações marginalizadas socialmente, politicamente, geograficamente e / ou economicamente, e aquelas que dependem da exploração de recursos naturais.

A pandemia da COVID-19 nos trouxe evidências concretas sobre as inter-relações da biodiversidade e as mudanças climáticas na saúde humana. A degradação e alteração ambiental, juntamente com o crescimento do comércio de animais selvagens, aproximaram a vida selvagem de animais domésticos e seres humanos, como os morcegos que carregam vírus que podem cruzar as fronteiras das espécies⁶⁸. A mudança climática gerou a perda de habitat que contribui para essa proximidade e também ampliou (por meio de enchentes, ondas de calor, incêndios florestais e insegurança alimentar) o sofrimento dos humanos durante a pandemia pela Covid-19⁶⁹.

O importante e inédito informe conjunto deixa claro que ignorar essas inter-relações e estabelecer metas e políticas separadas para cada crise (clima, biodiversidade e desenvolvimento sustentável), como vem sendo feito, não trará soluções adequadas para qualquer delas. As políticas que abordam simultaneamente as sinergias entre a mitigação da perda de biodiversidade e as mudanças climáticas, ao mesmo tempo que consideram seus impactos sociais, oferecem a oportunidade de maximizar os co-benefícios e ajudar a atender às aspirações de desenvolvimento de todos. A implementação de soluções bem-sucedidas e transformadoras tem implicações específicas para sua governança conjunta.

Há uma certa urgência para enfrentar esses desafios conjuntamente. Nenhuma das 20 metas de Aichi⁷⁰ acordadas para 2020 foram totalmente alcançadas pelos países signatários e apenas 23% estavam alinhadas com as metas do plano. O Acordo de Paris tem a ambição de manter até 2030 o aumento de até 2.0 ° C dos níveis *pré*-industriais, com objetivo de ficar o mais próximo de 1.5° C. No entanto, a temperatura global já aumentou 1,2 ° C. Outras projeções sugerem que alcançaremos temporariamente 1,5 ° C em um dos próximos 5 anos⁷¹ (WMO, 2021). Eventos catastróficos são esperados se o aumento da temperatura for 1,5 ° C acima dos níveis *pré*-industriais, como perda de biodiversidade e perda e degradação de habitat.⁷²

De acordo com o último Relatório de Lacuna das Emissões (em inglês *Emissions Gap Report 2020*) publicado pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente⁷³, as atuais *Contribuições Nacionalmente Determinadas* (em inglês *Nationally Determined Contributions - NDCs*) permanecem seriamente inadequadas para atingir os objetivos climáticos do Acordo de Paris e levariam a um aumento de temperatura de 3,2° C (3,0 - 3,5 ° C) pelo final do século, com

⁶⁸ Ver: https://findresearcher.sdu.dk:8443/ws/portalfiles/portal/169743119/a205025_web.pdf

⁶⁹ Ver: <https://link.springer.com/article/10.1007%2Fs13280-020-01447-0>

⁷⁰ Buss, PM e Magalhães. DP. As estreitas relações entre a pandemia e a biodiversidade. Acesso: <https://www.cee.fiocruz.br/?q=As-estreitas-relacoes-entre-a-pandemia-e-a-biodiversidade>

⁷¹ Ver: <https://public.wmo.int/en/media/press-release/new-climate-predictions-increase-likelihood-of-temporarily-reaching-15-%C2%B0c-next-5>

⁷² Ver: <https://www.ipcc.ch/sr15/>

⁷³ Ver: <https://www.unep.org/emissions-gap-report-2020>

probabilidade de 66%. No melhor cenário, se todos as NDCs forem implementados e os países alcançarem suas emissões líquidas zero, as projeções até o final do século são estimadas em 2,5–2,6° C. Essa projeções já são bastante preocupantes para a questão ambiental e na área da saúde, as estimativas é que entre 2030 e 2050, as mudanças climáticas devem causar aproximadamente 250.000 mortes adicionais por ano, de desnutrição, malária, dengue (e outras doenças transmitidas por vetores), diarreia e estresse por calor⁷⁴. Os custos diretos de danos à saúde (ou seja, excluindo os custos em setores determinantes da saúde, como agricultura, água e saneamento), são estimados em US \$ 2 a 4 bilhões / ano até 2030 – No entanto essas projeções não consideram os efeitos da perda da biodiversidade.

Os próximos passos nestes fascinantes e desafiadores espaços globais da questão ambiental são a COP 15 da Biodiversidade (Kunming, China, 11-24 de outubro de 2021) e COP 26 sobre Mudança Climática (Glasgow, Escócia, 1-12 de novembro de 2021). A décima quinta reunião da Conferência das Partes (COP 15) da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB) vai revisar a implementação do Plano Estratégico da CDB para a Biodiversidade 2011-2020. Prevê-se também que será tomada a decisão final sobre a estrutura global de biodiversidade pós-2020⁷⁵, assim como decisões sobre tópicos relacionados, incluindo capacitação e mobilização de recursos. Já a COP 26⁷⁶, esperada com ansiedade pelos ativistas de todo o mundo, promete uma árdua batalha entre governos, empresas e sociedade civil sobre a ambição com que o mundo tratará de impedir a catástrofe ambiental.

⁷⁴ Ver: <https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/climate-change-and-health>

⁷⁵ Ver: <https://www.cbd.int/article/zero-draft-update-august-2020>

⁷⁶ Ver: [https://2nsbq1gn1rl23zol93eyrcj-wpengine.netdna-ssl.com/wp-content/uploads/2021/06/COP26-Explained .pdf](https://2nsbq1gn1rl23zol93eyrcj-wpengine.netdna-ssl.com/wp-content/uploads/2021/06/COP26-Explained.pdf)

Informes sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde

Desde abril de 2020 o CRIS vem produzindo **Informes sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde**. Em **2021**, já foram produzidos **onze** Informes quinzenais. Os interessados na coleção podem acessar o conjunto de Informes em:

<https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/41607>

Seminários Avançados em Saúde Global e Diplomacia da Saúde

Desde setembro de 2020, o CRIS também vem realizando os **Seminários Avançados em Saúde Global e Diplomacia da Saúde**, sobre temas de alta relevância para este campo conceitual e de práticas da saúde pública e das relações internacionais. No ciclo de 2021 já foram realizados **doze** seminários, que podem ser acessados em:

<https://portal.fiocruz.br/seminarios-avancados-em-saude-global>

Próximos seminários

- 07/07 – Seminário 13 – ***Produção local: Desafio global no enfrentamento da pandemia***
- 21/07 – Seminário 14 – ***Tratado internacional sobre pandemia ou sobre saúde global?***
- 29/07 – Seminário 15 – ***Equidade global em saúde: Compromisso impostergável com a justiça social***, em colaboração com o Sustainable Health Equity Movement (SHEM)
- 04/08 – Seminário 16 – ***Recursos humanos em saúde: dimensão crítica no enfrentamento da pandemia***
- 18/08 – Seminário 17 – ***Agenda 2030 e pandemia: Os debates no Conselho Econômico Social das Nações Unidas***
- 01/09 – Seminário 18 – ***Mudanças demográficas, envelhecimento e saúde: Desafio global***
- 15/09 – Seminário 19 – ***Mulheres na Saúde Global***
- 29/09 – Seminário 20 – ***Saúde e pandemia: Os debates na 76ª. Assembleia das Nações Unidas***

FICHA CATALOGRÁFICA

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ

Centro de Relações Internacionais em Saúde

Centro Colaborador OMS/OPAS em Saúde Global e Cooperação Sul-Sul

INFORME CRIS-FIOCRUZ SOBRE SAÚDE GLOBAL E DIPLOMACIA DA SAÚDE

Número: 11/21

Quinzena 16 a 30 de junho

Organizadores: PAULO MARCHIORI BUSS e PEDRO BURGER

Fundação Oswaldo Cruz; Centro de Relações Internacionais em Saúde; Observatório de Saúde Global e Diplomacia da Saúde. Rio de Janeiro, 30 de junho de 2021.

90 pp; il.

Bibliografia: Inclui Bibliografias.

1. SAUDE GLOBAL. 2. DIPLOMACIA DA SAÚDE. 3. RELAÇÕES INTERNACIONAIS. I. Título.
